UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS - PROFCIAMB

CLÁUDIO ADÃO DOURADO DE OLIVEIRA

SUCUIUBA: JUSTIÇA HÍDRICA E ANCESTRALIDADE NA CHAPADA DIAMANTINA

Feira de Santana – BA
Março, 2024

CLÁUDIO ADÃO DOURADO DE OLIVEIRA

SUCUIUBA: JUSTIÇA HÍDRICA E ANCESTRALIDADE NA CHAPADA DIAMANTINA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Ensino em Ciências Ambientais, área de concentração Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profª. Dra. Gislene Moreira

Coorientadora: Profª. Dra. Marjorie Csekö Nolasco

Feira de Santana-BA
Março, 2024

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Oliveira, Cláudio Adão Dourado de
O46s Sucuiuba: justiça hídrica e ancestralidade na Chapada Diamantina./ Cláudio Adão Dourado de Oliveira. – 2024.
129 f.: il.

.

Orientadora: Gislene Moreira
Coorientadora: Marjorie Csekö
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Ambientais, Feira de Santana, 2024.

1.Água – Domínio público - Chapada Diamantina. 2.Justiça hídrica. 3.Autonomia Comunitária. 4.Gestão hídrica. I. Moreira, Gislene, orient. II.Csekö, Marjorie, coorient. III.Universidade Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDU: 628.1(814.22)

Maria de Fátima de Jesus Moreira - Bibliotecária - CRB-5/1120

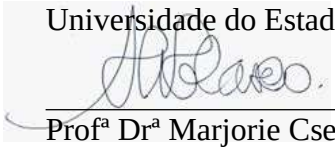
CLÁUDIO ADÃO DOURADO DE OLIVEIRA

SUCUIUBA: JUSTIÇA HÍDRICA E ANCESTRALIDADE NA CHAPADA DIAMANTINA

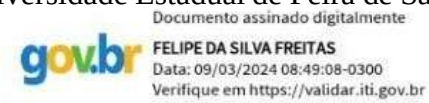
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Ensino em Ciências Ambientais, área de concentração Ambiente e Sociedade.

Aprovada em 09 de março de 2024.

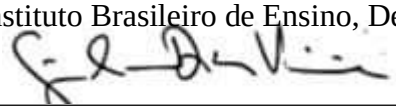
Profª Drª Gislene Moreira (Orientadora)
Universidade do Estadual da Bahia – UNEB



Profª Drª Marjorie Csekö Nolasco (Coorientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS



1º Dr Felipe da Silva Freitas (Examinador externo)
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP



2º Drª Giuliana Dias Vieira (Examinadora externa)
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Feira de Santana-BA
Março, 2024

RESUMO

Este trabalho propõe um mergulho profundo em cinco comunidades do território de identidade da Chapada Diamantina para analisar como cada uma delas reage e adapta às mudanças climáticas, para manter seus sistemas de engenharia e gestão das águas diante da crescente demanda hídrica, da necessidade cada vez maior de irrigação para garantir a produção de alimentos e do apelo urgente às questões ambientais. Estas comunidades estão situadas em áreas de conflitos socioambientais e com variações de estresse hídrico bem acentuados nos últimos anos. Diante disso, a pesquisa toma como base ocorrências de conflitos entre estas comunidades e a gestão pública das águas nos últimos dois anos (2022/23) através da observação participante, na condição de pesquisador militante (etnográfico), seguido por entrevistas semi-estuturada, tendo como base a investigação social interdisciplinar que valoriza tanto as chaves teórico-políticas do pensamento crítico latinoamericano – decoloniais, epistemologias do sul, ecofeministas e pluriversais – aos clássicos do materialismo histórico-dialético. A ideia é conectar estas abordagens, sem apego a formalismos estruturalistas, mas atento à necessidade da realização de pesquisas empíricas a fim de encontrar voz no silêncio e produzir conhecimento novo e útil aos desafios cotidianos das comunidades trabalhadas. Em linhas gerais, essa metodologia soma-se ao método de equivocação controlada ao materialismo histórico-dialético com um movimento intelectual na perspectiva de Sociologia Viva e Contra Antropológica. Tendo como base as questões agrárias da região irei travar uma luta alegórica entre a serpente e o boi, na qual, a primeira representa o saber e a diversidade camponesa e o segundo representa o mito da identidade nacional, representado pelo Estado, com sua tendência global para um modelo padrão de tomada de decisões e aplicabilidade prática da gestão pública das águas, na maioria das vezes ancorada na racionalidade científica e no controle do conhecimento. Desse modo, irei demonstrar como este modelo implantado tem sido questionado, tanto por evidenciar o Estado Nação como referência política e jurídica, como por criar novas lógicas de expulsões próprias das economias políticas globais, evidenciando sistemas em crises como aponta Porto Gonçalves (1989; 2001; 2002), Marshall Berman (2007) e Saskia Sassen (2014). Este olhar sugere um panorama mais abrangente, onde toda forma de conhecimento é necessariamente política, já que muda os modos e os resultados da distribuição dos bens ecológicos.

Palavras-chave: Chapada Diamantina; domínio público das águas; justiça hídrica; autonomia comunitária.

ABSTRACT

This work proposes a deep dive into five communities in the identity territory of Chapada Diamantina to analyze how each of them reacts and adapts to climate change, to maintain their engineering and water management systems in the face of growing water demand, the ever-increasing need of irrigation to guarantee food production and the urgent appeal to environmental issues. These communities are located in areas of socio-environmental conflicts and with marked variations in water stress in recent years. Given this, the research is based on occurrences of conflicts between these communities and public water management in the last two years (2022/23) through participant observation, as a militant (ethnographic) researcher, followed by a semi-structured interview , based on interdisciplinary social research that values both the theoretical-political keys of Latin American critical thought – decolonial, southern epistemologies, ecofeminist and pluriversal – to the classics of historical-dialectic materialism. The idea is to connect these approaches, without attachment to structuralist formalisms, but attentive to the need to carry out empirical research in order to find a voice in the silence and produce new and useful knowledge to the daily challenges of the communities we work with. In general terms, this methodology combines the method of controlled equivocation with historical-dialectic materialism with an intellectual movement from the perspective of Living Sociology and Contra Anthropology. Based on the region's agrarian issues, I will wage an allegorical fight between the snake and the ox, the first of which represents peasant knowledge and diversity and the second of which represents the myth of national identity, represented by the State, with its global tendency to a standard model for decision-making and practical applicability of public water management, most often anchored in scientific rationality and knowledge control. In this way, I will demonstrate how this implemented model has been questioned both, for highlighting the Nation State as a political and legal reference, and for creating new logics of expulsions typical of global political economies, highlighting systems in crisis as pointed out by Porto Gonçalves (1989; 2001 ; 2002), Marshall Berman (2007) and Saskia Sassen (2014). This view suggests a more comprehensive panorama, where every form of knowledge is necessarily political, as it changes the modes and results of the distribution of ecological goods.

Keywords: Chapada Diamantina; public domain of the waters; water justice; Community autonomy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunidades pesquisadas por bacia hidrográfica..... 14
Figura 2 - Exposição fotográfica sobre os conflitos hídricos na Chapada Diamantina 15
Figura 3 - Estresse hídrico no território de identidade da Chapada Diamantina..... 18
Figura 4 - Pintura Rupestre (Riacho das Palmeiras, Seabra-Ba)..... 24
Figura 5 - Mapa geral de ampliação da oferta hídrica do sub-sistema hidrográfico do rio Utinga. 99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CBC	Centro Bartolomé de Las Casas
CBHP	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu
CBHC	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio de Contas
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CT	Comunidades Tradicionais
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
GEOBAHIA	Sistema de Informações Geográficas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IGEO	Instituto de Geociências da Bahia
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LEPETRO	Laboratório Especializado em Geoquímica Ambiental e do Petróleo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MP	Ministério Público
OCA	Observatório dos Conflitos Socioambientais
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAM	Passivos Ambientais de Mineração
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SIHS	Secretaria de Infraestrutura Hídrica de Saneamento
PMU	Prefeitura Municipal de Utinga
RPGA	Regiões de Planejamento e Gestão das Águas
SEIA	Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TI	Território de Identidade
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 MARCO TEÓRICO 12

CAPÍTULO I 20

1 A MORADA DA SUCUIUBA: IDENTIDADES E OCUPAÇÃO DA CHAPADA DIAMANTINA 20

2 O NASCIMENTO E O PERCURSO DA SUCUIUBA 20

3 A CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS [MORADA DA SERPENTE] 27

3.1 São Sebastião (a utopia do boi devorador de serpentes) 27

3.2 Iúna (a serpente e a seca) 32

3.3 Bocaina (a passagem entre as serras) 36

3.4 O Gerais (a serpente e os ciclos da natureza) 41

3.5 Tapuya (a serpente e o tempo) 45

CAPÍTULO II 51

1 A SEDUÇÃO DO BOI DIAMANTE E O SILÊNCIO DA SUCUIUBA: AS LUTAS SOCIOAMBIENTAIS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS 51

2 A ORIGEM E A CHEGADA DO BOI 54

3 A SEDUÇÃO E A MORTE DO BOI 56

4 A RESSURREIÇÃO E A FESTA DO BOI 66

5 A LUTA SOCIOAMBIENTAL E AS NOVAS TERRITORIALIDADES 71

CAPÍTULO III 85

1 O ESCURO SAGRADO DA SERPENTE: O MERGULHO PROFUNDO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA CHAPADA DIAMANTINA 85

2 MEMÓRIA DAS GUARDIÃS DAS ÁGUAS 91

3 A ÁGUA COMO MEDIADORA DA VIDA E DA JUSTIÇA 94

4 OS MISTÉRIOS DOS ESPÍRITOS DA ECOLOGIA 106

3 CONCLUSÃO 109

REFERÊNCIAS.....114
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA 127

1 INTRODUÇÃO

Imagine uma criança camponesa cuja felicidade são as brincadeiras nas pedras, nos poços de um rio quase seco e na pesca de piabinhas. Mas para sua mãe, o mesmo espaço representava o peso do patriarcado na labuta pela lavagem de roupas e do mundo sobre sua cabeça em forma de uma bacia de roupas molhadas. Esta criança viu, ao longo dos anos, a água ficar cada dia mais escassa, as cercas cortando os caminhos e as árvores dando lugar às cinzas, aos pastos e aos bois.

A mãe daquela criança já não podia mais fazer aquele percurso e em poucos anos seu pai passou a sentir o peso da crise hídrica sobre seu tempo de trabalho, água para o gado, água para o consumo, água para o banho, água, água, água... quanto mais escassa, mais tempo de procura. Sábio, decidiu adquirir uma pequena terra nas barrancas do rio, e embaixo de um grande pé de manga abriu um poço (cisterna). Esta cisterna passou a ser gerenciada por duas mulheres, que ora apareciam e ora se exalavam, do nada, na floresta. Seus nomes e suas imagens ainda permanecem vivas no imaginário daquela criança, mais de trinta anos depois.

Ana das Cabras e Maria das Cabras controlavam as filas dos carros de bois, a partilha das frutas maduras e o olhar das crianças nos reflexos do céu espelhados no fundo do poço. Ana e Maria sabiam gerenciar não os excessos, mas as faltas, de forma que todos saíam saciados. Até a lua do fundo do poço, para elas, permanecia cheia durante todos os dias, meses após meses.

Essa criança cresceu almejando o verde e a abundância. Mudou-se para Chapada Diamantina, viu muitas águas rolarem e muitas entrarem pelos canos. Fez antropologia e aprendeu que, ao contrário das velhinhas das cabras, a fartura é gerenciada pelo Estado. Nessa gestão, o Estado muitas vezes escolhe os seus, aqueles que compartilham dos mesmos pontos de vista, tirando justamente dos que menos tem. Foi deste sentimento de parcialidade que nasceu a necessidade de compreender os segredos da gestão comunitária partilhada.

Esta pesquisa-ação nasceu a partir de minha vivência na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trata-se, em suma, de investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la, vinculando-se com a ideia de práxis, dessa minha vivência de 22 anos

pela CPT e da experiência do caderno anual da CPT, que desde 2013 registra os conflitos por água no campo brasileiro.

Para isso, trago o conceito de 'Equivocidade' formulado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2018). Para Castro, equivocidade é o procedimento subentendido na tradução dos conceitos práticos e discursivos do ‘observado’ nos termos do dispositivo conceitual do ‘observador’. Também, inspirado no trabalho “novo caminho das águas” (Morais; Ribeiro, 2021). A ideia é conectar essas abordagens, sem apego a formalismos estruturalistas, mas atentando à necessidade da realização de pesquisas empíricas, encontrar voz no silêncio e produzir conhecimento novo e útil aos desafios cotidianos das comunidades trabalhadas.

O trabalho faz uma referência à serpente, que é entendida como uma divindade relacionada à sabedoria, com origens míticas em muitas sociedades, símbolo de nascimento, renovação, fertilidade, sabedoria e interação com a natureza (Fressato, 2023), associada à ancestralidade da Chapada Diamantina, em que seus mitos e entidades compõem a ideia de “ecologia com espírito dentro” (Soares Pinto, 2021, p. 04). No título, essa serpente ganha uma nova conotação e se transforma em uma metáfora do silêncio típico das comunidades.

Esse aparente silêncio, muitas vezes manifestado pelos gestos, exige um processo de escuta sutil, como o próprio título já sugere. Sucuiuba é um dos nomes populares da serpente sucuiuiú interpretada por Herberto Sales, em Além dos Marimbus (1961), que age em silêncio nos locais de passagem da Chapada Diamantina, mas que enfrenta com muito furor, nos locais de reprodução. “Nesta beirada de rio não existia nenhuma sucuiuiú morador. [...] faz coisa de uns cinco meses, eu comecei a desconfiar que tinha algum sucuiuiú arranchado naquele marimbu. [...] ouviram ele turrando por ali e me contaram” (Sales, 1961, p. 30).

Aqui a serpente denominada de 'Sucuiuba' apresenta-se como analogia subentendida, implícita ou automática, que inclui necessariamente como um dos termos, que começa a se processar nas dinâmicas territoriais ao serpentear por outros rumos, antagônicos ao papel do Estado, representado pela ‘Manifestação Cultural do Boi’ que reproduz a legitimidade da submissão da família camponesa ao fazendeiro. Mito que ressuscita e ajusta às novas seduções da modernidade. Esse arquétipo do Boi ratifica as tomadas de decisões e o êxito da racionalidade científica como legitimadora da gestão

pública das águas numa perspectiva abrangente, ancorada na eficiência, para todos os usos, e no consenso global.

Isso exigia uma investigação que se inserisse na perspectiva da pesquisa militante (Bringel; Varella, 2016, p. 482), para contemplar as linhas de pesquisas associadas às diversas formas de ação coletiva, orientadas em função de objetivos de transformação social. Nesse sentido, militância seria o compromisso ético e político com a mudança social e que, por isso, implicaria posicionamentos e atuações proativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade mais justa.

Neste caso, o Observatório dos Conflitos Socioambientais (OCA) apresenta-se não somente como um artifício retórico do exercício sociológico desenvolvido, ele se coloca em um patamar digno e legítimo de um militante, nas investigações que envolvem a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social como um trabalho coletivo, resultado vivo e em constante aperfeiçoamento de uma experiência acumulada de pesquisa e extensão dos processos de expropriação e violências, aliadas a uma compreensão contextualizada de re-existências, vinculada a própria vivência nos conflitos aliadas às necessidades de organização e luta das comunidades.

Para tal, o trabalho está estruturado em três partes. Primeiramente, será descrito alguns aspectos essenciais do território estudado como a morada da Sucuiuba: origem das comunidades e o processo histórico de ocupação da Chapada Diamantina, com outras noções geográficas hídrico-territoriais.

Em um segundo momento, as lutas sociais e o Estado, como o silêncio da serpente que se concretiza em novas territorialidades e novos movimentos socioambientais, frente a um arquétipo da manifestação cultural do boi, que ressuscita e atua no controle dos meios de produção e na legitimidade do mito da identidade nacional, representado pelo Estado.

Por fim, no último capítulo, o olhar do Observatório dos Conflitos Socioambientais das Chapada Diamantina - OCA em um mergulho profundo, onde habita o escuro sagrado da serpente, trazendo, a partir dos contextos históricos e da perspectiva da justiça hídrica, novas perspectivas jurídicas/políticas na relação entre Estado, comunidade e a natureza, nessa correlação entre água, ecossistemas naturais e territórios,

a fim de superar a problemática socioambiental do Território de Identidade da Chapada Diamantina.

Esse observatório, nas profundezas do saber popular, ancora-se na ecologia política em oposição direta às instâncias neoliberais que estabelecem bases com domínio de verdadeiras milícias hídricas, colocando em perigo até a sacralidade das águas, como bem público inalienável, já consolidado. Diante disso, proponho como objetivo analisar a problemática socioambiental da Chapada Diamantina a partir da perspectiva da justiça hídrica.

2 MARCO TEÓRICO

Embora esteja falando de justiça hídrica, a base jurídica que apresento no tema encontra-se instigada dentro da ecologia política como ferramentas conceituais para identificar o poder, as políticas contextualizadas de governança e suas desigualdades na gestão e administração da água. A expressão do poder em leis, regras explícitas e hierarquias formais; formas em que o poder e a política trabalham significativamente através de normas e regras invisíveis, que se apresentam a si mesmas como se fossem ‘natural’ ou tecnicamente ‘ordenadas’; e por fim, os códigos culturais de comportamento dos especialistas que atuam na política do Estado e no campo das pesquisas.

A principal relação proposta entre a ancestralidade e o conceito de justiça hídrica é fruto de uma sociologia viva, que propõe dar vida às vozes das comunidades com tudo que elas representam em suas subjetividades. Dessa forma, apresento-me numa perspectiva acadêmico-militante e proponho uma articulação e apoio intelectual junto aos novos movimentos socioambientais através de um observatório focado em situações de conflitos.

As estruturas dessa dissertação se sustentam dessa base, - ecologia política e sociologia viva. Relação que repercute juridicamente e politicamente nas formulações sobre o território e governança das águas. Dessa forma, a pesquisa tece uma série de reflexões políticas/jurídicas que insere as populações tradicionais e originárias, situadas no mapa do Território de Identidade da Chapada Diamantina, a alguns aspectos da ancestralidade e das relações de circunvizinhança, a fim de identificar discursos que permitem compreender as problemáticas e analisar os pontos de vistas e reações corporais dos comunitários.

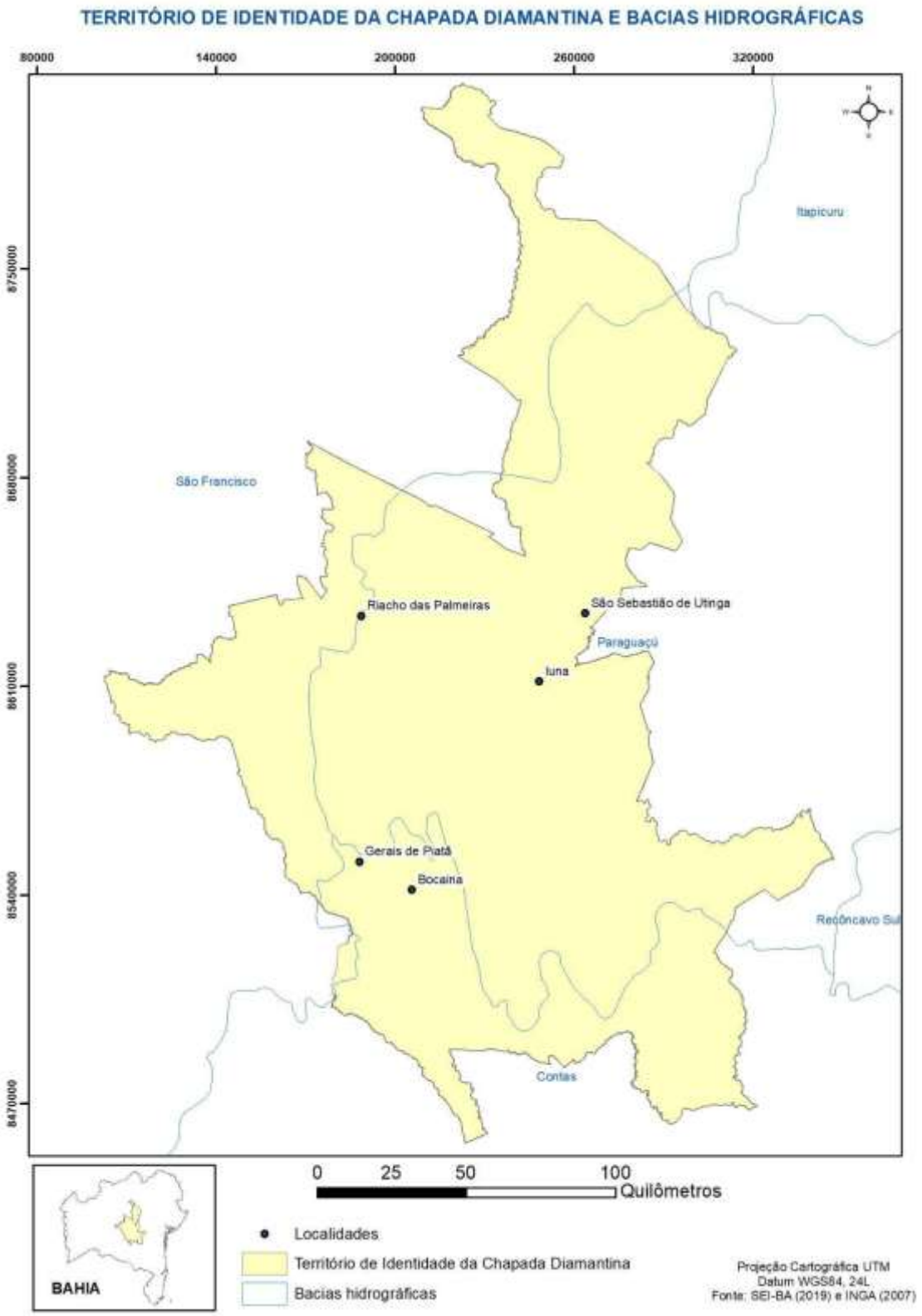
Para isso, opto por dois procedimentos. Primeiro, a observação participante em cinco comunidades, em conflitos socioambientais, no Território de Identidade (TI) da Chapada Diamantina, na qualidade de pesquisador militante (etnográfico), seguido por entrevistas semiestruturadas (Apêndice A).

Esse processo de investigação social valoriza, tanto as chaves teórico-políticas do pensamento crítico latinoamericano - decoloniais e epistemologias do Sul (Krenak, 2020; Kopenawa, 2015; Gudynas, 2019; Acosta, 2016; Ferreira, 2021); quanto ecofeministas (Gago, 2020; Isla *et al.*, 2020) e pluriversais (Marés, 2021; Vidotte, 2015), em um serpenteio interdisciplinar guiado pelos clássicos do materialismo histórico-dialético[1]. Em linhas gerais, somam-se o método de equivocação controlada ao materialismo histórico-dialético com um movimento intelectual na perspectiva de Sociologia Viva (Ribeiro *et al.*, 2018; Ribeiro, 2019) e da Contra Antropologia (Viveiros de Castro, 20005).

A pesquisa delimita a sua abrangência a partir do arcabouço público da governança das águas no Território de Identidade da Chapada Diamantina, que se caracteriza pelo platô de três bacias hidrográficas importantes para o Estado da Bahia **(figura 1)**. Nesse espaço geográfico, cinco comunidades que se autodefinem de formas singulares e distintas, embora apresentam-se dentro de um mesmo Território de Identidade. Esse conceito é recente, consolidado a partir de 2007 como uma política do governo do Estado da Bahia, lastreado muito adequado à lógica cultural, demarcados por critérios ambientais, econômicos e culturais, entre outros, mais amplos.

[1] Componentes fundamentais da filosofia marxista-leninista, que elabora a teoria geral e o método de conhecimento da sociedade humana como sistema, estuda as leis da sua evolução e a sua utilização pelos homens (Spirkine; Yakhot, 1975b, p. 10).

Figura 1 - Comunidades pesquisadas por bacia hidrográfica.



Fonte: Rogério Mucugê.

Na pesquisa, a relação entre estrutura agrária e conflitos socioambientais se conformam a partir dos fenômenos migratórios, do processo colonial e da presença do Estado na constituição da Identidade Nacional. Dessa forma, os conflitos socioambientais analisados se mostram como lutas desconexas, embora o Território de Identidade define-se como grupos sociais com coesão social e territorial (SEPLAN, 2007).

Para ilustrar essa falta de empatia entre os representantes da sociedade civil no Território de Identidade dediquei-me a uma exposição de fotos nos locais públicos com esses representantes, todas no mesmo padrão, que demonstrassem, a partir de 17 imagens **(figura 2)**, uma comunicação entre estes conflitos dentro dessas comunidades.

Figura 2 - Exposição fotográfica sobre os conflitos hídricos na Chapada Diamantina.

Fonte: Autoria própria - **Curador:** Rodrigo Fiuza

Nos espaços de exposição percebia-se uma aglomeração maior nas imagens que tinha uma relação de proximidade com a comunidade de origem dos visitantes, embora os problemas fossem comuns e merecedores de uma preocupação geral. A princípio, a aparente fragmentação e falta de unidade na luta evidencia outras influências geográficas como das correntes de água, bacias e sub-bacias hidrográficas, outras relações sócio políticas e outras demandas econômicas.

Assim, dessas imagens foram possíveis histórias que marcavam a ascendência dessas comunidades, com realidades que apontavam outras formas de percepção da realidade, de distanciamentos e consequências dos fatos sociais, criando uma dicotomia

entre o formalismo jurídico e os mistérios dos espíritos da ecologia. A exemplo da aplicabilidade e consequências do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e critérios de outorga, contidos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988. Art. 21, §19), em mais de uma comunidade, atento às particularidades, diante da evolução institucional, como bem de domínio público, pela Lei Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) Nº 9.433/97 (Brasil, 1997), sustentada por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e União Europeia.

A procura de um tema que comungasse desta problemática geral, me deparei com uma Serpente, a princípio um animal sutil que pouco aparece, mas que ao registrar os conflitos por água na Chapada Diamantina, especificamente do rio Utinga em 2017, para o caderno anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), deparo-me com vários depoimentos em que relatava a sua morte no Marimbus, na qual os camponeses[2] denominava de SUCUIUBA, nome popular da serpente do gênero *Eunectes* que apresenta hábito de vida semiaquático e que pode ser observada em rios, brejos, pântanos e outros ambientes aquáticos. Duas coisas me chamaram atenção naquele dia: a frequência dos relatos e a fidelidade no enredo das narrativas. Naquele momento a serpente já se camuflava com a identidade das comunidades e com o processo histórico de ocupação, configurando-se como essa serpente cósmica, que define o DNA da origem do saber e que exige a investigação de inúmeras coisas (Narby, 2018).

Já em casa, organizando o texto, surge a compreensão das estruturas significantes implicadas na ação social observada. Primeiro, a preocupação da comunidade com a serpente elevaria o animal a um patamar sagrado. Segundo, os motivos da apreensão com a mortandade denunciavam um desequilíbrio ambiental, justamente no lugar com maior potencial hídrico aparente da região, os lagos do Marimbus, entre os rios Utinga e Santo Antônio, na divisa de Lençóis com Andaraí.

No decorrer dos anos, a palavra já era familiar, a ponto de compreender a relação que a serpente tem com as narrativas das pessoas e sua relação com as suas origens[3], de

[2] O uso do termo camponês, embora seja uma palavra recente no vocabulário brasileiro e não muito utilizada como auto identificação, é uma opção política para dar conta das lutas dos trabalhadores do campo, mas também para situar o seu lugar de exclusão no pacto político brasileiro desde as origens sociais do campesinato tradicional (Martins, 1981).

[3] Serpentes como geradoras de vida e símbolos de fertilidade em diversas sociedades. Nesse caso, força e sabedoria feminina na formação dos mitos e cosmovisões dos povos indígenas e afrodescendentes no Brasil, em 'As serpentes da Vida' (Pressato, 2023).

forma mítica e protetora, presentes também em outros relatos das comunidades, nas travessias, na defesa dos territórios, na denúncia e anúncio de uma crise, não simplesmente uma crise ambiental, muito mais que isso, a ponto de, no decorrer da pesquisa, remeter as semelhanças da Sucuiuba a esse camponês típico da Chapada Diamantina, de origens diversas e que comungam e compreendem os riscos que estão envolvidos nos territórios de reprodução, que agem em silêncio diante das medidas legitimadoras do Estado ao serem confrontados político e juridicamente, mas que tem seus mistérios para permanecer em suas dinâmicas sociais e de vizinhança[4].

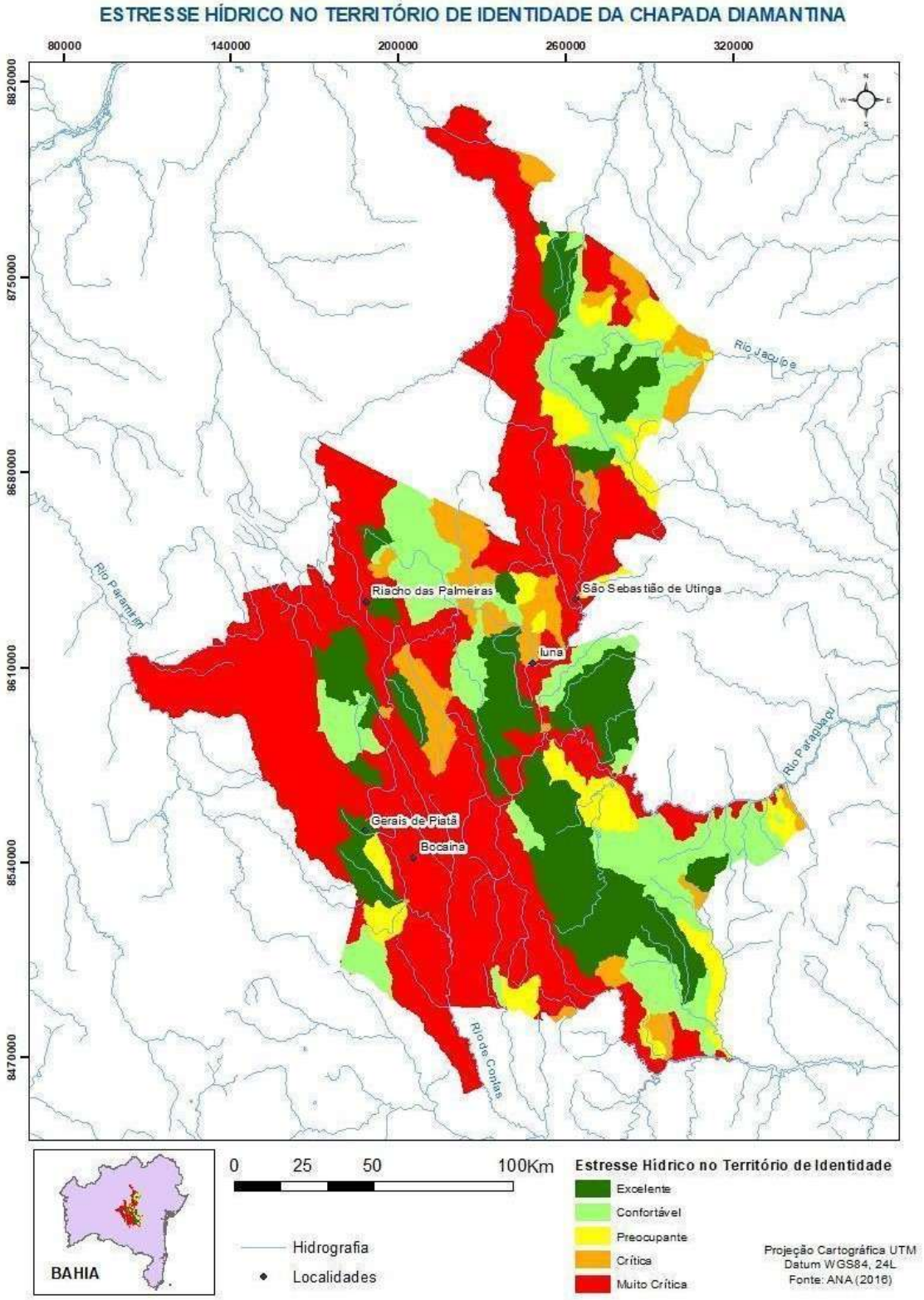
Dessa forma, geograficamente, podemos imaginar dentro do Território de Identidade três grandes serpentes, que partem em direções diferentes, até atingir o mar ou o Velho Chico, compondo as bacias hidrográficas dos rios Paraguaçu, do Contas e do Paramirim, este afluente do São Francisco. Nas proximidades desses rios, cinco comunidades, num cenário de silêncio frente às políticas do Estado, mas capaz de criar o seu lugar particular de ver o mundo (Quintero, 2018). É nesse olhar que permeia esta pesquisa-ação.

Destacadas no mapa de estresse hídrico, com os pontos geográficos (**Figura 3**), empunhados de um bloco de anotações e uma câmera fotográfica, dediquei a essa descrição densa e análise interpretativa da pesquisa-ação conforme o proposto por Clifford Geertz (1978), bem antes da pesquisa oficial, tendo em vista a tendência do estresse hídrico que se intensifica com o braço do Estado, principalmente nas proximidades dos rios onde, por exemplo, o controle de outorgas é mais frequente.

No mapa, a oscilação de cores varia do excelente ao muito crítico com muita frequência e a maioria dos conflitos tem o controle do Estado nessa tendência global de tomada de decisões e aplicabilidade prática ancorada na racionalidade científica e na supremacia do conhecimento.

[4] Densidade social produzida pela energia das pessoas em um mesmo espaço e, no contexto de território, uma acumulação que provoca uma mudança local surpreendente movida pela afetividade e pela paixão e levada a uma concepção global (Porto Gonçalves, 2002).

Figura 3 - Estresse hídrico no território de identidade da Chapada Diamantina.



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2016). **Elaboração:** Rogério Mucugê.

Embora, oficialmente, as cinco comunidades estejam no âmbito político regional, todas inseridas no mesmo Território de Identidade - TI (**Figura 1**) e partilham de um problema comum na gestão pública das águas. Há uma fragmentação nas estruturas de governança. O território faz parte de três Comitês distintos, dois deles acompanhados pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) do Governo do Estado da Bahia e um pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), Governo Federal.

O território sobrepõe também vários mosaicos de Unidades de Conservação sob o guarda-chuva das três instâncias públicas (Federal, Estadual e Municipal). Considerando estas particularidades, duas dessas comunidades inseridas na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, duas no rio de Contas e uma no Paramirim, desde o primeiro momento, procuro compreender e situar cada uma delas nessas relações com as estruturas do Estado e com a ancestralidade.

Para isso, será retomado todo o processo histórico da região, desde a sua opulência nos primeiros anos de colonização (Antonil, 2000), as estruturas agrárias, (Nozoe *et al.*, 2006) as guerras ao qual foram submetidas nesse percurso (Puntoni, 2002), os mistérios de sobrenatureza, com os 'espíritos da ecologia' (Soares Pinto, 2021) e da produção literária [linguagem informal, constituída por marcas da oralidade e da literatura], com seus mitos, lendas e sonhos[5] que configura uma luta entre o saber ancestral, representado pela Serpente, e a construção da identidade nacional, no mito da modernidade num paradigma das Festas Populares do Boi.

Sendo assim, os critérios para a escolha das comunidades foram, além do contexto geográfico, a percepção atual da existência de conflitos de interesses por parte dos habitantes em relação às suas dinâmicas territoriais com a gestão pública dos bens naturais e seus instrumentos participativos frente a governança pública das águas nº 9.433/97 (Brasil, 1997), que conduz a uma padronização no modelo de gestão e engenharia hídrica com tendência neoliberal, intensificando ainda mais o abismo econômico entre os povos e uma incompreensão do Estado[6] em relação ao campesinato (Martins, 1981).

[5] Característica universal de alguns animais, entre eles a serpente, como um símbolo de transcendência, essas criaturas, vindas simbolicamente das profundezas da velha Mãe Terra, são manifestações simbólicas do inconsciente coletivo. Trazem ao campo da consciência uma mensagem ctônica - das profundezas da psique - particular um tanto diferente das aspirações espirituais (Jung, 2016, p. 201).
[6] O lugar de exclusão no pacto político brasileiro (Martins, 1981).

CAPÍTULO I

1 A MORADA DA SUCUIUBA: IDENTIDADES E OCUPAÇÃO DA CHAPADA DIAMANTINA

Considerando a ocupação colonial em que a Chapada Diamantina foi submetida, a Sucuiuba aqui representa, dentro do campo da interculturalidade, uma interação do saber entre os povos e a natureza, que marca o percurso histórico do camponês como autoridade que serpenteia na construção das identidades/territorialidades, suas práticas políticas, espirituais e nos laços de parentesco. Esse saber se manifesta na ocupação da Chapada Diamantina, desde a origem, como uma trajetória percorrida até chegar à "morada da Sucuiuba", para isso, irei subdividir o capítulo em duas partes, descrevendo os caminhos e os territórios de reprodução desse labirinto político.

Nesse caso, a serpente é uma força silenciosa responsável pelas noções de territorialidades, que caracteriza pela lealdade, honestidade e façanha e que silencia diante das seduções da modernidade e das ações políticas do Estado como forma de sobrevivência. O silêncio pode ser interpretado como uma energia a ser direcionada no momento certo da luta, como uma ação de governança influenciada pela espiritualidade e pelos laços de parentesco.

2 O NASCIMENTO E O PERCURSO DA SUCUIUBA

Oficialmente, a movimentação humana acontecia na direção contrária a trajetória do rio, duas serpentes que se cruzam, com destino à Chapada Diamantina, com suas peculiaridades de reprodução, destacando lugares de passagem e de paragem. Assim, o povo, sob os caminhos das águas, constituiu ao longo dos anos uma simbiose com a natureza com suas delimitações e dinâmicas próprias de sobrevivência, criando vários caminhos para driblar o processo colonial. Para Puntoni (2002), o projeto de ocupação colonial tinha objetivos militares da guerra como estratégia consciente e produto do olhar Europeu, com grande controle sobre o sertão, desde o início.

Para isso, as sesmarias continentais eram uma forma de se apropriar de recursos naturais, como fontes de água e lambedouros para o gado. No entanto, a viabilidade dessas áreas concedidas só viria a conhecer efetiva ocupação, por esses grupos sociais que não tinham necessariamente vínculo com o grande sesmeiro, formando essas novas identidades.

A maior parte das áreas de caatinga eram concedidas sob domínio de 10 a 12 moradores, requeridas com as justificativas de servirem de pasto para o gado com ordenações régias onde determinava que as pastagens fossem de uso comum e não podia, portanto, ser apropriadas por particular. Outra distribuição de sesmarias teria preferência aqueles que dedicassem à penetração do sertão, abrindo caminhos, repelindo tapuias irredutíveis, resistindo às invasões e hostilidade.

Estas concessões seriam reavaliadas num período de 50 a 60 anos, de modo que se garantisse a ocupação e utilização econômica das terras. As terras da região atraíam pessoas que se transformavam em agregados, arrendatários e prestadores de serviços na lida com o gado vacum e na produção de alimento para a subsistência, abastecimento local e comercialização em outros mercados regionais. As pessoas foram atraídas pelos benefícios que a posse de uma propriedade naquele local poderia oferecer (Ferreira, 2013). Dessa estrutura agrária nasceu a concentração fundiária como aponta Germani, G. I. (2008) em as condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. Mas por outro lado, a ausência do Estado, possibilitou que muitos outros modos de vida fossem possíveis. Muitas dessas comunidades sobreviveram a essas pressões, outras estão ressurgindo com novas identidades que correlacionam aos primeiros moradores desse chão.

Com isso, dentro desse mesmo território, e de forma não tão explícita, outras marcações e resistências bem mais antigas e sutis ressignificam os paredões rochosos, compostos por conjuntos de figuras ou formas isoladas de figuras humanas, de animais, vegetais e geométricas (Etchevarne, 2007) e os topos dos gerais com os Bandeirantes - criptojudeus (Novinsky, 2015) criando outras estruturas de governança Helenística[7] dentro da Chapada Diamantina. Cada vila era diferente da outra: numa havia um conselho popular, noutra dominava um tirano; noutra a representação da aristocracia estava no poder, mas cada uma defendia ciosamente uma autonomia (Gallazzi, 2011, 165)

[7] Onde cada cidade – Polis - tinha sua organização autônoma em nível político e econômico. O eixo da organização econômica do Helenismo foi o mercado livre, a circulação da riqueza. Dentro das estruturas imperiais, oficialmente constituídas, existia uma rede autônoma de cidades e colônias, quase uma instituição paralela, geralmente mais poderosa e certamente mais rica do que o próprio império Macedônico.

estabelecendo contraditoriedades e re-existências com forte influência criptojudaica, tanto no controle das riquezas minerais quanto nos aquilombamentos[8].

Isso demonstra que as regiões montanhosas da Chapada Diamantina, desde o início da colonização, tiveram muitas outras influências, além do gado. Com outras razões ideológicas, além dos interesses econômicos (Novinsky, 2015, p. 154), configurando outras estratégias de guerras e outras formas de ocupação do espaço. Nas montanhas e vales da Chapada Diamantina, como requisitos de sobrevivência, muitas pessoas de origem judaica, advindas como bandeirantes, batizaram no catolicismo e eram classificados como cristãos novos, mesmo assim vistos com muita desconfiança pelos colonizadores portugueses, por sua dupla representação entre a igreja e a casa, por isso mais tarde foram denominados de criptojudeus. Nesse processo, a influência Holandesa e do Movimento Calvinista também foram decisivos em algumas ações de enfrentamento na região.

A República encontrou na Chapada Diamantina um lugar diverso e que precisava ser controlado pelo Estado, mas de fato, essa aproximação do Estado nunca foi unânime nessas comunidades, apesar das tentativas em deixar uma impressão de Estado Único[9], sendo não só negligente, às vezes violento, às vezes tardio. Foi nesse lugar, distante do poder e com estruturas agrárias tão indefinidas, que surgiu a Sucuiuba [serpente Cósmica do saber], por sua diversidade cultural e suas características geográficas, que caracteriza por suas regiões altas, com largos trechos planos nos intervalos de serranias ásperas, abundantemente irrigados na metade sul. Com numerosos rios e ribeiros, os propriamente diamantinos trazem em suas águas escuras, ou amarelo-topázio, quando tomadas em pouca quantidade (Sampaio, 2002, p. 249).

A diversidade de terras e climas pediam diversas culturas, as quais dependiam da experiência dos mais velhos, ou aprendidos pelo tempo. Entre as exigências, terras com água, currais, regos para as plantações, minas de ouro [e diamante] e pastagens para cada estação, nas áreas chamadas de gerais (Antonil, 2000).

---

[8] Espaços seguros e de acolhimento para pessoas pretas e grupos marginalizados, como escreve Abdias Nascimento em Padê de Exu Libertador (1981).

[9] Conceito que indica a condição social de um indivíduo e que sintetiza um conjunto de sentimentos patrióticos, os quais as pessoas se identificam como parte integrante de uma nação e sua cultura - Identidade Nacional Brasileira (Fiorin, 2009).

Com o tempo, a Chapada Diamantina passa a recortar-se em municípios e distritos, não somente por importância meramente geográfica, mas pelas áreas de poder e zonas de influência estabelecidas entre os coronéis. Em meio a crueldade dos coronéis e do latifúndio que essas comunidades, lideradas principalmente por mulheres, passaram a desenvolver um sistema de trocas entre as vizinhanças, e com a natureza, e insiste como um ser cósmico que ressurge como uma denúncia e anúncio para superação do antropoceno como sistema de governo - regime de exceção (Soares Pinto, 2021, p. 04).

Atualmente a Sucuiuba sobrevive na distopia entre a política do Estado e a noção de território do campesinato[10], formando outras Chapadas Diamantinas, mais ampla, fluida, dinâmica e circular[11], embora engessada dentro do traçado do Território de Identidade. Estes outros destinos abrem possibilidades de encontros ancestrais e interculturais. São esses saberes que alimentam a Sucuiuba.

A Sucuiuba apresenta uma governança da qual as comunidades alimentam de muitos saberes, desde os sistemas de agricultura da mesopotâmia até os mais tradicionais cultivos ameríndios, inclusive, bem anterior ao processo colonial do sertão (1640-50)[12], em que diferentes movimentos humanos traçaram esse chão, de forma sazonal e circular, ao contrário do relatado anteriormente, que só seguia contra a corrente. Ao longo dos anos, a proximidade das fontes de água revela que essa região foi grafada pelos constantes fluxos migratórios, pelo menos a 8.390 AP - Antes do Presente (Etchevarne *et al.*, 2020, p.14-38).

Nesse período vários fragmentos interligam as grutas aos rios, ilhas e brejos formados pelo recuo das inundações fluviais ou pela concentração da água da chuva que constituem setores úmidos no domínio predominantemente seco, enquanto no entorno geográfico se estabelecia como semiárido, entre 8 a 10.000 anos atrás, possibilitando a expansão e retração da ocupação humana na Chapada Diamantina, como um coração que acolhe e cuida.

---

[10] Onde o localismo e o misticismo do campesinato não podem ser explicados como limitações de classe dos camponeses, mas devem ser buscadas nas condições sociais (Martins, 1981, p.31).

[11] A representação circular (ouroboros) é um símbolo místico que representa o conceito da eternidade, através da figura de uma serpente que morde a própria cauda e simboliza a constante evolução e movimento da vida, além de outros significados como a autofecundação, a ressurreição, a criação, a destruição e a renovação. A primeira aparição do motivo ouroboros no Livro Enigmático do Netherworld.

[12] Marco oficial da penetração dos colonizadores no sertão de acordo com Alves dos Santos (2010), em Fronteiras do Sertão Baiano, 1640 0 1750. E Puntoni (2000), em A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.

Essas movimentações circulares partem das especificidades dos ciclos sazonais da natureza e das noções de espaço, ordenados pelos períodos de cheias e vazantes, que dialoga até hoje com os movimentos migratórios e com o histórico de guerras, secas e demandas econômicas, apontando distintas noções de territórios e vizinhança dessas ocupações, conforme aborda Alves dos Santos:

> Esses processos adaptativos figuram na movimentação interna e de entrada e saída da Chapada Diamantina, representada pelo conjunto dos deslocamentos sazonais. Os ciclos climáticos das estações do ano, a oferta de alimentos e os itinerários tradicionais de circulação orientavam os deslocamentos no semiárido (Alves dos Santos, 2010).

Os grafismos documentam as atividades humanas, ordenadas no tempo e no espaço, intervindo no ambiente e conformando painéis compostos por conjuntos de figuras ou formas isoladas que podem ser agrupados em quatro grandes categorias gráficas: as figuras humanas ou antropomórficas; de animais ou zoomorfas; de vegetais ou fitomorfas e as geométricas (Etchervame, 2007).

Figura 4 - Pintura Rupestre (Riacho das Palmeiras, Seabra-Ba).

Fonte: Autoria própria, 2022.

Atualmente, essas mesmas imagens são ressignificadas e marcam uma ocupação mais recente, no processo de dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica - etnogênese, que conduz a outra margem do

direito e operam mais como os conceitos da antropologia do que os objetos políticos ou a dimensão política dos conceitos em si, como vem acontecendo na comunidade de Iúna, município de Lençóis, Bahia.

> Reassentamento onde restam terras[...], conhecidas pela grande quantidade de água e pela várzea, que tudo dá. Era uma porção de mundo entre dois rios que corriam à sua volta por quase todos os lados, formando uma ilha no coração da Chapada Velha. Para cá, em quase todos os anos de seca de que se tem notícia, peregrinaram muitos trabalhadores buscando morada. Eram trazidos pelo gerente da fazenda, ou pelos que ali já estavam, que pediam por irmãos e compadres. Outros chegaram sobre as forças das próprias pernas para se juntar aos demais, com a autorização dos donos da terra (Junior, 2020, p.179).

Nesse imaginário, os vales formam esse lugar de acolhida, onde se encontram os diversos povos em Romaria[13], retirada a um lugar digno de veneração, como meio de sobrevivência. Lugar de passagem e de reprodução. Mito europeu com ressignificação nos processos migratórios no Nordeste brasileiro, protagonizado como o lugar das Bandeiras Verdes, que ninguém sabe dizer exatamente o que é nem onde é, mas, seria reconhecido quando fosse encontrado, por ser um lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres, em contraste com o nordeste árido e latifundista (Martins, 1953, p. 53).

> Áreas de vazantes dos rios onde se instalava barramentos de tábuas e canais que nutriam as comunidades com produção irrigada nos períodos de seca, formando comunidades, segundo Senna (2005), onde os filhos mágicos da natureza iam se estreitando aos longos caminhos do mundo e da vida até formar uma ilha étnica no mosaico relacional brasileiro. O rio Utinga, por exemplo, por volta de 1846 era composto por muitos quilombos de valentes e perigosos negros, fugidos das fazendas e que povoavam e cultivavam o vale do rio Mocambo. Com o fulgor das minas de diamantes de Lençóis e Estiva, surgiu às margens desse rio, um arraial de casinhas de palha que servia de pouso dos viajantes que interligava Jacobina, Morro do Chapéu e Orobó (Senna, 2005).

Nem sempre conseguem romper com as estruturas latifundiárias. Nessa terra para sobrevivência, vende a força de trabalho do chefe de família e cultiva uma parcela da terra, como meeiro realizava um contrato verbal, nem sempre respeitado pelo patrão. Cena corriqueira nas fazendas da região em que o latifundiário soltava gado nas plantações dos posseiros.

Aqui expressa um descumprimento de um acordo que extrapola os limites da fazenda, representada em Torto Arado, em que Itamar Vieira Junior (2020) relata o cotidiano das mulheres em seus quintais e suas insatisfações com as práticas do fazendeiro:

> "Mas as batatas do nosso quintal não são deles", alguém dizia, "eles plantam arroz e cana. Levam batatas, levam feijão e abóbora. Até folhas pra chá levam.

[13] Mito criptojudeu: o sonho do paraíso terrestre, da esperança na redenção e a perspectiva messiânica (Novinsky, 2015).

> E se as batatas colhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores" — disse Santa, arregalando os olhos para mostrar sua revolta. "Que usura! Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana" (Junior, 2020, p. 45).

São nesses vales que, mesmo dentro da propriedade privada, os camponeses dinamizam a rotina dos meios de produção, nessa dinâmica produtiva definida pela relações entre a materialidade física do recurso, associado às dinâmicas sociais, as estruturas previamente definidas e as escalas de poder que levam a condicionantes e processos que se constituem em múltiplos territórios e se articulam e tencionam para garantir o acesso à água, muitas vezes de forma desigual, sob o controle do suposto dono da terra, que permeia os direitos de uso da terra e das águas e, dos meios de reprodução, onde dinamizam os territórios hidrossociais.

Nessas condições, as famílias que não marcharam para o Sudeste, nas levas de migrantes nordestinos sob intervenção dos grandes projetos modernizantes do país, desenvolvem a dinâmicas extrativas que concretizam o modo de vida tradicional ao moldar o perceptível ao invisível, com novas cores, sabores, gêneros, cuidados e interações com a natureza, muito além das disputas, mas, baseados nos modos de ver a fronteira, a partir dos quais a realidade é observada (Martins, 1996, p. 28).

Esse lugar mítico, com água embutida, pauta o modo de ver os lugares sociais, acionando uma representação da democracia política na forma de autogoverno, com tendência ao igualitarismo, a mobilidade e a consequente quebra do vínculo do costume ou da tradição (Gerhard, 1959, p. 207).

Dessa forma, a luta extrapola o latifúndio e suas disputas de permanência e/ou entrada do trabalhador na fazenda, mas repleta de interações sociais e capacidades de produzir diversidade. Mas que nesse imaginário, a presença do Estado foi construindo a concepção do vazio geográfico e classificando os moradores. Nesse aspecto categórico, esses nativos[14] são os 'anulados da terra'.

Na prática, esse aparente silêncio na verdade é outra linguagem, uma forma simbólica de expressar, repassadas secretamente de boca-a-boca, que às vezes aparece grafada nas pedras, traçadas no chão pelos rios e montanhas, mas que, no decorrer dos anos passam a ser sufocadas pelas noções políticas de Estado Territorial, como forma de organização das sociedades modernas e contemporâneas (Porto Gonçalves, 2002, p. 223).

[14] Expressão adotada neste texto como os 'anulados da terra', que dentre outros significados é, aquele que nasceu no lugar, ou originário daquele lugar. No caso da Chapada Diamantina usa-se essa expressão como o exótico que come batata selvagem e palma, tem pouca participação política e serve aos turistas.

Na prática, a aplicabilidade da lei das águas tem compreensões diferentes entre o Estado e esses nativos. Quando se fala de água como recurso justifica-se o poder econômico e o problema são essas outras dimensões da água que se torna elemento fundamental nesse território utópico. Isso porque, os rios que percorrem o imaginário dos nativos cruzam territórios universais e desembocam na alma do mundo (Mia Couto, 2009).

É nesse espaço que se intensifica a presença e as intervenções do Estado, correlato ao aumento da pressão sobre os territórios. Segundo Mia Couto, essa diversidade está sendo negada, nos dias de hoje, por um sistema que escolhe apenas por razões de lucro [...] e o Estado mora ao lado, no lugar onde o silêncio não existe, enquanto os nativos têm que lutar para que seu silêncio seja palavra e dê conta da ordem do invisível e do onírico (2009). Nessa contradição que se constrói o caminho da serpente, marcado pelas secas e suas retiradas, pelas paragens e reterritorialização.

Misteriosamente, no mapa acima (figura 3), as áreas em verde, com excelente condição hídrica estão nesses territórios [de uso comum e/ou de restrições de uso] a qual, ultimamente, vêm perdendo espaço. Isso prova que há uma disparidade entre o modelo de gestão pública dos bens naturais e as normas das comunidades, nas quais, quase sempre estão em jogo o controle e a autonomia desses povos. Diante disso, este contingente de pessoas com tendência clandestina, foi fragmentado no território, mas construíram suas próprias dinâmicas alinhadas às economias emergentes e ordenadas pelas nascentes das três bacias hidrográficas no Território de Identidade da Chapada Diamantina.

3 A CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS [MORADA DA SERPENTE]

3.1 São Sebastião (a utopia do boi devorador de serpentes)

São Sebastião[15] é um assentamento de Reforma Agrária situado na metade do trajeto dos 80 km do rio Utinga, em um vale altamente produtivo, sortido de cores, e nele residem pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) instalados em uma terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

[15] Estabelecido no município de Wagner, Bahia. O assentamento deu origem em 1995 e conta com 92 famílias assentadas. Decreto de 21 de maio de 1996, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "FAZENDA SÃO SEBASTIÃO DO UTINGA", situado no Município de Wagner, Estado da Bahia, e dá outras providências.

(INCRA).

Em uma das visitas pude ver o rio totalmente seco, várias viaturas cheias de Policiais, alguns funcionários do INEMA e uma máquina para destruir a única barragem do povoamento. Enquanto rio acima vários produtores tinham suas águas asseguradas para molhar suas roças de banana, simplesmente por ter outorga. Abaixo, várias comunidades sem água até para o consumo humano.

Durante a pesquisa, na sede da igreja católica, quatro homens com características bem distintas, mas todos com traços afro indígenas e vestimentas de vaqueiro, em forma de círculo e com um gravador no centro discutem a situação hídrica do rio, as práticas produtivas, religiosas e culturais e como isso entrelaçam entre cheias e vazantes, vales e grotas do rio que considera parte intrínseca da comunidade. Por ter pessoas de várias comunidades o assentamento tem diversas manifestações religiosas que dialogam com as dinâmicas do rio, ainda em consolidação.

Recordam como foram perdendo o controle sobre o rio, com seus barramentos de tábuas e canais que nutriam os vales de fartura. Hoje, já com os seus lotes tiram seu sustento, mas todos considerados clandestinos por usar pequenos motores para bombear até suas plantações sem outorga ou dispensa.

> Desde a época do fazendeiro, acima da ponte, ele molhava essa baixada toda com esse açude [barramento]. Veja só, quando nós entramos aqui a gente tinha ali essa barragem, a gente percebe que ela ajudava a sustentar mais a água do rio e com a chegada do IBAMA [INEMA] na região, chegaram com muita pressão terminaram desmanchando os barramentos que eram um braço forte pra nós aqui. Depois que eles desmancharam o barramento, realmente passam certos tempos, se não tem chuva, logo deixa de produzir algumas coisas porque o rio não sustenta. Eh, eu acho que a solução são pequenos barramentos mesmo, que os antigos fazia, porque ainda tem um rastro aí, a gente pode ver que sustentava água permanente pra não ir embora, né? Toda vida quando o rio dá enchente depois vai embora e aí permanece naquele pouco ali, de uns sete anos pra cá o consumo de água cresceu muito, rendeu muito a utilização, né? Um bocado de coisa que vem aí, só vai se agravando, né? (PA São Sebastião, 28 jan. 2023).

A nascente [do Utinga] que é raríssima e com um fluxo constante, que não diminui nem com a seca, já não consegue atender aos eficientes sistemas de irrigação controlados pelo INEMA. Em relatos à série ‘De Olho na Resistência’ no site do Observatório 'De Olho nos Ruralistas' (2021), moradores afirmam os açudes de tábua contribuíam para o plantio. Esses barramentos formavam ilhas com “roças entre os canais, como na Mesopotâmia, onde plantavam feijão, milho e cana".

Esta prática de barramentos era comum em toda extensão do rio, por todos os vales. Essas vazantes ainda são áreas preferidas para irrigação nos assentados. São Sebastião não é diferente, mesmo com as adaptações, pós autuação do INEMA nos anos anteriores, os camponeses seguem uma tradição da agricultura diversificada para atender as demandas das feiras livres dos municípios circunvizinhos.

> Todo mundo trabalhava de roça de milho, feijão, pimentão a gente chegou plantar aqui um bocado de coisa pra produzir e com água por gravidade, molhada pelo rego e na terra. Não usava o encanamento de motor essas coisas, a água não estava só no rio e molhava o chão. Era uma coisa que parecia melhor de produzir. Na verdade, na época das enchentes, no caso vamos supor agora, a enchente está terminando. Vários lugares que já estavam enxutos a gente já começava a limpar. Na época de trovoada a gente também já se preparava, quando vinha a trovoada ninguém plantava mais, que é a época da enchente. É esse período que dava enchente que pode ainda acontecer (PA São Sebastião, 28 jan. 2023).

Considerando o histórico do rio Utinga ao longo dos anos, percebe-se uma tendência à monocultura, com maior controle do Estado. De acordo com Senna (2005), há relatos de sistemas de barramentos e regos nas vazantes do rio Utinga desde 1846, e por volta de 1917 a região estava com mais de cem engenhos de cana, produzindo açúcar, rapadura e cachaça, além de grande produção de feijão, milho, arroz, mandioca, fumo, batata e outros.

No boletim da Prefeitura Municipal de Utinga (PMU), no rio Utinga desenvolveu-se projetos agrícolas com alta produção de hortaliças e frutas, sem o abandono da tradicional atividade agropecuária onde a criação bovina e o cultivo de milho, feijão e café não foi deixado de lado (Senna, 2005, 58). Na verdade, essa realidade começou a ser mudado pelo Instituto de Álcool e Açúcar, criado em 1933 pelo governo de Getúlio Vargas. Este Instituto interferiu de certa forma com muita intensidade na economia, como afirma Ronaldo Senna sobre o vale do rio Utinga (2005) em que os engenhos foram calando, a vida de todos piorando e começou o grande êxodo.

Mesmo com o projeto de assentamento (PA) já consolidado, a proposta de padronização do modelo de agricultura e de controle do Estado continuou.

> Aqui mesmo o IBAMA e o INEMA num se entreviam tanto com esse assunto. Eles começaram de lá de baixo, por exemplo, da Bela Flor, esses trecho aí em Jaraguá, que eles andaram arrebentando, né? E às vezes nós aqui vendo essa situação não criou a resistência, assim pra estar fazendo, né? Foi mudando por aí e a gente aqui também foi né? Ficando sem ação com aquilo, porque não dava muito certo (PA São Sebastião, 28 jan. 2023).

Tanto que, agora adotam sistemas de bombeamento por micro aspersão, de forma clandestina, mas a produção ainda é tradicionalmente ressalvada pelos ciclos da natureza, entre cheias e estiagens e fases da lua. Enquanto, por outro lado, a monocultura da banana tem uma demanda permanente de água, insumos e cuidados, quebrando a relação de solidariedade, tempo e espaço típico da cultura dos 'regos'.

Esses monocultivos são regularizados com outorgas e, dessa forma, o próprio INEMA (2022) apresenta uma demanda hídrica[16] equivalente ao dobro da vazão da nascente, ao tempo em que, a Associação dos Irrigantes ainda pretende expandir o dobro das áreas irrigáveis, considerando a extensão atual[17]. É evidente que com essa magnitude de usos existentes e potencial, para a disponibilidade atual, a conta está longe de fechar, principalmente nos períodos secos.

O próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu (CBHP), em seus estudos hidrológicos básicos do rio Utinga, apresenta na Nota Técnica 02 que em 1.958 a vazão média do rio era de 3.149 m³/s enquanto que, em 2018 a média caiu para 0,531 m³/s. com esses dados percebemos uma queda no volume médio e uma maior variação entre os períodos de enchente e de estiagem, como afirma os estudos de ampliação da oferta hídrica da sub-bacia do rio Utinga[18]. Até o início dos anos 90, o rio Utinga estava sempre cheio sob a ponte da BR 242, por exemplo, era possível tomar banho em uma água límpida, pescar e observar os cágados d'água (tartarugas de água doce) no fundo do rio.

Além dessas informações oficiais, há relatos de que a crise hídrica se configurou, progressivamente, nos últimos 30 anos, período em que a gestão pública dos recursos hídricos ganha espaço, com a Política Nacional de Recursos Hídricos (CBHP, Balanço hídrico superficial preliminar da Bacia do rio Utinga, 2021).

---

[16] Estudo de ampliação da oferta hídrica na sub-bacia hidrográfica do Rio Utinga que define as diretrizes que servirão de base para o processo de tomada de decisão na seleção de obras estruturantes a serem propostas pelo Plano de Segurança Hídrica do Estado. O relatório apresenta estudos básicos, pelas estimativas da disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, pela seleção das obras que visem o aumento da disponibilidade hídrica regional e pela definição dos arranjos dos aproveitamentos selecionados.

[17] No estudo foram identificados 1.160 usuários de água para irrigação e uma área irrigada de 3.587 hectares, que se distribuída de forma justa corresponderia a uma extensão média de 3,0 hectares por usuário.

[18] BAHIA. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. Estudos de ampliação da oferta hídrica na sub-bacia do rio Utinga. Ações para segurança hídrica na Bahia. RAT 04 - relatório de atividade técnica 04: definição da área e de estudos básicos (2020). Disponível em: http://www.sihs.ba.gov.br/arquivos/File/RAT_04_Definicao_da_Area_e_de_Estudos_Basicos.pdf

O assentamento foi uma grande oportunidade para todas aquelas famílias de vaqueiros espalhados e silenciados de fazenda em fazenda se juntarem próximo ao rio, uma nova história seria contada pelos guerreiros com vestimentas de couro. Por outro lado, esses valentes tangedores de gado não almejavam a revolução, precisava apenas de um pedaço de chão para produção de alimentos nos mesmos moldes que já praticavam como meeiros, mas agora com direito a toda produção, tanto que, sem rupturas estruturais, só foram perceber as fragilidades nas questões hídricas 25 anos depois de instalados na área.

Nesse período, como afirma Porto Gonçalves (2005), as novas escalas na vida hierarquizaram a organização social do espaço e foi capaz de determinar o que devia ser feito. A atividade deixava de ser definida pelos ciclos da natureza e passava pelas demandas do mercado, implicando em outra forma de relação com a natureza. O ecossistema é observado a partir de um olhar externo de como deveria ser explorada para conduzir ao desenvolvimento. As águas entram no mesmo bojo desenvolvimentista e, aos poucos, suas tecnologias sociais perdiam espaço por um sistema com eficiência utópica[19] devorador de Sucuiubas, com o aval do Estado.

> Nesse momento, até mesmo a revolução (nas relações sociais e de poder) por meio da tecnologia conhecida como revolução verde afirmara-se como parte da luta contra a revolução vermelha, que apresentava concretamente como uma revolução nas relações sociais e de poder enquanto revolução social e política e não simplesmente uma revolução técnica (Porto Gonçalves, 2019).

Vale ressaltar que, para consagrar-se esse Estado Nacional, os direitos sociais, civis, individuais seriam implantados de acordo com a correlação de forças no interior das fronteiras de cada Estado. Dessa forma, as elites dominantes idealizaram um Estado para seus fins desenvolvimentistas. Neste contexto, a reconcentração do poder passava também pela reforma agrária. Da mesma forma, a gestão das águas nos anos seguintes, como um recurso que serviria de um pilar para o princípio de soberania do 'Estado Moderno', que atualmente está em crise. Talvez por que, foram constituídos para garantir a integridade física territorial dos Estados e não das Nações (Porto Gonçalves, 2005, p. 21).

Assim como a luta pela reforma agrária, a luta pela água passa por "*ações fortes*

[19] O não lugar, um lugar imaginário que situa num outro tempo, longe do nosso espaço do aqui-agora (Porto Gonçalves, 2005).

de resistência não violenta"[20] a fim de criar uma rede de solidariedade em torno da problemática, na integração das lutas e no processo de avaliação e monitoramento contínuo (Arquivos internos da CPT, 08/09/1993). Que vai muito além de uma problemática social. Aquela velha utopia, atualmente se depara com os limites da natureza e exige uma ressignificação da reforma agrária.

3.2 Iúna (a serpente e a seca)

Tão diferente que parecia outro país, esta foi a primeira impressão que tiveram os primeiros retirantes da seca ao chegar em Iúna, em 1932. Seguindo o percurso – rio abaixo [rio Utinga], já no encontro com o rio Santo Antônio, foi ali que instalaram o que chamamos hoje de comunidade quilombola de Iúna[21].

Meu primeiro contato foi numa manhã cinzenta de agosto de 2017. Deparei-me com casas simples, de pau a pique, bem localizadas entre as flores e nenhuma pessoa disposta a relatar o fato acontecido na noite anterior, uma chacina que vitimou seis (06) pessoas. Na estrada, o sangue formava uma crosta escura de chão rachado com larvas e cheiro característico. Nesse momento até a presença da polícia era difícil, de lá pra cá a presença do Estado se manifesta de diversas formas. Enquanto isso, cada vez mais jovens migram para a cidade grande. As casas não são mais como as de antigamente, nem a relação com a natureza, parece tudo ir se perdendo aos poucos, menos o medo.

Os moradores afirmam que o local é sagrado, também pelas suas águas. A comunidade é morada de Cosme e Damião, Mãe d'água, Janaína, Santa Rita Pescadeira e Nego d'água. Mesmo assim, passaram a sofrer pelas crises hídricas desde 1992, de lá para cá muitas dinâmicas espirituais foram mudando. Em sua particularidade, a comunidade foi formada a partir dos fluxos migratórios provocados por um longo período de estiagem na região. Famílias advindas de Remanso, Estiva, Andaraí, Nova Redenção e Ibiquera compartilham traços e histórias semelhantes em termos de costumes, mas também na experiência de desterritorialização (Haesbaert, 2009, p.127).

---

[20] Princípio das ligas camponesas, movimento de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950, que teve como principal figura incentivadora o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião (1915-1999).

[21] Comunidade situada no encontro dos rios Utinga e Santo Antônio, município de Lençóis, ao lado do Parque Nacional da Chapada Diamantina e dentro da Área de Proteção Ambiental – APA de Marimbus/Iraquara, Decreto 2.216, de 14 de junho de 1993.

Essa nova reterritorialização em Iúna é definida primeiro pela presença das fontes de água, o lugar promissor para ‘as bandeiras verdes’ e pelos encantados, influência do Jarê[22] que define a incorporação espiritual e seu vínculo com os Filhos de Santo no local. Atualmente, as pessoas em sua maioria, vivem da pesca, da agricultura e do extrativismo. As casas se distinguem por um canteiro de plantas medicinais na frente, envolto de pedras e, no interior da casa, um altar com seus Santos de devoção.

Dentro dos ciclos de cheias e secas normais de cada ano, há casos excepcionais de secas mais intensas registradas ao longo dos anos, que definem bem o local. Entre 1809 e 1889, por exemplo, foram registrados intermitentemente 25 anos de seca e 11 de pluviosidade excessiva, interferindo no preço dos alimentos, na perda de lavouras, afetando a economia. Para Teixeira (2021), não tem como se falar dos Sertões sem mencionar esse terrível problema que até hoje deixa suas marcas de expulsões.

Habitualmente, os habitantes reagiam pelas retiradas, mirando áreas com chuvas mais regulares onde pudessem estabelecer suas levas de flagelados. A seca se consolidou como o marco da chegada e da retirada. A comunidade de Iúna era um desses locais, da Chapada Diamantina, de acolhida pelas suas águas, mas também pela busca do sonho das pedras brilhantes nas lavras diamantinas. Seus rios, vales e pantanais permitiram uma dinâmica espaço-temporal de recursos naturais[23] intimamente ligada às estações do ano, mesmo como meeiros na fazenda.

Essas retiradas não acontecem apenas por motivações climáticas, mas, geralmente por conflitos sociais ou pelas grandes secas regionais que sucedem de 26 em 26 anos em média. Essas secas marcam jubileus. Nesses marcos temporais mais prolongados, de secas ou morte do pai de Santo, os territórios se reconfiguram, a partir dos Orixás. Por exemplo, os orixás que têm base nas águas, nos rios, nas lagoas, quando se afastam, as pessoas que recebem procuram morar nesses locais apropriados que se adequam onde fazem as oferendas, em contato com a natureza, água, etc. Os pais de Santo moram na

[22] Trata-se de uma variante do 'candomblé de caboclo' originado nos centros mineradores da Chapada, culto no qual os deuses yorubás ou orixás foram em grande medida assimilados a uma classe genérica de entidades nativas, os caboclos, considerados como índios ou descendentes de índios. O Jarê gradualmente espalhou-se pelas áreas circundantes de agricultura camponesa, adquirindo neste processo, novos adeptos e também novas características. Em linhas gerais nas zonas de agricultura a influência do catolicismo sobre a religião é tida como bem mais pronunciada que nas áreas tradicionais de mineração (Alves; Rabelo, 2009).

[23] Conhecimento de pescadores tradicionais sobre a dinâmica espaço-temporal de recursos naturais na Chapada Diamantina, Bahia. https://www.scielo.br/j/bn/a/BQgJBPqZYJ89B9qY7KMd8vq/.

zona rural, em contato com a natureza, com os ventos, as águas, porque tem caboclos indígenas (Com. Quilombola de Iúna, 19 jul. 2023).

Mesmo nessa situação, entre as cercas, Iúna é mais um caso de territorialidade. Conseguiu impulsionar sua relação com a natureza dentro do limite do latifúndio, vício de origem desse país, que sempre limitou outras dinâmicas de uso da terra, dificultando as práticas costumeiras das comunidades e intensificando as rupturas metabólicas[24], a ponto de requerer a regularização do território:

> Dentro da fazenda 'Vivia da Agricultura de subsistência (de sequeiro ou em vazantes, terrenos ilhados e úmidos), pesca, extrativismo vegetal (Azeite de dendê e buriti, artesanato de cipó e palha de licuri) até o colapso hídrico do rio Utinga, em 1992. O rio era perene e desde essa data começou a secar todos os anos no mês de agosto até dezembro e às vezes prolongava até março. Desapareceram várias espécies de peixes morreram nos poços e lagoas que secaram, dificultou a pesca que era a sustentabilidade de várias famílias e morreram muitas árvores frutíferas que viviam próximo ao rio, entre eles buritizal, jaqueiras e mangueiras, mudando drasticamente a dinâmica da comunidade, inclusive tendo que mudar o local das oferendas religiosas. As comidas e bebidas das mesas de são Cosme e Damião que são despachadas nos rios (águas correntes), nos meses de setembro e outubro tiveram que mudar do rio Utinga para o rio Santo Antônio que é perene" (Com. Quilombola de Iúna, 23 jan. 2023).

Desde essas interferências climáticas, de 1992, a comunidade passou a se preocupar mais com suas identidades e conseguiu o reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares (processo: 01420.002394/2005-75), e a certificação como comunidade Quilombola em 06 de dezembro de 2005. Além da titulação de seu território como quilombola por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), decretado em 2015[25] e assinado em 2023, durante o transcorrer desta pesquisa. A área do Quilombo corresponde a 1.414,1632 ha, mas foi reduzida uma área de 4,0954 hectares, relativa à estrada municipal. Outros conflitos de ordem política ainda persistem. Mas, por se tratar de questões sigilosas, não será possível relatá-los neste texto. Nessa interrupção do processo por (07) sete anos parado, o entorno da comunidade estava sendo desmatado para pastagens e monoculturas de banana. Para compensar, o Estado, nesse período, estava disponibilizando um técnico agrícola e pequenos projetos produtivos espremidos nos quintais.

---

[24] Marx, Karl. O Capital. Livro III. [S.l.: s.n.]

[25] O pedido de titulação de território foi suspenso a pedido da Casa Civil da Presidência da República ao Ministério público Federal - MPF até que o Supremo Tribunal Federal – STF concluísse o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 3239, que questionava a validade do Decreto presidencial nº 4.887/2003. O julgamento foi favorável aos quilombolas, mas atrasou o processo.

Hoje a comunidade, mesmo gerando autonomia com o extrativismo e a pesca, tem que conviver com a imagem de uma grande casa 'sede da fazenda' que, mesmo com a portaria de reconhecimento do território, insiste em manter o imaginário do latifúndio entre os comunitários e, por vezes, a insegurança hídrica se intensifica, já que com os constantes conflitos hídricos o governo do Estado concluiu um 'Estudo de ampliação da oferta hídrica da sub-bacia do rio Utinga'[26] de grande impacto para a comunidade, sem sequer serem consultados. Sem contar as questões ambientais mais importantes, que de forma integral atingem a APA Marimbus/Iraquara. Neste desenlace, o INEMA evidencia que quanto maior a crise, mais forte é a presença coercitiva do Estado.

Estas questões do rio Utinga se somam às outras bacias hidrográficas analisadas, com críticas frequentes ao INEMA que prioriza os empreendimentos do agronegócio, em situações de escassez, simplesmente por estar com outorga regularizada, agindo de forma violenta contra as ilegalidades nas licenças e outorgas, mas fazendo vistas grossas a outras formas de injustiças e/ou prioridades. Como exemplo desse cenário cita-se o caso da Fazenda Bonita, atual Bioenergia Orgânicos:

> O fazendeiro fez o desvio do Santo Antônio jogando o curso do rio para as proximidades da Fazenda para conseguir águas para irrigação, montou uma draga com equipamentos, que assoreou a Lagoa Bonita que era suspiro da Lagoa Encantada, município de Andaraí. Na Lagoa Bonita tinha diversas qualidades [espécies] de peixes que desapareceram, principalmente o tucunaré. Sem falar dos encantados, orixás, nego d'água que eram vistos na lagoa. Tudo isso se acabou e o território de Iúna ficou sem o rio, restando apenas altas bancas de areia (Com. Quilombola de Iúna, 23 jan. 2023).

Nesse depoimento, a comunidade relata elementos que evidenciam a cegueira do Estado em relação aos 'espíritos da ecologia' (Soares Pinto, 2021, p. 4). Para os nativos, isto seria, na governança das águas, uma categoria prioritária [influência de sobrenatureza] para superação da crise ambiental planetária. No relato acima, a liderança aponta que junto ao Nego D'água foram as pessoas da comunidade, dando lugar a uma empresa com dimensão conceitual de 'Bioenergia Orgânicos', lideradas por pessoas brancas com discursos de preservação ambiental atrelada a eficiência tecnológica e científica. Esta tendência de dominação articulada entre Estado, mercado e império (geopolítica internacional) consolida a política de dominação, sobre o que existe e quem/o

[26] O estudo sugere ações de engenharia como a implantação de barragens, perfuração de poços, além da otimização da gestão dos seus recursos hídricos. Com a construção de (03) três novas barragens de regularização plurianual serão inundadas uma área de 423,7 hectares e com as seis (06) barragens sazonais intra/anual nas vazantes, mais 4.364,9 m² de extensão. As nove (09) barragens somam um volume acumulado de 73.743.050 m³ de água.

que pode interferir.

Esse é um motivo de preocupação, já que os encantados que desaparecem, por algum motivo, ao reaparecer em outro local, em outro vale, por exemplo, leva os seus, criando uma série de incertezas quanto ao futuro de IÚNA.

3.3 Bocaina (a passagem entre as serras)

Já do outro lado do Território de Identidade, descambando pelo rio de Contas, a comunidade quilombola de Bocaina[27], como o próprio nome já diz, conforma em uma passagem entre as serras. Nesse acesso, várias casas interagem entre a riqueza produtiva dos vales e a opulência medicinal das serras. A Bocaina é morada do Senhor Serra[28] e minha aproximação inicial se deu de forma virtual, após perceber fortes mobilizações nas inúmeras reuniões virtuais que teciam os dias de reclusão, no auge da pandemia. A visita presencial não demorou a acontecer e nessas oportunidades as janelas reais comprovaram o desespero vivido nas janelinhas cibernéticas.

A poeira, os ruídos e as explosões de uma mineradora instalada no espaço sagrado do encantado, sugava o sossego, a paz e a perspectiva de futuro daquela comunidade quilombola. Foram vários contatos, percorrendo montanhas envolvidas de poeira e vales ressequidos e empoeirados. Mas, durante a pesquisa a montanha já retomava seu verde característico e apesar da ferida aparente, os ruídos e poeira já não exalava mais da mina, fechada meses antes por irregularidade no licenciamento.

Bocaina tem uma estrutura de engenharia tradicional potente, com casas de farinha, alambiques e engenhos, embora ameaçada por outra engenharia, a mineração, afirma uma moradora. Hoje, os vales já não correm tanta água, o arroz vermelho[29] perdeu espaço para outras culturas. Esta comunidade apesar de se reconhecer como quilombola,

---

[27] Município de Piatã, certificada como quilombola desde 16 de maio de 2013 como comunidade de Carrapicho, Sítio dos Pereiras, Mutuca e Capão.

[28] Mistérios do inconsciente dos sonhos. Por exemplo, certa vez acordei de manhã e encontrei uma mensagem em meu WhatsApp: -preciso falar com você! Desesperado, ligo! A pessoa, do outro lado, conta sobre um sonho que teve com o seu pai, já falecido. Ele aparecia, de uma forma tão perfeita, que parecia real, pedindo para proteger a serra da Bocaina, pois ali é morada do senhor Serra. No sonho, cobrava o compromisso da filha no plano espiritual. A partir daquele momento, ela [sua filha] pede demissão do seu emprego, em São Paulo, e volta para lutar com seu povo.

[29] Pertencente à mesma espécie do arroz branco (Oryza sativa L.), muito embora sendo o arroz mais antigo em cultivo no mundo e o primeiro introduzido no Brasil. Estas sementes são patrimônios das comunidades quilombolas da Chapada Diamantina e cultivadas nos brejos, grotas e vales desses territórios.

sempre teve interações com os gerais e a caatinga, levando e trazendo o gado, numa dinâmica de Fundos e Fecho de Pasto e se orgulha pelas pinturas rupestres contidas nos seus paredões de pedra.

A empresa que vem tirando o sossego da comunidade é uma transnacional com sede em Londres, fundada em 2011. Desde sua chegada em 2014 em Piatã, na Bahia, a empresa vem causando diversos problemas, por desrespeitar as legislações ambientais e extrair minérios de maneira clandestina[30], por isso foi embargada e está sem extrair minério nesse momento. Mas, enquanto funcionava, deixou uma série de violações que vão desde a execução das atividades fora dos limites permitidos pela lei, passando pelo descarte de rejeitos resultante de suas atividades em áreas proibidas, como áreas florestadas em beiras de estrada, de rios e até a supressão e o soterramento de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP) de corpo hídrico (Mucugê, 2022).

A comunidade de Bocaina, território tradicional, é afetada diretamente. Suas fontes de águas, que são fundamentais para a dinâmica dos territórios e para o abastecimento de outros territórios da Bahia [rio de Contas], estão comprometidas em três dimensões: segurança hídrica e soberania alimentar; saúde e bem-estar; e, por fim, as incertezas quanto às garantias territoriais e perspectivas de futuro quanto ao destino da comunidade. Diante disso, a comunidade tem questionado o descumprimento da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT[31].

De acordo com o INEMA, durante a análise dos referidos processos, não foram localizadas comunidades tradicionais de Quilombolas nas proximidades das áreas em que a empresa atua. Afirmou-se que a informação não constava nos documentos apresentados nos processos pela requerente, nem nos sistemas da GEOBAHIA e do IBGE. Além disso, o INEMA apresentou Nota Técnica, com o histórico e observações acerca das Licenças Ambientais concedidas anteriormente à Brazil Iron Mineração Ltda.

---

[30] Parecer do INEMA confirma que a mineradora explorava para fins comerciais sem permissão legal. O órgão informou que, em 17 de julho de 2019, concedeu duas Autorizações Ambientais à Brazil Iron Mineração Ltda., para realizar a lavra experimental, mediante Guia de Utilização de minério de ferro, *com* produção de 300.000 t/ano, através das Portarias 18.686/2019 e 18.685/2019, com o prazo de três anos, referente aos processos 2019.001.002953/INEMA/LIC-02953 e 2019.001.002949/INEMA/LIC-02949.

[31] O documento é o primeiro mecanismo de abrangência internacional a reconhecer de forma ampla as "condições sociais, culturais e econômicas dos povos originários e tradicionais e obriga os países signatários a assumirem a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade".

As atividades da mineradora Brazil Iron foram interditadas pelo INEMA devido a supressão e soterramento de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente – APP do Riacho do Lameiro, conhecido como Córrego do Riachão, bem como pelo avanço da mineração além dos limites permitidos pela autorização de pesquisa adquiridos junto ao Instituto. Outro afluente do Rio de Contas que também foi impactado pela empresa e que nunca teve a atenção do INEMA, mesmo diante de várias denúncias e relato dos moradores em vários eventos públicos, é o rio do Bebedouro. Este capta água de diversas nascentes efêmeras, com infiltração até o lençol freático, aflorando mais abaixo, quando a drenagem passa a ser perene. Nesse período, de suas oito (08) nascentes, cinco (05) tiveram interferência devido à construção de estradas não pavimentadas próximo e/ou sobre essas nascentes.

Para o Geógrafo Mucugê (2022), que elaborou a cartografia social da comunidade, mesmo com a retirada do rejeito do leito do córrego do Bebedouro e com o barramento para que a água da chuva não leve o rejeito novamente, a preocupação persiste, pois não se sabe se a engenharia utilizada no barramento é segura, não há plano de evacuação, caso essa barragem rompa, interferindo comunidades a jusante e toda bacia hidrográfica do rio de Contas, impedindo o uso da água para consumo por várias comunidades que dependem dessas águas para a sua subsistência.

> Eu lembro que pai ainda trabalhou muito irrigando assim, cortando a água no meio da roça, abrindo com a enxada, aí a água ia pra um canto, ia por outro, dava trabalheira doida. Agora eu mesmo nunca fiz aquilo não. Mas, lembro de pai fazendo isso. Uma barragem acima do brejo. Tirava água num rego que ia dando queda pra onde estava a roça. A barragem era de madeira e servia para irrigar feijão, arroz, milho. Mas, acabou com o tempo, porque os rios também secaram. Hoje, só tem as barragem que encana as águas pras casas, mas açude mesmo pra irrigação não tem mais. As águas do rio foi diminuindo, não sei porque, mas de 1987 em diante foi secando até os brejos. Não sei se por causa das encanações ou talvez pela quantidade de poços. Não sei, não sei. Aí só mesmo fazer um estudo pra saber. Hoje, tem hora que, até a cana mesmo, se for um ano bom de chuva nem cana sai.
>
> É muita negligência do INEMA, porque eles dão outorga pros poços e não considera os rios, não considera você. Pra você ver, um dia tava falando que essa água dos poços é usada pra molhar a estrada [pela mineradora Brazil Iron], são quinze caminhões de vinte mil litros por dia. É, daria uma soma aí de trezentos mil litros por dia, parece que é isso. Esses trezentos mil litros de água pra agricultura, acho que daria pra irrigar Bocaina todinha. O próprio órgão ambiental favorece a empresa, porque ela usa de forma legal. Favorece a empresa pra usar tanta água, enquanto a gente não tem oportunidade de usar. Com essa mesma quantidade de água, se a gente tivesse capacidade pra usar na agricultura a gente teria uma produção imensa (Com. Quilombola de Bocaina, 13 fev, 2023).

Além dos impactos superficiais, vários poços foram liberados para uso da mina,

especificando carros pipas para uso industrial, segundo o Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos (SEIA - BAHIA) nos últimos anos de operação, interferindo na demanda da comunidade para agricultura e nas suas dinâmicas tradicionais, confirmando, o relatado por Mucugê, sobre a omissão dos órgãos ambientais e de defesa dos direitos de comunidades quilombolas e tradicionais pelos crimes cometidos contra o seu meio natural, do qual a comunidade quilombola da Bocaina depende para sua subsistência e manutenção de sua cultura e ancestralidade (2022).

> É uma coisa muito errada, ao invés de cuidar das nascentes, de construir barragens o que a gente vê mais, é poluir, poluindo os rios e furando poços e mais poços e mais poço e o município fica parecendo um queijo suíço de tanto poço artesiano. Eu não vejo a secretária fazendo nada em prol de uma nascente, em prol de uma barragem em preservação das águas superficiais, mas buscar água no subsolo é quase todo dia. Creio eu que isto afeta muito a temperatura, talvez a terra tá mais quente porque só tira água do subsolo. Me diz aí! O professor Nestor, quando a gente tava na terceira, quarta série, na década de oitenta, ele falava pra gente que essas águas subterrâneas é como o sangue da veia nossa, se tirar todo o sangue de nossa veia o corpo morre. Igual a terra, essas águas não era pra ser tirada do subsolo, que é o controle da temperatura (Com. Quilombola de Bocaina, 13 fev, 2023).

Para além dos impactos socioambientais, obtive vários relatos de pessoas que foram retiradas do território [por causa dos impactos da mina] e foram afetadas por uma forte anemia. O senhor Serra é capitão das matas, age como um trovão para proteger os minerais e os filhos seus. A retirada do ferro pela mineradora, não só abrirá uma cratera em seu corpo, irá afetar suas veias [rios]. Nesse equilíbrio corpo-território, a retirada desses minerais vem intensificando a carência de um ou mais nutrientes essenciais para a vida dos moradores. Está aí a deficiência dos vários nutrientes [ferro, zinco, vitamina B12 e proteínas] que provocam a anemia das pessoas que são expulsas do território.

> Os mais velhos já falava muita coisa sobre água, que água era uma coisa pro uso comum e que a gente não poderia brigar por causa de água. Acreditava que alguns rios secava por conta de brigas. As vezes a água deixava de correr aqui e já ia correr em outro canto e aquele trecho ficava seco. Ah o que aconteceu? O pessoal brigou aí por causa da água. Sempre a gente os mais velho falava isso. Hoje o pessoal mais novo vai perdendo tudo isso e vai buscando outro conhecimento de fora só vai valorizando o que talvez busquem livro essas coisas e que é essa parte de espiritualidade da comunidade já não é tão assim mais, eu não levo mais em conta tanto. Tá, esse desequilíbrio tem a ver com essas mudanças na cultura do povo também, as pessoas vão desacreditando e a natureza vai tomando o rumo dela. Vai desconectando né. Eu também acho que abrir poço é uma forma de pegar a água que é corrente, é universal, pra si. Se eu tenho uma nascente ali eu não consigo a água da nascente pra mim, eu abro um poço e a nascente lá seca e vem para o poço aquela água, tudo minha. E aí você tira um direito coletivo pra auto beneficiar (Com. Quilombola de Bocaina, 13 fev, 2023).

Para o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio de Contas acerca do empreendimento da Brazil Iron, instalado na Fazenda Mocó, no município de Piatã[32], a área em questão está situada no Alto Contas, local da nascente do Rio das Contas e cujas serras representam um "berço de nascentes", devido à grande quantidade de rios e riachos que ali afloram. É, ainda, a região de planejamento e gestão das águas – RPGA – mais alta da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, influenciando o clima naquela localidade, caracterizado como úmido e sub úmido.

De acordo com o plano de bacia hidrográfica do Rio das Contas esta RPGA é uma das mais frágeis quanto à erosão hídrica laminar, associada à fatores como o tipo de solo e ao relevo com fortes pendentes, característico do sul da Chapada Diamantina, e também a que apresenta um dos maiores graus de endemismo da bacia.

Desse parecer o CBHC traz algumas considerações como a fragilidade do ecossistema onde o empreendimento está inserido, com a presença de espécies endêmicas na região; as serras desta localidade são consideradas um verdadeiro "berço de nascentes" do rio das Contas; que em um processo simplificado de licenciamento não é possível prever cenários de impactos com maior precisão sendo difícil delinear o grau de impacto ambiental do empreendimento no ecossistema local, nas unidades de conservação do entorno, nos rios e na bacia; que estudos e pesquisas já apontam para possíveis impactos nas nascentes e corpos hídricos da região decorrente da atividade da mina; que os conflitos entre empreendimento e parte da população tem se acirrado e que não houve participação popular no processo de obtenção das licenças concedidas pelo órgão competente; o potencial impacto em toda a Bacia Hidrográfica do Contas, já que o empreendimento está instalado em região que abriga grande quantidade de nascentes.

O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio de Contas entende que são absolutamente necessários estudos de impactos ambientais do empreendimento sobre os recursos hídricos, não apenas a área de entorno, mas em nível de bacia hidrográfica, ou pelo menos na RPGA do Alto Contas e a jusante, na calha do Rio das Contas.

---

[32] Parecer CBHRC 01/2022. Processos 2019.001.002953/INEMA/LIC-02953 e 2019.001.002949/INEMA/LIC-02949.

3.4 O Gerais (a serpente e os ciclos da natureza)

Os gerais são as zonas de refrigério do sertão. O fim do trajeto da serpente, aqui elas se encontram, área de solidariedade, pela sua relação com o entorno. Nos Gerais brotam as águas do rio de Contas, mas também descambam para as outras bacias hidrográficas, citadas anteriormente. De todas as comunidades, as vistas nos gerais alcançam a maior distância, sob o mirante, aos pés de um cruzeiro podemos avistar o barreiro de um lado, a Unidade de Conservação do outro e toda área cobiçada pelo agronegócio, ao centro.

> A comunidade do Gerais é rodeada por duas serras (Tromba e Atalho), que abrigam centenas de nascentes (do rio de Contas), assim, a grande maioria das famílias que residem no Gerais, têm acesso à água feita diretamente pelo rio ou por meio das nascentes. Desta forma, as famílias fazem uso da água de acordo com a época do ano, deixando para as épocas de chuva, o plantio e aumento de novas áreas. E diminuindo o mesmo na época de seca. A maior parte da agricultura local é feita por sequeiro, sendo poucas as áreas irrigadas. Algumas famílias possuem cisternas adquiridas durante o programa de governo Água para todos, mas de uma forma geral fazem pouco uso, uma vez que as famílias não chegam a passar por grandes períodos de secas, tendo sempre acesso à água, principalmente para consumo e dessedentação animal. Há também algumas cacimbas em algumas propriedades.
> Alguns agricultores que cultivam áreas maiores, possuem poços artesianos, mas estes são a minoria na região. Há a previsão de construção de pelo menos uma barragem na comunidade e a solicitação de 16 poços artesianos de grande profundidade para usufruto de empresas ligadas ao agronegócio. Caso isto ocorra, a dinâmica do uso da água e provavelmente de plantio mudará drasticamente na região (Comunidade do Gerais, 02 fev, 2023).

A dinâmica das águas nos Gerais ganha vida própria ao interagir com a natureza e as pessoas. Os antigos moradores contam que acolhiam boiadeiros em suas casas e em troca do leite cuidavam dos seus animais durante todo período da seca, o sustento entre nativos e visitantes eram partilhados com fortes laços de solidariedade, nos períodos chuvosos toda extensão era criteriosamente restringida em função das águas, para alimentar os rios, nesse período colhiam café arbóreo, a planta que melhor conciliava com o pastoreio.

Desde a década de 80 do século XX esse espaço vem mudando sua dinâmica produtiva pelo parcelamento das terras e edificação das cercas garantidas pela Lei do Pé Alto[33]. Há uma cobiça pelo potencial dos cafés especiais e ultimamente pelas empresas do Agropolo de Mucugê, que vem expandindo e acumulando terras e água com suas

[33] A Lei do Pé Alto ou "lei dos quatro fios" tem sua origem na década de 1980, a partir de uma ação municipal realizada pelo legislativo com base no Código Civil de 1916, artigo 588, que concede ao proprietário o direito de cercar, murar, ou tapar qualquer modo o seu prédio, sendo ele urbano ou rural (De Alcântara; Germani; Sampaio, 2011).

engenharias eficientes e modernas[34].

Os gerais de Piatã entra em disputa pelo agronegócio, pela apropriação de uma grande extensão até então com diversas dinâmicas de uso[35]. Há muito tempo esta área é utilizada pelos pequenos agricultores, povos e comunidades tradicionais da região como área de uso comum, com vegetação característica do cerrado. Os gerais além de fundamental área de recarga hídrica para os principais rios, serviam para o pastoreio do gado solto nas épocas da seca, bem como o cultivo, principalmente do café arbóreo, nas áreas mais próximas aos corpos d'água.

No entanto, estes espaços têm sido também uma das principais áreas de cercamento da Chapada Diamantina durante os últimos 50 anos. Neste sentido, o processo de expansão do agronegócio já consolidado nos gerais de Mucugê e Ibicoara, onde se concentra o principal polo de produção do setor na região, está em constante expansão. Esta ampliação das áreas tem provocado numerosos problemas ambientais, como a contaminação e depredação da natureza, ameaçando a segurança hídrica das populações próximas. Além desses impactos, ao longo das discussões, evidenciaremos o apoio decisivo do Estado na facilitação da infraestrutura necessária para ancorar o crescimento do setor, construindo entornos normativos e arranjos institucionais favoráveis à sua implantação (Arrazola, 2022).

> Os moradores mais antigos contam que antigamente havia poucos lugares propícios para a agricultura, pois tudo alagava. Eles conseguiam plantar somente nas áreas mais altas do Gerais. E em algumas épocas do ano (normalmente a mais seca). Com o passar do tempo o regime das chuvas e a

[34] Autorização nº 2022.001.011489/APE Atividades Agrossilvopastoris Requerimento: 2021.001.086003/INEMA/REQ Processo: 2022.001.004010/INEMA/LIC-04010. Concede autorização: Licenciamento Porteiras, composto pelo(s) imóvel(is) rural(is) Fazenda Porteiras V, Fazenda Porteiras VI, Fazenda Porteiras III, Fazenda Porteiras IV, Fazenda Porteiras VII, Fazenda Porteiras VIII, Fazenda Porteiras II, Fazenda Porteiras I, Fazenda Porteiras IX, por 08 (oito) anos, mediante Autorização por Procedimento Especial de Licenciamento para realização das atividades de Agricultura irrigada em área de 616,21 ha, Pecuária Extensiva em área de 616,21 hectares, no endereço Estrada que liga Inúbia a Piatã/BA (Documento público: http://sistema.seia.ba.gov.br/home.xhtml)

[35] O geógrafo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rogério Haesbaert, relata em seu livro "Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste", publicado em 1997, a chegada dos agricultores sulistas ao Oeste da Bahia e à Chapada Diamantina. Estes agricultores chegaram no cerrado impulsionados pelas políticas de modernização da agricultura promovidas durante o regime militar (DELGADO, 2012). Haesbaert, narra o encontro destes produtores com a população local a partir das dinâmicas de desterritorialização. Em jogo estavam os recursos naturais (as terras), os políticos (prefeituras e outros cargos de representação) e as relações de trabalho. Nestas disputas, a questão identitária – os sulistas confrontados muitas vezes com os baianos – jogava um papel aglutinador e de representação muito forte. O trabalho de Haesbaert nos permite situar a chegada dos produtores de estados como Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina aos gerais da Chapada Diamantina, dentro da mesma corrente que levou à ocupação das áreas do cerrado baiano, na década de 80.

> dinâmica do rio foram se alterando, além da paisagem, surgindo cada vez mais áreas propícias para a agricultura. No entanto, a comunidade do Gerais sempre teve o costume de criar animais soltos e também recebia, principalmente na época das secas, os animais de outras comunidades (muitas vindas da caatinga) – como Ressaca, Barreiro, Ribeirão, Palmeiras, Malhada e também de municípios vizinhos – como Brejo e São José em Abaíra - para passar este período de seca nos campos do Gerais. Assim, eram poucas as áreas de plantio. Nesta época também faziam coleta e venda de plantas medicinais que cresciam abundantemente nos campos.
>
> Mas, a partir da década de 1980, empresas ligadas ao agronegócio (Hayashi, Bagisa, Igarashi, Progresso), começaram a comprar grandes extensões de terra na região, de forma que hoje detém mais de 70% de todo o território. Apesar das empresas não terem cercado todas as áreas compradas, este fato fez com que os moradores fossem aos poucos mudando seus hábitos e passaram a criar seus animais presos - alguns ainda criam soltos - e a aumentar as áreas destinadas ao plantio, com o café ganhando destaque. Os moradores das comunidades vizinhas também deixaram de trazer seus animais nos períodos de seca.
>
> Em 2001 foi criada a unidade de conservação (UC) ARIE Nascentes do Rio de Contas, protegendo uma parte das nascentes do rio de Contas que afloram nas serras que circundam a comunidade. No entanto, a forma como a mesma foi criada e a falta de comunicação do governo com os moradores da comunidade, aliada à boatos feitos sobre as "consequências ruins" de se ter uma unidade de conservação na comunidade espalhados por entrepostos do agronegócio, fez com que alguns moradores abandonassem alguns cultivos e um pequeno engenho que ficava na proximidade do limite da UC por acharem que seriam barrados e autuados pelo órgão ambiental. Atualmente, a predominância é da agricultura familiar e de subsistência, mas a iminência do início do projeto do agronegócio na região coloca em risco a preservação dos recursos hídricos e a continuidade da fonte de renda e saúde destas famílias, haja visto a grande quantidade de água projetada para uso destas empresas, além do uso intensivo de agrotóxico no cultivo de batata (Com. Gerais, 02 fev, 2023).

Nos gerais de Piatã, a expansão do agronegócio especula uma região de ecossistema de extrema importância para recarga hídrica da bacia do Rio de Contas. As empresas têm a intenção de implementar um projeto de mais de 7.000 hectares de monocultura de batata, o que inclui uma barragem para represar o rio de Contas e o rio Gritador. Além do risco ecológico, centenas de famílias que vivem da agricultura familiar e que produzem alimentos de reconhecido prestígio, veem ameaçados seus meios de vida.

O desmatamento da primeira fazenda autorizada para começar com os plantios mobilizou as comunidades locais e os movimentos socioambientais da Chapada. Estes pressionaram o MP, que realizou uma recomendação de suspender os Atos de Autorização e as atividades de desmatamento. Ignorado, o Ministério Público - MP solicitou na justiça uma liminar para a suspensão total, sendo enfim acatado. Este litígio, entre as comunidades e os movimentos sociais, por um lado, o INEMA e a empresa Hayashi do outro, é um claro sintoma de como o agronegócio provoca uma ingerência no governo baiano e como projeto se torna estratégico para o Estado. O desconforto do MP com o INEMA deixa evidente também que essa assimilação está presente nas tensões

internas da política do próprio Estado (Arrazola, 2022).

A justiça e autonomia dos povos é outra dimensão do conflito em jogo, na qual esses novos sujeitos coletivos estão apontando espaços, onde outras vidas se tornem possíveis, espaços relacionais, com estruturas densas que consigam delinear as formas da emancipação e, que o governo da Bahia compreenda como uma nova dimensão da democracia.

O projeto proposto prevê a alternância entre a irrigação da batata, e um intervalo da produção com o plantio de Brachiaria para recuperação do solo e para fins de manejo fitossanitário, que prevê um período de tempo de até 5 anos entre o cultivo de batatas na mesma área para prevenção de patógenos e pragas (INEMA, 2020. p.5).

Desse modo, todos os terrenos podem ser corrigidos com irrigação ou com a drenagem, os rios rentabilizados, modificando a natureza, segundo as determinações do mercado, dentro da perspectiva de acumulação do capital. Este é o ponto crucial do desenvolvimento sustentável. Segundo a defesa jurídica da empresa, o manejo possibilita um uso ainda menor de defensivos, com isso todo um sistema de controle que envolve o sistema de produção que faz com que o uso de defensivos e dos recursos hídricos sejam feitos de forma ecologicamente equilibrada (Arrazola, 2022).

O próprio parecer do INEMA avalia que a monocultura de batata que a Hayashi quer introduzir em Piatã "já é amplamente difundida e bem-sucedida na região de Mucugê e Ibicoara, que compõe o AGROPOLO, dispondo o requerente de cadeia produtiva já estabelecida naquela região" (INEMA, 2020, p.6), afirmação com evidente carga valorativa que sem dúvida faz pensar que efetivamente, o INEMA ocupa uma posição além de sua suposta neutralidade e responsabilidade exclusiva para com a lei. Outra questão que está em jogo nesse processo de modernização é o direcionamento das terras devolutas para fins empresariais privados. Dessa forma, o processo de grilagem é corriqueiro em todos esses empreendimentos de modernização na Chapada Diamantina, como diz o líder espiritual quilombola, em Piatã:

> Os de fora tá atrapalhando a gente, vem de fora pegar nossas riquezas. Eles vêm com documento forte e o nosso não vale de nada diante do deles. Veio gente querendo as terra, depois de prosar mais eu ele desistiu, sossegou. Ele ia tomar a frente deles todinha. Não tem terra ruim hoje em dia. O pai dele foi nosso escrivão, homi bom, educado… Eu falei assim com ele: Ele educou você para ser cidadão, não ladrão. Militão era o nome dele, ele tem oficina de açúcar, madeira, ele chegou junto com os Alcântaras. Em 82 disse que tinha escrito no documento assim: Roça solta, gado preso. O povo daqui criava gado no Gerais.

> O da Soja do Paraná era combinado com o daqui, morreu muito bicho depois, o ruim é que morreu burro e cavalo junto e não choveu, até hoje não chove lá. Os Alcântaras foi com o Juiz pra perguntar dos documentos que falava Roça solta e gado preso. Até a lei é contra a gente, a criação é livre, Deus que fez livre. Cansei de tirar boi daqui de cima e nunca fiz nada. Sofri muito com gado solto. Naquela época morreu muito bicho, até quando chove a terra não molha lá, porque a terra é deles. O José de Alcântara tinha os dele lá em Brasília, ele disse que morria mas resolvia isso.
> As pessoas daqui fizeram o quê? O povo pequeno que vivia de criação começou a desgostar e vender tudo. O representante da justiça… juiz que foi para Livramento do Sul, ele foi contra a lei, recebia dinheiro do povo que tinha. O povo grande vendia dois três gado e pagava ele e ficava tudo bem (Líder espiritual quilombola, Outubro, 2022).

Um conflito que perdura há centenas de anos e atualiza em função da apropriação privada da terra e das águas, que evidencia novos paradigmas e junto com eles novos sujeitos que reivindicam seu lugar no mundo, põem em debate outras questões, outras relações, eles que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder, mas que nem por isso se anularam e, reinventaram-se na sua diferença (Porto Gonçalves, 2002, p.220) em um território rico em minerais, principalmente água, embora numa região com predominância de semiárido, criando particularidades tanto nas dinâmicas hidrossociais quanto nas interações metabólicas, “com passagens secretas para outros mundos, em que as estrelas unem aos minerais, que atrai seus afins, por causa das energias” (Lendas da Chapada Diamantina).

3.5 Tapuya (a serpente e o tempo)

Já na bacia hidrográfica do Rio Paramirim, afluente do São Francisco, encontra-se a comunidade Tapuya[36] de Riacho das Palmeiras[37]. Atualmente, a comunidade está oficialmente protegida pela serra do Araújo e a pouco mais de 10 km de Campestre, povoado famoso pelas guerras dos coronéis e [06 km] do Vale do Paraíso com seus casarões e um lindo cemitério bizantino, localizado em frente a uma igreja católica colonial. No primeiro momento, o que mais chama atenção no Vale do Paraíso é sua

[36] Usa-se a expressão T-A-P-U-Y-A. Percebe-se que ao mencionar o termo TAPUYA, 'na oralidade', adota-se o mesmo som, mas trata-se de uma nova identidade na relação com 'o outro'. A identidade TAPUYA fora adotada como autoafirmação de uma ação incorruptível nessa relação e marca a diferença na cosmovisão de cada pessoa 'no encontro'. Recordo-me que no meu primeiro contato, ao perguntar porque Tapuya? Obtenho a resposta: "Por que é liderado pelas mulheres!". Processo de etnogênese com suas próprias teorias, sendo a linguagem um dos principais instrumentos de guerra, o silêncio e a censura formam parte da estratégia.

[37] A comunidade Indígena de Seabra está contornada pela Estrada Real e a BR 242 e marca em sua origem sete gerações de mulheres que resistem com seus modos de vida tradicionais. O processo de auto identificação indígena oficialmente começou em 2017, mas internamente afirmam que a sua sobrevivência só foi possível por causa do sigilo, sua forma de usar a linguagem.

baixada com grande potencial hídrico, todo aproveitado com agricultura diversificada, a ponto de colorir toda visão até o pé do morro que abraça o infinito ao fundo.

No centro da comunidade, onde estão instaladas as Tapuyas, as cadeias de montanha, os vales e os gerais não favorecem uma contemplação integral do espaço. Mas, somando a este imaginário de luta e harmonia, duas mulheres no centro da sala, em seus afazeres domésticos interagem com o pesquisador, brincando sobre as inseguranças do gravador portátil diante do poder sobrenatural - essa fala marca o compromisso entre entrevistado e entrevistador, o uso indevido deste material pode acarretar em perda total, uma pane na gravação. No início das falas, as mulheres falam com orgulho da origem da comunidade ao qual seus antepassados teriam atravessado o rio sob uma serpente, este mesmo rio era temido não pelas suas correntezas, mas pelo fato de correr em sentido contrário, até alcançar o afluente do grande velho Chico [São Francisco].

> Nos regos onde fazia os mutirões juntava homens, mulheres, criança, a rapaziada toda fazia a limpeza, pra época das cheias, nessa época ficava dois ou três meses para secar. Enquanto isso fazia os plantios nas suas beirada como batatas, ararutas, açafrão e demais ervas para ser colhidos em sete, oito meses, entre agosto, setembro, outubro, mais ou menos nesses meses. Sempre administrava de forma coletiva até porque era obrigado, precisava todo mundo pra uso, até a criançada. O uso d'água foi sempre muito racional, então se o governo vim, ele ia ter um exemplo pra outras comunidades.
> Depois foi com como é que eu posso dizer com um espertalhão, ou pessoas que levaram a água da nossa comunidade pra outras comunidade e a gente chegou assinar documento e tudo mais sem uma certa compreensão e aí já não foi de um modo coletivo. Mas temos um costume de nunca negar água, não entendia que na canalização ia secar o rio que era como eu acredito que na nossa visão fosse igual nós, usávamos o rego e cada um conhecia a importância de se usar igual a cada um sabe a importância de usar o rio.
> A plenitude que se tinha das fontes, as vivências. A importância dela, a importância que nós dávamos ao rio, a água, as fontes, etc., nós nunca imaginávamos que a ser canalizada ia servir pra comércio, de discórdia em outro lugar. Então acredito que foi nesse sentido onde o rio sofreu os cortes, né? Que nasceu esse capim que até hoje a gente não consegue mais distinguir se foi as secas ou o assoreamento dos rios. Nesse sentido, eu acredito que foi mais por isso, porque antes da canalização ele nunca se chegou ao que era antes, os fervedouros, a mãe d'água e todos os outros seres foram desaparecendo. A canalização só tira, porque nós nunca tirava, ela era corrente, então no rego ela acabava indo pro rio novamente, fazia um percurso, aproximava das casas, voltava pro rio e canalizando ela nunca mais voltou pro rio.
> A partir de seis da tarde o horário já não é mais nosso, é o horário das outras pessoas encantadas. assim como respeita o nosso horário, né? A gente precisa respeitar o deles também. Então, por exemplo, se alguém hoje tem irrigação e usa uma bomba à noite, está entrando no tempo do outro. Tá errado, tá usando o tempo dos outros. É errado. É sim. E a gente fica triste. É por isso que as águas secam, né? Se a gente não podia ir lá encher uma vasilha. E a pessoa irriga uma noite toda então o rio sofre, a gente mata, né?
> Tudo é vivo. O fervedouro é vivo também, tanto que nós temos que respeitar muito, né? Por isso, nós não podia ir na fonte depois de seis horas da tarde e antes de seis da manhã. Nesse período o rio era dormida da mãe d'água, não podia ir (Com. Indígena Tapuya, 29 jan, 2023).

Embora a comunidade se apresenta como Riacho das Palmeiras, suas práticas econômicas são fruto da interação espaço-tempo em rotatividade, formando um círculo. Seu calendário começa com as atividades produtivas das trovoadas, com a construção dos regos e plantio de ramas nas primeiras chuvas de outubro, passando pelo garimpo no final do verão (semana Santa) e partindo para os brejos até concluir o ciclo anual.

> No São João, dia 24 do mês de junho, os idosos com todo mundo e as crianças iam ao encontro do sol e com água pra buscar água banhada na lua da noite anterior. Essa água era onde fazia os primeiros ritos, lavava o rosto da criança pela primeira vez. Era benzida e guardada para fazer algum banho, alguma coisa que tivesse necessidade. No início do ano novo, por exemplo todos se lavava, se benzia com essa água. Já na volta do rio fazia as comilanças, festa da colheita, com danças e cantos. Não deu tempo de aprender as músicas, perdemos a sequência de botar na memória, aprender e acabou, nós esperava que mãe não ia tão rápido também, né? A gente pensava que ela ia ficar mais tempo com a gente e acabou. Como nós sofremos alguns apagamentos, na nossa cultura a minha vó não cantava em voz alta, ela sussurrava.
> Na mesa que se jejuava, como era um ritual, não podia ser jogado em outros lugar. Então era jogado em água corrente que purificava e continuava aquele ritual. Nas águas corrente tinha também, não posso falar com propriedade porque eu não me lembro muito, nas espuma que se formava nas enchente se jogava algumas ervas, não sei se era pra amansar a correnteza do rio como minha vó diziam, né? também para agradecer a cheia do rio que era um símbolo de fartura, né? Tinha também o local para lavar as primeiras roupinhas do bebê na fonte, já tinha a fonte certa de lavar. Está lá ainda. Pai me mostrou. Tinha um poço das mulheres tomar banho, de lavar roupa de bebê, que era uma água mais clara e mais rasinha. Nós hoje em dia que não tem mais necessidade de caminhar tanto (Com. Indígena Tapuya, 29 jan, 2023).

Todas as atividades são lideradas sempre por duas mulheres, responsáveis pelo sagrado feminino e pela pedagogia Kurumí. Mudam de casas no decorrer dos ciclos sazonais levando na cabeça suas ervas sagradas plantadas em balaios. Sabedoria ancestral que remonta a descendência de Davi:

> Colhi as ervas do meu jardim, levando pedaços de raízes e plantas secas. Enquanto trabalhava, lembrei como minhas mães arrancavam tudo o que havia na horta quando se mudavam de um lugar para outro. Enchi-me de coragem e fui sozinha ao mercado para trocar a maioria das minhas bugigangas por óleo de oliva, óleo de rícino, óleo de zimbro e sementes, pois ouvira dizer que poucos tipos de árvores se desenvolviam bem no vale. Percorri várias tendas em busca em busca da melhor faca que pudesse encontrar e, no dia que aconteceu a nossa viagem, Meryt e eu fomos até o rio e colhemos uma quantidade de caniços de junco suficiente para uns mil partos (Diamant, 2021)

Para Sampaio Júnior (2021) não costumavam plantar mandioca nem fazer lavoura de milho e outros legumes, as mulheres plantavam em terras sem mato grande, o mato pequeno arrancava com as mãos, o fogo apenas aos pés das árvores maiores, para suas sementeiras cavavam a terra com paus agudos. Na maior parte do tempo, se mantinham com frutas silvestres e caça. Mudavam constantemente dentro do território, em busca das fontes de recursos que necessitavam, então, caso fosse safra de Umbu se deslocava para

onde tivesse pé de umbu, se necessitasse de licuri deslocava para o tal lugar, se precisasse de algum minério ou rocha para as suas armas ou utensílios para lá se dirigiam (Sampaio Junior, 2021).

A Comunidade sofreu influência colonial, a partir dos bandeirantes[38], onde os cristãos novos [criptojudeus] dominavam algumas unidades políticas autônomas que, por razões econômicas e a feroz perseguição de Portugal[39], elegeram o Brasil como destino, obrigavam toda população criptojudaica a esconder seus pensamentos. As mulheres eram as principais responsáveis pela manutenção do templo, em casa. Essa influência contribuiu no fortalecimento do protagonismo das mulheres Tapuyas[40].

Os paulistas se apresentaram como um povo diferente, que mesmo em meio a guerra prometia aos nativos que seus parentes poderiam comer juntos, casar seus filhos com as filhas deles e as filhas deles com os seus filhos. Inspiradas na Lei de Davi [descendência de Moisés][41] fortaleceram suas identidades como forma de sobrevivência, já que elas [as mulheres] são as maiores vítimas da violência gerada pela crescente institucionalização do espaço sagrado. No entanto, "é a mulher que aponta saídas, que proclama a memória do Deus dos pobres e dos pobres de Deus" (1Sm 2,1-10).

---

[38] Os conflitos entre as tropas paulistas, contratadas pelo governo geral, a fim de expandir a fronteira da economia pecuária e os povos indígenas [...], tapuias historicamente irredutíveis (Puntoni, 2000, p. 44). Entre os paulistas, uma onda de criptojudeus disfarçados e dispersos pelo sertão. O objetivo principal desta jornada bandeirante era fazer guerra às sete aldeias contrárias e todas as demais que se unissem. Diante disso, foi instruída a 'guerra do Orobó' para atacar os rebelados, degolando todos que estivessem mais de oito anos, aprisionando as mulheres e crianças.

[39] O tribunal do Santo Ofício da Inquisição era uma instituição perante ao Estado e respondia às ambições financeiras e a centralização do poder político.

[40][40] Descendentes de dona Lina: "uma viúva guerreira de muitos 'recursos', diamantes, muitas armas (clavinote) e gado, que vivia no mato. Era proprietária de muitas terras. Todas essas áreas eram comandadas por ela". Não se sabe a origem, nem como adquiriu tal poder. Certamente fora capturada ainda jovem é forçada a casar com algum sesmeiro, mas a condição de viúva lhes permitiu utilizar do poder colonizador para libertar seus descendentes. Para os/as anciões/ãs da comunidade Dona Lina foi a principal ancestral (matriarca) que cultivou as terras da região, ela formou vários descendentes que foram espalhando pelas redondezas em busca de alimentos, como é típico do povo Tapuya até os dias atuais.

[41] "O que ouvimos e aprendemos, o que nossos pais nos contaram. Não os esconderemos dos nossos filhos; contaremos à próxima geração os louváveis feitos do Senhor, o seu poder e as maravilhas que fez.
Ele decretou estatutos para Jacó, e em Israel estabeleceu a lei, e ordenou aos nossos antepassados que a ensinassem aos seus filhos, de modo que a geração seguinte a conhecesse, e também os filhos que ainda nasceriam, e eles, por sua vez, contassem aos seus próprios filhos. Então eles porão a confiança em Deus; não esquecerão os seus feitos e obedecerão aos seus mandamentos. Eles não serão como os seus antepassados, obstinados e rebeldes, povo de coração desleal para com Deus, gente de espírito infiel" (Salmo 78).

O contexto atual obriga à etnogênese[42]. Como parte das cadeias genealógicas foram perdidas na memória e não havia mais vínculos palpáveis com os antigos (territórios ou aldeamentos), as novas comunidades étnicas apelam aos “encantados” para afastar-se da condição de 'mistura' em que foram colocadas. Só assim podem reconstruir para si a relação com os seus antepassados (o seu “tronco velho”), podendo vir a redescobrir-se enquanto “pontas de rama” (Oliveira, 1997).

Nesse processo, as antigas rotas ancestrais foram substituídas por trilhas de fugas, sem confrontos diretos e sem pegadas na areia. "Na época dos confrontos formavam filas em retirada, dos menores para os maiores, pisando todos na mesma pegada até se instalarem nas grutas. Ao buscar provisões nas vilas penduravam palha no rabo dos cavalos" (Cotidiano da comunidade Tapuya -Relatos em volta da fogueira).

Esse território sagrado é protegido por Yara, Simãozinho, Caipora, Sultão e Nego d'água que convive numa interação matas, ventos e água, que [a água] é uma senhora livre, sem correntes. A água não deve ser presa, nem vendida, faz parte da história Tapuya. Em respeito à ancestralidade, o local onde os mais antigos tomaram banho pela primeira vez deve ficar tudo do mesmo jeito. Para eles [Tapuyas] o que o universo permite conhecer, tocar não pode ser mexido. Aos descendentes o dever é zelar para que as próximas gerações saibam da existência de seus antepassados.

> Nesse lugar ao redor, que têm as próprias ervas que se usava, tanto para a oferenda, quanto pra fazer os penteados, quanto pra usar. No caso da serra onde tem as pedras, lá tem os assento tudo.
> Minha mãe oferece a comida nas água corrente e à mãe d'água, era justamente nas enchentes que era pra ela permanecer. Respeitando os horários e o espaço deles. No caso, a partir de um certo momento o banho era deles, né? A fonte era deles, então a gente respeitava o horário e aquele tempo exato, E o ritual de banhar os cabelos também, né? Era das virgens. O meu foi lavado várias vezes. Acho que é porque lá não tinha o rio. Quando tinha cobria a cabeça, né? Que o cabelo também é sagrado. Mas, de todo jeito eu percebi que existe dois ciclos. O ciclo diário e o ciclo anual. De enchente. É. Uhum. Independente do espaço, independente do horário é seguido.
> Os seres encantados, também fazem parte. E quando a gente segue, que não respeita o espaço deles, eles também finda e quando finda, finda a nossa cultura, a nossa crença, é uma mudança de vida, completamente. Então muita coisa se perde, cria mais, tem mais, eh a fartura, mas se perde isso, sabe? Se perde o respeito, a convivência. Eh esse vínculo com a natureza e quando se perde isso, se perde a própria essência da vida. Não faz mais sentido, né? Não, então ali não é mais um ser respeitado, aí é como um filho que desobedece o

[42] Populações que se reivindicam como indígenas e, que estão altamente dependentes do Estado e muito afetadas por agências e instituições ocidentalizantes, parecem exigir uma maior complexificação. Quando as cadeias genealógicas foram perdidas na memória e não há mais vínculos palpáveis com os antigos aldeamentos, as novas aldeias têm de apelar aos “encantados” para afastar-se da condição de “mistura” em que foram colocadas (Oliveira,1998).

> pai, né? Então ela ainda continua filho de tudo, mas não tem mais a relação de amizade, sei lá, de amor (Com. Indígena Tapuya, 29 jan, 2023).

Assim como as quadras sazonais provocam um rodízio anual, a influência da lua interfere no corpo, na alma das mulheres e, consequentemente, no território, desde o primeiro rito menstrual a mulher já encontra seu destino, como àquela expressa na Tenda Vermelha:

> Aquela seria a primeira noite da lua nova e eu estava agachada para me aliviar quando notei a mancha em minha coxa, levei um certo tempo para compreender [...]. Tinha a impressão de que sempre estivera esperando para me tornar mulher [...] fiquei pensando: minha infância acabou, de agora em diante vou usar um avental e cobrir a cabeça. Não vou mais servir de criada durante a lua nova. Vou sentar-me junto com as outras mulheres até engravidar, vou ficar ansiosa na companhia das minhas mães e irmãs na penumbra rosada da tenda vermelha, durante três dias e três noites, até a deusa do crescente ser vista pela primeira vez, meu sangue vai fluir através da palha fresca, enchendo o ar com odor sagrado das mulheres.
> Agora eu também poderia derramar o vinho e fazer oferendas de pão na lua nova [...]. Então Raquel trouxe os ídolos e todas se calaram, os deuses domésticos haviam ficado escondidos até aquele dia, eu era bem pequena quando vira pela última vez, mas lembrava deles como velhos amigos, a mãe grávida, a deusa que tinha cobras enfeitando o seu cabelo, o que era homem e mulher ao mesmo tempo, o pequeno carneiro carrancudo. Raquel expôs todos eles cuidadosamente lado a lado e escolheu a Deusa que tinha a forma de um sapo sorrindo com a boca aberta [...]. Minhas mães reuniram-se em torno de mim, [...] Raquel atrás de mim quebrou o silêncio:
> -Mãe! Innana, Rainha da Noite! Aceite a oferta de sangue da vossa filha, em nome da mãe dela, em vosso nome. Que ela possa viver em seu próprio sangue, que com seu próprio sangue ela possa dar vida. [...]tentei descrever o animal para Inna, que ficou intrigada. Então, perguntou: ela estava na água? Respondi que sim e Inna sorriu. - Já disse a você que a água é o seu destino. Essa é Taweret, uma deusa egípcia muito antiga que vive dentro do rio e ri com uma boca bem grande. Dá leite às mães e protege todas as crianças.
> Minha velha amiga beijou o meu rosto e beliscou de leve as minhas bochechas.
> -É tudo que eu sei sobre Taweret[...] -meus olhos só se abriram de novo à noite, e sonhei o dia inteiro com uma lua amarela crescendo entre as minhas pernas. Pela manhã, concederam-me a honra de ser a primeira a sair da tenda vermelha para saudar a primeira aparição da nova lua à luz do dia (Diamant, 2001, p. 202).

Para as Tapuyas, os rios marcam e demarcam territórios. Os rituais do mês de junho, às avós e demais parentes iam antes do sol nascer e traziam águas banhadas pela lua. Água servia de limpeza para entrarem um novo ano. Pense em chegar lá e não ter mais essa água? Como seria o ritual? Faltaria parte dele. Então a água além de ser um ente vital para a vida, ela carrega história. Marca tempos (Entrevistada Tapuya 28/01/23).

Nesse polígono imaginário, onde hoje estão mapeados os corredores de ventos[43], estes povos se movimentam, mas que no decorrer dos anos vem se tornando também o

[43] Instrução Normativa 01/2020, do governo da Bahia, publicada em julho, que dispõe sobre a regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração eólica

lugar das disputas e expulsões. Estes processos migratórios ainda são muito comuns entre camponeses e, muitas vezes, são utilizados como justificativas de flagelados da seca para isentar o Estado pela situação agrária não resolvida, desde a implantação das sesmarias, e pela falta de políticas públicas adequadas.

Por fim, vale ressaltar que as cinco comunidades têm em comum os modos de vida tradicionais, mudanças forçadas nas suas dinâmicas produtivas e forte presença do Estado como influenciador e legitimador do processo de modernização. Diante dessas novas fronteiras, crises e, com isso novas interações e uma crescente escalada nos conflitos e muitas incertezas quanto a sua autodeterminação e suas prioridades para o futuro (Glass, 2019, p. 41), já que uma imensa serpente encantada vive adormecida nas profundezas desses territórios, dentro das galerias subterrâneas construídas pelos homens para protegê-las. Mesmo dormindo, ela permanece atenta às ações humanas e, em caso de desobediência socioambiental, vai sair de sobressalto desse túnel e arrastará as pessoas com seus investimentos para as profundezas do mar.

CAPÍTULO II

1 A SEDUÇÃO DO BOI DIAMANTE E O SILÊNCIO DA SUCUIUBA: AS LUTAS SOCIOAMBIENTAIS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Mas súbito da noite no arrepio
Um mugido soturno rompe as trevas...
Titubantes — no álveo do rio —
Tremem as lapas dos titães coevas!...
Que grito é este sepulcral, bravio,
Que espanta as sombras ululantes, sevas?...
É o brado atroador da catadupa
Do penhasco batendo na garupa!...

Quando no lodo fértil das paragens
Onde o Paraguaçu rola profundo,
O vermelho novilho nas pastagens
Come os caniços do torrão fecundo;
Inquieto ele aspira nas bafagens
Da negra suc'ruiúba o cheiro imundo...
Mas já tarde... silvando o monstro voa...
E o novilho preado os ares troa!

Então doido de dor, sânie babando,
Co'a serpente no dorso parte o touro...
Aos bramidos os vales vão clamando,
Fogem as aves em sentido choro...
Mas súbito ela às águas o arrastando
Contrai-se para o negro sorvedouro...
E enrolando-lhe o corpo quente, exangue,

Quebra-o nas roscas, donde jorra o sangue.

Assim dir-se-ia que a caudal gigante
— Larga sucuruiúba do infinito —
Co'as escamas das ondas coruscante
Ferrara o negro touro de granito!...
Hórrido, insano, triste, lacerante
Sobe do abismo um pavoroso grito...
E medonha a suar a rocha brava
As pontas negras na serpente crava!...

Dilacerado o rio espadanando
Chama as águas da extrema do deserto...
Atropela-se, empina, espuma o bando...
E em massa rui no precipício aberto...
Das grutas nas cavernas estourando
O coro dos trovões travam concerto...
E ao vê-lo as águias tontas, eriçadas
Caem de horror no abismo estateladas…

Para compreender as lutas socioambientais na Chapada Diamantina, começo o texto com esta alegoria do touro e da sucuri, expressa no poema "A Cachoeira", de Castro Alves, que integra o livro póstumo "A cachoeira de Paulo Afonso" e se soma "A Luta" de Euclides da Cunha (Quarta Parte – Quarta Expedição. Capítulo IV, p. 390) como representação do confronto desleal entre o camponês e as forças do Estado.

> "A tática invariável do jagunço, expunha-se temerosa naquele resistir às recuadas, restribando-se em todos os acidentes da terra protetora. Era a luta da sucuri flexuosa com o touro pujante. Laçada a presa, distendia os anéis; permitia-lhe a exaustão do movimento livre e a fadiga da carreira solta; depois se constringia repuxando-o, maneando- o nas roscas contráteis, para relaxá-las de novo, deixando-o mais uma vez se esgotar no escarvar, a marradas, o chão; e novamente o atrair, retrátil, arrastando-o – até ao exaurir completo..." (Cunha, 1902).

Nesse campo de batalha desigual, o silêncio ressignifica o compromisso com os ancestrais. Partido do histórico das comunidades pesquisadas, podemos classificar o boi como a consolidação da 'Identidade Nacional' imposta pelo Estado Burguês, distante e com situações não resolvidas, a exemplo da questão agrária e dos conflitos hídricos que se manifesta na sociedade como a serpente, dita anteriormente, que se atualiza como um movimento socioambiental, com suas silenciosas estratégias de sobrevivência, que não significa simplesmente ficar calado, mas, como aponta Ailton Krenak *(*2021), a edificação de "um lugar profundo dentro de cada um".

> [Na tradição guarani] o silêncio é como se fosse uma mata, parecido com aquilo que o ocidente chama de alma, para despertar temos que ir lá pra dentro desse lugar mais profundo e sair de lá de dentro com outra disposição para a vida" (Podcast, Ailton Krenak. 2021).

A alma dessas comunidades poderia ser retratada de muitas outras formas, que, embora em suas particularidades, comungam do mesmo silêncio [a serpente cósmica] frente aos perigos da vida, oferecida pela modernização do campo, seja pelas tecnologias, seja pela eficiência no uso ou pelo domínio público das águas. Essa aproximação do Estado nessas comunidades com elevado potencial hídrico dilui as noções de tempo e espaço e provoca uma série de conflitos socioambientais, como afirma Berman, em seu livro "Tudo que é sólido desmancha no ar" (2007).

> Existe um tipo de experiência vital - tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como 'modernidade'. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, "tudo que é sólido desmancha no ar" (Berman, 2007).

Para sobreviver nesse mundo que une e desune o ser humano, a Sucuiuba [fruto da interculturalidade] se levanta num enfrentamento feroz e sutil com o Boi [de origem no processo colonial], ressuscitado pelo processo de modernidade [Estado burguês] que, embora em mundos antagônicos ao modo de vida das comunidades, ressuscita e é celebrados por todos, independentemente das classes sociais (estruturas do mito das festas do boi no Nordeste).

Vale ressaltar que esses mitos são redefinidos pela modernidade para sustentar as estruturas de Estado Territorial como forma de organização das sociedades contemporâneas, estimulando a ideia de fronteiras rígidas e legitimadoras das tomadas de decisões, criadas pelo Estado e atestada pela racionalidade científica (Porto Gonçalves, 2002, p. 218).

Para Porto Gonçalves, essa ordem internacional instituída, consagrada os Territórios Nacionais como forma geográfica por meio de alianças e guerras (Porto Gonçalves, 2002, p. 223), que legitima o Estado, em sua condição atual, com suas estruturas [leis], a exemplo do decreto da Instrução Normativa Conjunta 01/2020[44]

[44] Assinada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

propondo uma modelagem especial como segurança jurídica para conformação agrária não resolvida, legitimada nas normas da propriedade privada.

2 A ORIGEM E A CHEGADA DO BOI

A implementação do boi na cultura popular nordestina surgiu no século XVIII. Nesse período, acontecia o chamado ciclo do Gado em grande parte do Nordeste, quando o rebanho bovino era protagonista da economia local e a vida da maioria das pessoas girava em torno da pecuária. Esse Boi é herança europeia, mas no Brasil, ao misturar histórias europeias com a cultura dos povos africanos e indígenas, a 'Cultura do Boi' começou a ser celebrada, mantendo alguns princípios, como: a sedução, a lealdade, a honestidade e as façanhas. Características típicas do campesinato brasileiro.

O conto original, "o vaqueiro que não mentia", se passa na Península Ibérica e fala sobre um rico fazendeiro que tinha um boi muito querido por ele, chamado Barroso. O responsável por cuidar do animal era um vaqueiro conhecido por nunca mentir. Instigado pelo comportamento do moço, um fazendeiro vizinho aposta com o dono de Barroso que o vaqueiro que não mentia, um dia, ia trair sua confiança.

Para ganhar tal aposta, ele pediu que sua filha seduzisse o vaqueiro e pedisse que ele matasse o boi de seu patrão como uma prova de amor. Apaixonado pela moça, o empregado então mata o Barroso sem pensar nas consequências. Quando o dono do boi descobre, e pergunta ao vaqueiro se ele sabia o que tinha acontecido com o seu animal de estimação, ele confessa o crime cantando uma cantiga em que pede perdão ao patrão. Por ter falado a verdade, uma atitude considerada nobre pelo dono da fazenda, o vaqueiro é perdoado, ganha o valor da aposta e todos passam dois dias em festa.

No Brasil, esta lenda e suas celebrações ganharam várias versões, com o enredo da morte e ressurreição do boi. Versões que vagueiam na luta de classes e nos feitos messiânicos, e que todos celebram o "milagre", fazendo a festa. A festa do boi foi esse meio termo - tempo e espaço - entre o território do boi e a manutenção da ancestralidade, que extrapola as cercas e penetra no imaginário da população. Nesse processo, tanto para o boi quanto para a Sucuiuba os rios tiveram grande importância, tanto na locomoção quanto no uso cotidiano das águas para sobrevivência. Só que o boi já chegou com seu território garantido.

Oficialmente, desde o início da colonização, o boi legitima o controle sobre o sertão e dinamiza as sociedades, a exemplo do Alvará 1700 (lei 4/7/1703) que determina que cada missão se dê uma légua de terra em quadra para sustentação dos índios e missionários (pelo menos cem casais). Essa legislação, ao circunscrever as terras indígenas, cumpria o papel de liberar todo o restante à livre expansão das fazendas. Dessa forma os missionários mantinham o controle da guerra e do território.

Essa força militar implantada, contava inicialmente com grandes sesmarias, missões religiosas e aldeamentos, como é o caso do Morgado da Casa da Ponte que se tornou uma típica sesmaria continental, para criação bovina, com presença de fontes de água, de lambedouros e apropriação de recursos naturais raros, por isso a ocupação partiu das proximidades dos principais rios que compõem a Chapada Diamantina. Segundo Antonil (2000) a casa da Ponte, dos Guedes Brito, se estendia desde o Morro do Chapéu até a nascente do rio das Velhas, no coração dos Gerais.

Dentro dessa sesmaria continental, as sesmarias secundárias, com outros formatos de ocupações oficiais das terras, por indivíduos e grupos sociais que não tinham necessariamente vínculo com o grande sesmeiro. A maior parte das áreas de caatinga eram concedidas sob domínio de 10 a 12 moradores, requeridas com as justificativas de servirem de pasto para o gado com ordenações régias onde determinava que as pastagens fossem de uso comum e não podia, portanto, ser apropriadas por particulares.

A serpente que chegou para circular de fazenda em fazenda, passou a situar na franja das sesmarias seu território de reprodução e construir a sua autonomia. As águas, nesse contexto, passam a definir as fronteiras nesse processo de territorialização e a Sucuiuba que só se defende no seu território de reprodução passa a construir seus espaços de enfrentamento que marca o primeiro fracasso dos representantes dos bois.

O fiasco dos colonizadores culminou em outra estratégia de guerra, sob o controle dos Bandeirantes Paulistas - em sua maioria criptojudeus, que toma outro rumo, com menos influência das missões religiosas, provocando uma ruptura com o império e marcando a expansão das patentes coronelistas. Diferente do projeto Europeu, os paulistas se apresentaram como um povo diferente, onde seus parentes poderiam comer juntos, casar seus filhos com filhas dos indígenas e vice-versa.

Sem uma ruptura entre o boi e a serpente, emerge a alegoria do boi. Desse pacto de guerra cultural surge a relação de compadrio, nesse caso, para a Sucuiuba, seria uma estratégia de sobrevivência. Por trás dessas estruturas sociais, a fazenda se transformou em um governo e cada vila em um império, consolidando o coronelismo em uma estrutura de dominação, na qual persistem alguns segredos de sobrevivência até os dias atuais.

Nesse percurso, a resiliência foi fundamental para manutenção das próximas descendências e a conservação da memória dos seus ancestrais, com seus valores e princípios. O cuidado e o segredo andavam juntos para proteger toda e qualquer forma de expressão distinta do olhar europeu.

> Com todo segredo, alguns vaqueiros moradores naquele sertão com os quais estes tapuios comem e bebem e a quem chamam de compadres, e aos que entender são de maior confiança e fidelidade os obrigará com dádivas que hão de custar muito pouco e com promessas que é melhor buril para semelhantes corações, e os mandará a que vão buscar estes tapuios e lhes digam, vendendo-lhe por fineza o aviso tudo o que o capitão-mor intenta contra eles e que sem dúvida ficarão destruídos e que só serão por remédio de vir pedir-lhes paz e dar toda segurança a ela (Puntoni, 2000, p. 143).

A clandestinidade estava consolidada como forma de sobrevivência por onde as lutas e as resistências eram delineadas, fora do campo oficial, jamais compreendidas pelos modernistas como afirma Ribeiro.

> “Nascendo e vivendo dentro do cercado da fazenda, numa casa feita com suas próprias mãos, só possuindo a tralha que ele mesmo fabrica, devotado de sol a sol a serviço do patrão [...]. Jamais alcança condições mínimas para o exercício da cidadania, mesmo porque a fazenda é sua verdadeira e única pátria. Escorraçado ou fugido dela é um pária, que só aspira a ganhar o mato para escapar ao braço punitivo do patrão, para se possível submeter-se ainda mais solícito ao ‘amparo’ de outro fazendeiro” (Ribeiro, 2013, p. 164).

3 A SEDUÇÃO E A MORTE DO BOI

Retomando a ancestralidade das comunidades pesquisadas, podemos destacar a particularidade de cada uma, mas nesse primeiro momento dedico-me a apresentar as andanças e abrigos pela Chapada Diamantina. Considerando o período e o contexto histórico da época podemos evidenciar que a comunidade indígena acaba perdendo o acesso às rotas fluviais, nas quais estabeleciam seus modos de vida, principalmente com a Estrada Real e a função da policultura representada por Campestre e seu sistema de governo. Os indígenas afirmam que estas rotas foram construídas sobre as costas de seus ancestrais, em alusão às rotas preexistentes.

A região do rio Utinga representada pelo assentamento São Sebastião e a comunidade quilombola de Iúna destaca-se pela concentração das terras e seu potencial hídrico, onde as pessoas eram acolhidas para a lida do gado, nas fazendas, mas também pela relação com a natureza, com destaque a pesca, o extrativismo e a agricultura nos brejos e vazantes. Vale ressaltar que o entorno de São Sebastião se destacava pelos barramentos e sistemas de drenagem capaz de atender boa parte da demanda de alimentos do garimpo. Por fim, Bocaina e Gerais de Piatã, com suas estruturas de engenharia mais eficientes, de cultivo e processamentos de rapadura, cachaça, farinha e café. Os plantios de cana, mandioca e café seguiam intercalados com as criações soltas e um sofisticado sistema de trocas. Essas práticas fortaleciam os laços de solidariedade na gestão das áreas de uso comum e nos sistemas de regos. Tudo isso, permeado pela influência do clima, no tempo e espaço.

Isso, de certa forma, demonstra uma confluência[45] entre os camponeses e suas capacidades de adaptação aos movimentos das águas, base cultural de trocas, rotas e laços de parentesco anteriores à colonização na Chapada Diamantina, que se manteve com a interculturalidade. Como afirma Nego Bispo (2015), os conflitos gerados pelas contradições sociais, fazem fluir focos de resistência que ao influírem nas diversas formas de organização, tendem a se confluir, formando um fluxo social, condição preliminar para viabilização do curso histórico da luta de classes.

> Confluência é a lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento pluralista dos povos politeístas (Santos, 2015).

Estes povos, de forma lenta, começam a sofrer influências dessa situação agrária desleal, muitos processos migratórios passam a ser justificados pelas secas e ou pelas relações de trabalho. Oficialmente, como herança desse sistema injusto, sem terras e posseiros, nesse contexto representados pela Sucuiuba, na condição de estrangeiro, já que o espírito do latifúndio, veio a vigorar a partir da propriedade privada, no prestígio da lei, ao conceder terras aos que detinham meios para explorá-las e fundar engenhos, “home de muita posse e família" ou que “tem muita fabriqua de guado de toda sorte e escravos como qualquer morador” (Viana, 1933, 55-57).

---

[45] Originário da palavra latina 'confluência', o termo confluência é um conceito que se refere ao ato de confluir: concorrer, convergir, juntar-se. O termo é frequentemente usado no campo da hidrologia para designar o local onde duas ou mais correntes de água se juntam.

Distante da metrópole [Portugal], esta proposta não vigorou como o planejado, mas mesmo assim o latifúndio foi instituído no imaginário popular. Dessa forma, a região, por influência, do gado, do garimpo e da estrada real foi conformando por uma diversidade sociopolítica, onde perpassava o controle pela disputa colonial entre o império português, com seus arcabouços missionários, e os bandeirantes, em avaria às outras configurações étnicas.

> A dominação colonialista correspondera, naturalmente, à superioridade dos homens das raças europeias, sobre os homens de outras raças, particularmente as de cor negra e as indígenas americanas.... Assim, para o exercício da colonização, os brancos; superiores; estavam naturalmente destinados a dirigir e governar; os indígenas eram imprestáveis para as tarefas peculiares à civilização, os negros eram destinados, naturalmente, ao trabalho e aptos apenas a isso (Otten, 1990).

A região arrebatou, nesse período, pessoas que se transformavam em agregados, arrendatários e prestadores de serviços na lida com o gado vacum e na produção de alimento para a subsistência, abastecimento local e comercialização em outros mercados regionais. “As pessoas foram atraídas pelos benefícios que a posse de uma propriedade naquele local poderia oferecer” (Ferreira, 2013). Dessa forma, dentro da propriedade outras relações sociais foram materializando:

> Poderiam construir uma tapera de barro e taboa, que se desfizesse com o tempo, com a chuva e com o sol forte. Que nunca fosse um bem durável que atraísse a cobiça dos herdeiros. Que fosse desfeita de forma fácil se necessário. Podem trabalhar, mas a terra é da família por direito. Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do império, não havia o que contestar. Quem chegasse era forasteiro, poderia ocupar, plantar e fazer da terra sua morada, cercar seu quintal e fazer a roça na várzea nas horas vagas. Poderia comer e viver da terra, mas deveria obediência e gratidão aos senhores (Vieira Junior, 2020, 183).

Para essas comunidades, essa transição colônia/república surgiu um pouco tardia e com esse desafio de modernizar a conjuntura agrária e aplicar um sistema de governo capaz de unificar ao civismo de Estado Territorial. Assim se consolida a política de fortalecimento do imaginário de modernização, a partir do ato de marcar a terra e apropriar-se material e simbolicamente do espaço.

Como a questão agrária se manteve inalterada, a maior parte da população permaneceu fora do arcabouço do Estado, restando à migração ou a manutenção das posses. Aos desalentados que ficaram fora da relação capital/trabalho, criaram outras dinâmicas comunitárias de natureza e sobrenatureza muitas vezes incompreendidas pelo próprio Estado, como afirma Octavio Ianni:

> Categorizando o campesinato como pouco politizada, pré-política, com um certo primitivismo político nas suas lutas. E, classicamente, na condição de povos sem história, de grupos sem viabilidade histórica, em certas situações (Ianni, 1986).

Nesse pivô da incompreensão se fortalece o princípio de soberania do Estado moderno, que se sobressai ao direito internacional e se manifesta para o camponês como o mito do Boi Vaquim[46] - *touro selvagem alado com chifres dourados, olhos de diamante e extremamente difícil de ser pego que mete medo aos camponeses porque faísca fogo das pontas das guampas. Para dominá-lo é preciso ser muito bom, muito forte e muito corajoso para laçá-lo e estar montado num cavalo bom de patas e de rédeas.* Neste sistema de representação foram instituídas as normas políticas/jurídicas para garantir a integridade física territorial dos Estados e não das Nações (Porto Gonçalves, 2005, p. 21).

> Percebe-se logo a grande distância entre sertão e litoral, entre interior e metrópole, que se concretiza na falta de influência do sertão sobre os eventos que definem a história brasileira. Junto a isso, se estabelecia, no mesmo feixe de valores, a ciência e o republicanismo; A república não era apenas, propriamente, a expressão de uma forma de governo, mas de uma visão de vida. Era a vitória do futuro sobre o passado, da ciência sobre a religião, do homem sobre Deus (Otten, 1990).

Anunciada pela Inglaterra, em meio à crise de 1929, aqui reforçava esta conexão do Estado com a questão social, graças ao descrédito do liberalismo com sua política de *laissez faire, laissez passer* (deixai fazer, deixai passar). O papel do Estado ganha contornos mais sólidos na condução e regularização da economia, seja em uma vertente totalitária ou seja em uma vertente mais democrática, principalmente depois da segunda guerra mundial (Porto Gonçalves, 2005).

Nesse contexto, sem reformas estruturais, a república foi se aproximando da Chapada Diamantina a partir de um pacto entre os coronéis e o Estado, caracterizado por um mundo sem mistérios e verdades transcendentes, num sistema de governo único, consolidando, justamente pela sua génese de encobrimento do outro (Dussel, 1492).

Os vaqueiros encourados não estavam mais dispostos a pegar em armas e preferiam perfilar nas festas dos bois. Com essas rupturas metafóricas as porteiras das fazendas estavam abertas apenas para a retirada dos posseiros, dando lugar às serrarias e 'touros alvos' como as nuvens, com exigências de cardápios especiais - implantação de pastagens. Surge a mudança nas relações de trabalho entre a família do vaqueiro e os planos do patrão.

[46] (Portal São Francisco), https://www.portalsaofrancisco.com.br/folclore/boi-vaquim

Aos olhos sorrateiros da Sucuiuba, a presença do boi oficial (Estado), representado pela República, chega nessa região na década de trinta (1930), período em que os soldados de Horácio de Matos entregam as armas. Atos que soaram em manipulação, talvez pelo contexto da época, de influência coronelista, e pela insistência em permanecer. Período que marca o fim de uma época, talvez como resposta, para que coronéis e latifundiários se ajustassem à nova reconfiguração do poder e consolidação do Estado Territorial Brasileiro[47].

> Chegou, então, a Lençóis, em princípios de novembro, a Comissão das forças revolucionárias, composta por dois militares, o coronel Jurandir Toscano de Brito e o capitão Dourivaldo Ferreira e de três civis - Dr. Arlindo Sena, cirurgião dentista, Dr. Herman Lima, médico e escritor, e o Dr. Piero Gato, engenheiro agrônomo. Essa comissão não encontrou o menor obstáculo no desempenho da sua missão, contando imediatamente com a colaboração e a melhor boa vontade do chefe Horácio de Matos, que não se opôs a entregar as suas armas espalhadas pelo sertão, ficando, porém, combinado, que as armas de particulares seriam indenizadas, e para facilitar a coleta das mesmas, nos municípios sob a sua chefia, foi ele próprio autorizado a fazê-la (Chagas, 1996, p.234).

Os sertanejos que caíram nessa situação eram geralmente sitiantes, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos às expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis e, mais particularmente, violências da polícia local, comandada pelos chefes políticos (Martins, 1981). Eis que desmanchava as subordinações religiosas e de compadrio que configuravam o interior das fazendas. Núcleos de solidariedade construídos a partir da natureza e da religiosidade, seriam triturados como pó de serra. Sairia da fazenda um ser sem passado, um compensado, prensado e moldado ao trabalho. Este ser não enquadrava nem nas suas respectivas categorias étnicas, nem ao camponês clássico – categoria utópica construída do lugar imaginário, distante e em outro tempo.

Esta relação, projeto de modernização e campesinato, demonstrava a relação de dependência e castigo com o camponês, não que seja antagônico ao moderno, mas que a revolução exige rupturas (eficiências) e, para isso tudo tinha prazo, inclusive as estruturas sociais.

Desde a implantação da república, essas fronteiras oficiais reforçam e consolidam a origem do mito da modernidade, que com seus discursos avançados e eficientes, negam o campesinato e impactam as autonomias das comunidades, destruindo a morada da

[47] Ordem internacional instituída e consagrada como forma geográfica de organização das sociedades modernas e contemporâneas, por meio de alianças e guerras (Porto Gonçalves, 2002, p. 223).

Sucuiuba em função de uma nova identidade Nacional. Negando inclusive o processo histórico de ocupação da Chapada Diamantina, em função de um modelo único. O Estado, um Estado! Sempre ele aparece como suporte nesse processo de modernização. Como afirma Clastres:

> Talvez seja preciso dizer um pouco mais e perguntar o que o sábio Guarani designa sob o nome de 'Um'. Em que condições é possível pensar o 'Um'? É preciso que, de qualquer modo, sua presença odiada ou desejada seja visível. É por isso que acreditamos em poder revelar, sobre a equação metafísica que iguala o 'Mal' ao 'Um', uma outra equação mais secreta é de ordem política que diz, que o 'Um' é o Estado (Clastres, 1982, 151).

Esse olhar de suspeita é muito comum até hoje nas comunidades pesquisadas, a exemplo da comunidade do Gerais de Piatã que afirma na entrevista que a relação da comunidade com os órgãos ambientais do Estado é de muita desconfiança, devido à forma como a unidade de conservação foi criada, sem muito diálogo e explicações. Além disso, os órgãos nunca se fizeram presente na comunidade e, quando apareciam/aparecem, é para fiscalizar e aplicar multas. Não fazem muita diferenciação de qual o órgão; apesar de hoje ser o INEMA quem atua, a maioria chama de IBAMA ou o "povo do meio ambiente" (Comunidade do Gerais, Piatã – 02 fev. 2023).

Enquanto esse touro alado seduzia, estes povos, representados pela diversidade camponesa, a Sucuiuba consolidava suas dinâmicas de governança, em três pilares: a) os valores espirituais que sedimentam a coesão e a harmonia social, abrangendo as relações do homem com o mundo natural, onde a religião permeia toda organização social (Luz, 2020); b) as mulheres como principais responsáveis pela manutenção do templo, em casa, com suas práticas e cerimônias observadas no mais íntimo dos seus lares, mantendo a tradição agrícola (Novinsky, 2015); c) por fim, a dinâmica das águas, por pequenos agrupamentos em frequentes migrações sazonais, interligando a hidrografia aos meios de produção (Martin, 1998).

Desse tripé, na franja da propriedade privada, brota o território da Sucuiuba, firmando uma interculturalidade marcada pela ancestralidade capaz de definir física e espiritualmente outras tantas formas de organização social que vai de encontro com o conceito de justiça dentro dos parâmetros modernos. Essa mesma concepção de justiça que, a partir do Estado Moderno é analisada como equidade, e que, através de um contrato inicial ou de um pacto social inicial, busca a igualdade, a liberdade e, no momento do pacto são escolhidas as premissas de operação dessa sociedade (Rawls, 1997).

Mesmo o Assentamento São Sebastião, que representava a utopia do boi devorador de serpentes, foi surpreendido. Os camponeses nas proximidades do rio Utinga estavam motivados a conquistar sua liberdade, em memória da terra prometida, atualizava suas necessidades hídricas com irrigações eficientes para compensar as tecnologias sociais, de barramentos e regos considerados insuficientes para garantir a soberania dos assentados.

Dessa forma, o uso da água que, a exemplo da reforma agrária, deveria retificar nos trâmites legais passou a ser utilizado de forma 'clandestina' e, formalmente passou a severamente punido pelos órgãos ambientais. A disparidade entre a compreensão popular e as ações do Estado, passaram a relacionar as crises hídricas a uma subordinação do Estado e culpá-las pelos procedimentos descontextualizados.

> Hoje, vejo da mesma forma do garimpo na época que ele cresceu. Mesma coisa com a reforma agrária. O garimpo cresceu e veio alguém pra podar. Podou! Mesma coisa a reforma agrária. Uhum. Começamos aqui na região em noventa e cinco. Logo logo surgiu quantos assentamentos? Vários! A história cresceu na região. Aí tem que aparecer alguém também pra podar. E é essa coisa que a gente não estava esperando que acontecesse. A gente ocupou aqui, começamos a trabalhar e nunca pensamos que um dia o IBAMA chegasse aqui, o INEMA, não sei o que, para quebrar uma barragem, fazer isso, fazer aquilo, limpar o rio [pra água descer para todos], porque o rio tem aquela coisa, florestal, cê tá enchendo ele de arvoredo e depois vai limpar pra que? Então se você vai limpar você vai fazer a destruição, porque você tirou, a água, corre toda, vai embora. Isso foi o que aconteceu. Uhum. Então vem pra podar, né? E terminamos que aí veio a dificuldade que ele limpou e o rio secou. Uh hum. Você vê que nós passamos um período aqui com esse rio aí ó. Você podia chegar e acender fogo onde é o rio! (Assentamento São Sebastião, Wagner, 29 de Jan, 2023).

Segundo Ianni (1986), o campesinato[48] não é uma categoria econômica e não estão propondo a conquista do Estado Nacional, suas lutas parecem dispersas, atomizadas, mas é o fermento da história, um ingrediente das lutas sociais. Suas reivindicações entram no movimento da história e se apresentam como "modo de vida", lutando pelas suas condições de vida, trabalho e uso do território. Uma maneira de organizar a vida, a cultura, a comunidade, não simplesmente uma participação política. Uma força que aponta e reafirma continuamente, um símbolo do futuro.

[48] Forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar e/ou comunitário, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família e da comunidade – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros.

Nessa perspectiva, a luta pela água para essas comunidades entra como um requisito de reinvenção das suas sociedades, diante das crises[49], assim como a reforma agrária. Simplesmente pelo fato de se relacionar com a terra, essencialmente como ambiente místico, extrapolando a referência de cálculo (Martins, 2014), criando um conjunto de normas de conduta social, criadas espontaneamente, através do uso reiterado, uniforme e que gera a certeza de obrigatoriedade, reconhecida no campo jurídico como *'direito costumeiro'* (Nader, 2014) que embarcam no rol dos princípios e valores para governança das aguas.

Os assentados de São Sebastião que surgiram nesse contexto e acreditavam dominar o touro de chifres alados, mal sabiam que, quase 40 anos depois, a miséria reapareceria como forma de crise hídrica. Que a reforma agrária só acontece de fato com uma série de medidas libertadoras, inclusive com a autonomia na gestão das águas, já que a governança sob o domínio do Estado tem provocado crises culturais até dentro do movimento que partilhava dessa ideia do Estado Nacional como padrão de soberania. Enquanto isso, nas bases, os camponeses assentados já refletem as suas perdas diante dessa presença do Estado, nesses moldes.

Assim como São Sebastião, para Porto Gonçalves (2005), outras tantas formações culturais poderão desaparecer sob a ação unificadora empreendida pelo Estado para expansão do mercantilismo. Dessa forma, não foi o colonialismo simplesmente que destruiu os diferentes povos e culturas. Na realidade a anulação das diferenças estava inscrita dentro do próprio processo de formação dos Estados Territoriais Modernos e o colonialismo foi simplesmente o desdobramento dessa forma nos espaços não europeus. O colonialismo propõe que a economia só se constitui a partir de um saber específico, do momento em que os homens, como sociedade, perderam o controle da economia.

> Foi necessário expulsar os deuses que habitavam neste mundo e, por sua vez, retirar o caráter sagrado que possuía a natureza, manipular para, com ajuda da ciência, submetê-la aos desígnios do homem moderno (Porto Gonçalves, 2005).

[49] Principalmente pós polarização dos dois grandes blocos econômicos, Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) que resultou em conflitos político-ideológicos em diversas partes do mundo. A América Latina estava mobilizada e as elites dominantes idealizaram, com base no Estado Nacional, em meio ao mundo marcado pela bipolaridade geopolítica da guerra fria, a captura do Estado para seus fins desenvolvimentistas. A reconcentração do poder passava pela reforma agrária.

Nesse conflito do rio Utinga, os camponeses simplesmente recusaram a seguir essa ação unificadora, não consentiram essa concepção de meio ambiente imposto pelo Estado (legalista) e simplesmente ajudou a escancarar as crises desse modelo de participação, onde cada vez mais as autarquias ambientais perdem poder diante das transnacionais.

É diante das crises que nascem as soluções, essas comunidades se mostram com suas novas faces, não apenas como posseiros ou sem terras, mas como quilombolas, fechos e fundos de pasto e indígenas. Exigem novas posturas do Estado e seu lugar no mundo. Estas novas posturas exigem uma relação com a ancestralidade e com a situação socioambiental.

Esse olhar para o passado contribuiu para a ressignificação de seus sentidos, a exemplo da dinâmica da seca, que preservou a essência migratória da Chapada Diamantina, mas com a intensificação das disputas agrárias e hídricas, essas mesmas comunidades encontram nessa retirada um novo lugar, reterritorializando e redefinindo seus valores, princípios e suas relações de alteridades.

Nessa relação cada comunidade desenvolve seu senso de justiça e, assim, sua forma de agir. Os povos indígenas [Tapuyas] por exemplo, não criam gado, não consomem leite e nem festejam a alegoria do boi. Tem consciência que o boi é seu antagônico, já que eles comiam suas roças e ocupavam seus espaços sagrados reservados para os ciclos sazonais, conforme as estações do ano.

Ao relacionar essas novas identidades ao “mito do boi”, percebe-se que o fazendeiro e a filha, personagens do alto da hierarquia social, são curiosamente anônimos e comuns, ao passo que o boi e o vaqueiro são “notáveis”.

A sociologia dos personagens reforça as diferenças hierárquicas das narrativas. O latifúndio e a sua descendência são personagens pertencentes a indivíduos ou famílias que gozam de prestígio social. O fetiche do afamado fazendeiro e da conquista da jovem solteira pertencente a famílias importantes representa uma ascensão conservadora individual e sem rupturas com o latifúndio. Como lembra Da Matta (1987), trata-se antes de realçar a função dos três elementos sociais – branco, negro e indígena - como recursos ideológicos na construção da Identidade Social Nacional.

A noção evolucionista de mito do boi é destaque no esquema conceitual da morte e ressurreição como indício de um distanciamento entre o camponês e o Estado, na mentalidade e nas práticas populares brasileiras. Uma “estrutura central”, em suma, em formas contemporâneas da fragmentação interna na política brasileira. Esta morte representa uma crise de valores e paradigmas nas questões ecológicas e socioculturais em que situa, como o constatado acima, a legitimação da apropriação privada ao que seria de domínio público.

No caso das águas, estas comunidades se colocam no debate sobre o papel do Estado no processo de sacralização do privado, como uma das suas questões chaves. O Estado que, por sua própria natureza, tende a consagrar o instituído entra em crise e tem se mostrado incapaz de acompanhar a dinâmica desse capitalismo mundial integrado, principalmente o mais globalizado dos mercados (Porto Gonçalves, 2005).

> A partir dos anos 60 e 70 começa a se negar a ideia de um modelo universal de desenvolvimento para toda a humanidade. Que ponha ênfase não na desigualdade social, mas na diferença acentuando a sua especificidade. A ideia de desenvolvimento, como utopia-ideologia integradora da modernidade, parece ter sofrido uma grande transformação cada vez mais fala sobre a crise da modernidade, da pós-modernidade, da sociedade pós-industrial, do fim da história. (Porto Gonçalves, 2005).

O Estado Territorial começa a transferir o poder do Estado para as empresas e, a partir de então, torna-se possível instrumentalizar as diferenças. A paisagem real deixa de ser o principal estímulo ao inconsciente para a formação da personalidade e das identidades coletivas, que passam a sofrer a influência cada vez maior das paisagens virtuais e das telas eletrônicas. Esta profunda crise do sistema de reprodução, inclusive da representação política vem substituindo cada vez mais a ética. Recordemos que a ética se relaciona com o ethos.

Essas estruturas públicas capturadas são anuladas de suas capacidades de atuação e o neoextrativismo extrapola os poderes nacionais, intensificando ainda mais a subordinação dos países às empresas transnacionais. Diante disso, reaparecem as crises, já que o processo de apropriação da natureza, inerente a qualquer sociedade, não pode compreender-se como um processo exclusivamente material, quase sempre de caráter econômico. O desenvolvimento se mostra como um fim em si mesmo, o que significa sair, dominar a natureza e também as pessoas.

> Quanto mais o Estado se aproxima dessas comunidades, mas destrói esse modo tradicional. A gente quer a presença do Estado, mas ao mesmo tempo, a presença do Estado danifica, então aqui tem uma construção que vai chegar ao

> meio termo e aí temos trabalhado muito nisso hoje, por exemplo, temos uma discussão sobre o que é esse conceito do bem viver que não vem do acidente, vem dos povos originais de vários países e quais são os critérios pra gente medir, verificar, observar o que é, e como se dá esse bem viver (Moacir, IRPAA, 08 fev, 2023).

4 A RESSURREIÇÃO E A FESTA DO BOI

A ressurreição do boi corresponde à própria abertura da narrativa para outro nível de realidade, novo tempo e novo espaço. Com elas, saímos do mundo ficcional da fazenda e de seus arredores e chegamos ao local real de realização de uma brincadeira: o "aqui e agora" de uma comunidade, um terreiro, um rio. A temporalidade enclausurada da narrativa deságua em um rito e assim o mito do boi atualiza em novos artifícios modernizantes. Dessa forma, o mesmo critério, que foi uma das razões do autocontrole das sesmarias, se mantém no controle atual das águas.

> Em 1558, D. Álvaro da Costa, obteve quatro (04) léguas de terra que separavam, pelo litoral, as barras do Paraguaçu e do Jaguaripe. Esta 'capitania do Paroassu' alcançava dez (10) léguas de fundo, chegando a quase 1750 quilômetros quadrados (Nozoe *et al.*, 2006).

Hoje, usando o mesmo princípio do latifúndio, o domínio público, aplica-se à água. Simples concessões administrativas são firmadas com o encargo de cultivo, sem a devida observância do princípio da igualdade entre os súditos. O direito ao uso das águas entra no rol do controle moderno dos bens naturais. A exemplo das antigas posses, marcadas pela "falta de demarcação judicial, que acabavam por avultar a quantidade de litígios e demandas judiciais que se arrastavam por longo tempo, que deterioram os cabedais de uns e fazem infalível a ruína de outros" (Nozoe *et al.*, 2006, 593).

Sem a devida ruptura, não é de se esperar outra coisa das autarquias públicas reguladoras do uso das águas, no sentido de regular, processar e conhecer de toda e qualquer força, ou vigilância àqueles que detêm a licença para uso. A prerrogativa não se aplica quando a ação se dá no sentido inverso, isto é, quando o usuário regularizado, em situação de escassez, apropria-se desse bem público.

Essas disputas legitimam as práticas abusivas de abarcamentos e confusão de limites, que ocasionam nas concessões para o neoliberalismo. Assim como nas sesmarias, atualmente o lavrador de parcos recursos, analfabeto e desprovido de meios para influenciar os governantes, mantêm-se nas faixas situadas entre os limites das grandes propriedades ou nas paragens mais distantes dos núcleos de povoamento, em que a demanda de terras, de tão remotas as áreas de fronteira econômica, não compensa ainda

ser requeridas para o capital. Essa garantia da propriedade como direito inviolável e sagrado, interfere nas dinâmicas de uso da terra, nas práticas costumeiras das comunidades e na relação com a natureza (Marx, Livro III. [S.l.: s.n.]). A exemplo da comunidade Quilombola de Iúna, em Lençóis que:

> ‘Vivia da Agricultura de subsistência (de sequeiro ou em vazantes, terrenos ilhados e úmidos), pesca, extrativismo vegetal (Azeite de dendê e buriti, artesanato de cipó e palha de licuri) até o colapso hídrico do rio Utinga, em 1992. O rio era perene e desde essa data começou a secar todos os anos no mês de agosto até dezembro e às vezes prolongava até março. Desapareceram várias espécies de peixes morreram nos poços e lagoas que secaram, dificultou a pesca que era a sustentabilidade de várias famílias e morreram muitas árvores frutíferas que viviam próximo ao rio, entre eles buritizal, jaqueiras e mangueiras, mudando drasticamente a dinâmica da comunidade, inclusive tendo que mudar o local das oferendas religiosas. As comidas e bebidas das mesas de são Cosme e Damião que são despachadas nos rios (águas correntes), nos meses de setembro e outubro tiveram que mudar do rio Utinga para o rio Santo Antônio que é perene” (Com. Quilombola de Iúna, 23 jan. 2023).

Outro fator preponderante são as dependências das irrigações nas práticas da agricultura nesse contexto de crises climáticas, já que as instabilidades das chuvas são mais frequentes, principalmente nessa região semiárida onde as oscilações dos rios já variam muito. Esses sistemas de irrigação modernos, segundo relatos, tanto no rio Utinga como nos demais rios da região tem se padronizado em sistemas mais eficientes e quebrado a relação de tempo provocados pelas oscilações dos rios, com outorgas (Brasil, 1997), uso de bombas e microaspersão.

Essas práticas facilitam a expansão das fronteiras agrícolas e a apropriação privada das águas, alterando as dinâmicas socioculturais da região (noção tempo/espaço). Essas novas dinâmicas têm provocado conflitos tanto na engenharia das comunidades quanto na gestão das águas, interferindo diretamente nos meios de produção, nas áreas de restrição de uso e na cultura das comunidades.

Nessas circunstâncias, o boi ressurge *[ressuscita]* como um elemento místico, entre os discursos globais sobre as crises climáticas, a eficiência tecnológica no uso das águas e sua gestão pública.

> Em volta do boi os vários personagens, que através de uma cantoria cômica [participação social no comitê de Bacia] fazem o boi reviver. Espirrando debaixo do boi, levanta o boi. Tem os versos que eles declamam [outorga; bem público dotado de valor econômico; eficiência tecnológica…] e fazendo as piruetas em volta do boi, até que o boi reviva para alegria de todos. Começa de novo a cantoria e todo mundo festeja a ressurreição do boi […] (Odinéia Andrade, professora, estudiosa de folclore e torcedora do Boi Caprichoso; em entrevista concedida à Cavalcante (2006), em 21/06/1999).

Diante dessa representação, as comunidades oscilam entre essas premissas de operação da sociedade e a justiça hídrica, considerando as particularidades territoriais, os contextos históricos, as relações identitárias e de vizinhança, entre humanos, com a natureza, inclusive os seus mistérios, e tudo que ela engloba nas práticas humanas. Talvez seja por essa lacuna criada entre a gestão pública e as territorialidades que desperta no camponês este olhar de desconfiança em relação aos órgãos públicos ambientais que, segundo Porto Gonçalves (2005), passa também pelo histórico de perdas por onde o processo de modernização e domínio público intensifica ou atualiza.

> O ser Humano é um animal simbólico que cria seus sentidos e constitui em um núcleo das comunidades humanas, em seus ethos específicos, de onde provêm suas dimensões éticas. Estas novas comunidades de destinos humanos, de delimitar os espaços, constituíram territórios (Porto Gonçalves, 2005).

Dentro das estruturas do Estado Nacional, a festa de ressurreição do boi foi capaz de diluir a luta de classes, mas encontra nesse novo ser simbólico a capacidade de criar e nos apresentar outras relações territoriais em que a água, os rios, passam indicar novas fronteiras políticas, além das bacias hidrográficas (Licea, 2019), recuperando a manutenção metabólica das águas (Centro de Estudos Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 2017) e combatendo as injustiças mascaradas de eficiência tecnológica.

Para isso, é preciso reaver a função socioambiental do uso das águas, considerando as particularidades territoriais de como cada comunidade ordena suas dinâmicas socioculturais, combatendo a tendência neoliberal da política de gestão pública das águas que fragmenta os territórios, seja nos modos de vida, seja no controle dos meios de produção. Tendo em conta que, com estas fragilidades dos órgãos de fiscalização diante das transnacionais, esses novos licenciamentos ambientais e de uso das águas, o espírito do boi invade o próprio espaço do boi tradicionalmente e os territórios das comunidades, configurando outras lógicas de brutalidade (Sassen, 2016).

Nessas novas fazendas, desalentados da ecologia, os trabalhadores/as produzem de maneira cooperada e ao mesmo tempo competem entre si e se alienam do que produzem. Rompe-se o metabolismo do homem com a natureza e a terra desloca-se do centro do mundo. De fato, tudo que é sólido desmancha no ar (Berman, 2009, p. 24).

> A ressurreição do boi metaforiza a própria festa e sua razão de ser. O boi permanece, então, até o final de nossa história, como o portador de grande potencial vital e complicador (Odinéia Andrade, professora, estudiosa de folclore e torcedora do Boi Caprichoso; em entrevista concedida à Cavalcante (2006), em 21/06/1999).

Estas particularidades da Chapada Diamantina pode ser uma resposta à concepção hegemônica de uso dos recursos hídricos e sua percepção utilitarista nos seus múltiplos usos das águas, impressos na Lei das Águas, (Brasil, 1997) e como recurso estratégico na constituição Federal (Brasil, 1988) já que a presença e as intervenções do Estado contribuíram com o aumento da pressão sobre esses territórios, interferindo nas dinâmicas hidrossociais sobre as áreas de restrição de uso (em função da recarga hídrica), criadas ao longo dos anos pelas comunidades, a exemplo dos Gerais de Piatã, com suas outras noções de tempo e espaço, marcados pela ancestralidade e pelas características geográficas da região, com predominância de semiárido.

Essa realidade dos conflitos socioambientais, ora apresentados, nos coloca frente a um desafio que supere esse modelo participativo e representativo fragmentado que não responde às particularidades da região, com suas sobreposições de interesses na gestão pública dos territórios, das águas e das Unidades de Conservação. Este novo modelo participativo exige uma política integrada das bacias hidrográficas em consonância com a política ambiental e as dinâmicas socioculturais das comunidades na perspectiva de autodeterminação garantidas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e, pelos Decretos, sobre os povos Indígenas e Tribais (Brasil, 2004); sobre a Diversidade Biológica (Brasil, 1998); e sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Brasil, 2007).

Proposta que supere, na ação política, outros limites de propriedade reconhecidas pelo Estado - pública ou privada- abrindo a possibilidade de demarcações e delimitações territoriais definitivas (Brasil, 2003; 2022), com suas dinâmicas próprias, de forma que englobe outros povos tradicionais (Bahia, 2020), devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Brasil, 1988. Art. 68 ADCT) e, dessa forma, o Estado possa garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura e a valorização das manifestações culturais (Brasil,1988, Art. 215), de forma que, proteja o patrimônio (de natureza material e imaterial), portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos povos tradicionais, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver (Brasil,1988, Art. 216).

Por fim, que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2000) integre à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007; Bahia, 2010). Como afirma Narby, com todo respeito a esta

normatização, mas a luta dessas comunidades nos ensina que o senso prático das comunidades pesquisadas são bem mais confiáveis naquele ambiente que a compreensão acadêmica aplicada. Com isso, não tenho a pretensão de decifrar aqui o segredo do enigma da origem do saber ecológico e seus espíritos, mas denunciar esta estranha sensação de que o problema está mais na incapacidade do estado em compreender o que essas pessoas das comunidades dizem (Narby, 2018, p. 42).

Em meio a estas incompreensões, as casas de Santo foram espalhadas pelos vales e grotas ao longo dos anos, criando comunidades, com grande referência administrativa e espiritual, formando células comunitárias capazes de enfrentar ou conviver com as secas e os coronéis. Nesse mundo diverso e cheio de contradições que esses saberes [o DNA da serpente] foram se consolidando. Mesmo tendo que insurgir com os constantes ressurgir dos bois.

A escuta desse saber abre a possibilidade, mesmo que voluntariamente incompreendida pelos líderes políticos, de uma superação para aquilo que Acosta (2016) chama atenção:

> O discurso sobre desenvolvimento estabeleceu e consolidou uma estrutura de dominação dicotômica entre o desenvolvido e o subdesenvolvido, o pobre e o rico, o avançado e o atrasado, o civilizado e o selvagem, o centro e a periferia. Nesta dicotomia, para que o pobre saia de sua pobreza o rico estabeleceu que, para ser como ele, o pobre deve agora pagar para imitá-lo: comprar o seu conhecimento, marginalizando suas próprias sabedorias e práticas ancestrais (Acosta, 2016).

O antropocentrismo como apresenta Gudynas (2019), também se caracteriza por seu apego às ciências ocidentais de base cartesiana. Diante disso, o desafio de pensar o antropoceno não só como um sistema de governo[50], para superar o regime de exceção, o "perigo de uma história única" conforme a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009), com um único protagonista/sujeito, que em termos não ocidentais possa conectar a evocação e implicação de uma variedade de modos de existência com a configuração anamórfica do planeta quando visto de dentro, nas profundezas das águas.

> A justiça ancorada no antropocentrismo desenvolvimentista é funcional ao desenvolvimentismo clássico que anima estratégias como os extrativismos. Se produzem desse modo muitas outras contradições. É que esse desenvolvimentismo necessita desses extrativismos para obter ingressos

[50] Para Soares Pinto (2021), o antropoceno é mais que uma era geológica, mas um sistema de governo, um regime de exceção.

> econômicos e, a vez, utiliza parte deles para compensar em dinheiro a quem sofrem de seus impactos sociais e ambientais. À medida que esses efeitos negativos se somam, se requereria de mais recursos financeiros para a compensação, o que obrigaria a liberalizar todavia mais aos extrativismos. Desta maneira, a justiça fica atravessada em um círculo vicioso que requer de mais atividades social e ambientalmente daninhas. O horizonte possível estaria em uma justiça distributiva supostamente perfeita que distribuiria entre toda a população tanto nos ganhos desse desenvolvimento como seus prejuízos sociais e ambientais (Gudynas, 2019).

A superação desse modelo exige uma ruptura a esse olhar que supere a distopia entre as ciências globais e as ciências locais, que captura os Estados Nacionais, prioriza saberes e impõe verdades absolutas. Estas tendências intensificam, no campo democrático, as crises de representatividade e as injustiças socioambientais já que os grandes proprietários dominam os meios de produção, institui a água como insumo e, aos olhos do Estado, os usuários irregulares, que têm as águas como princípios vitais, dada as suas interações metabólicas, são penalizados, quando não expulsos de seus territórios ou destituídos do seu acesso.

Perante o exposto, podemos concluir que há muitas dimensões antagônicas entre o Estado e as diversas cosmovisões envolvidas na pesquisa, que perpassa entre a engenharia, a governança das águas e a ecologia, apontando outras perspectivas que fortaleçam as identidades e as dinâmicas territoriais que dão novos rostos aos renegados da terra. Para esses renegados da terra, os rios são essas serpentes que saltam do fundo da Mãe Terra para dar vida.

No entanto, matar o rio é matar o povo. Povo esse que em sua diversidade carrega três grandes mitos: o sonho do paraíso terrestre, a esperança na redenção e a perspectiva messiânica. São desses mitos que levantam as lutas pelos territórios e as diversas formas de governança das águas.

5 A LUTA SOCIOAMBIENTAL E AS NOVAS TERRITORIALIDADES

Ao chegar nessas comunidades percebia-se que havia um senso comum que perpassava toda compreensão da Chapada Diamantina e dificultava a participação social do camponês na política do Estado. Uma distopia na ação política entre a situação ambiental e a luta de classes. Mas, no decorrer do trabalho essa massa homogênea, representada pela classe trabalhadora na luta, exige uma nova postura e torna perceptível nessas cinco comunidades novos rostos frente aos interesses anônimos (S.A.),

representados pelas transnacionais energéticas, agro-hidro-minero-exportador, que se apresenta o arquétipo na festa do boi, como personagens do alto da hierarquia social, curiosamente anônimos e comuns, ao passo que a Sucuiuba reapresenta-se como "excepcional" entre as questões sociais e ambientais, ressurgindo um novo contexto na luta - o contexto socioambiental.

Ultimamente, todo processo de modernização, conflitos, mudanças econômicas passa por esse processo de expulsão e se justifica pelas secas, jamais relacionadas às questões agrárias não resolvidas, seja por parte do Estado, seja por parte de quem enfrenta, resiste ou desiste do confronto. As mesmas secas[51] que permeiam o histórico das comunidades pesquisadas, são redefinidas por um discurso global com consequências dos efeitos das mudanças climáticas, que de fato estão intensificando na região e despertando muitos conflitos e perda de autonomia das comunidades sobre os recursos hídricos.

O Estado, que atua na anulação do campesinato na política agora, mais que nunca, precisa compreender sobre a reconstrução dos troncos identitários a partir de conceitos da antropologia, já que até então suas práticas operam por diálogos teóricos, mais com objetos políticos ou ainda com a dimensão política na qual foram estruturados os Estado Nacionais.

Para Pacheco de Oliveira (1998), quando as cadeias genealógicas foram perdidas na memória e não há mais vínculos palpáveis com os antigos aldeamentos, as novas aldeias têm de apelar aos "encantados" para afastar-se da condição de "mistura" em que foram colocadas. Nessa realidade, cada comunidade é imaginada como uma unidade religiosa e é isto que a mantém unificada e permite criar as bases internas para o exercício do poder.

Uma metáfora acionada por diferentes grupos, em variados contextos, conecta as gerações do passado e do presente. Os antepassados seriam "os troncos velhos" e as gerações atuais "as pontas de rama". Só assim podem reconstruir para si mesmas a relação com os seus antepassados (o seu "tronco velho"), podendo vir a redescobrir-se enquanto "pontas de rama". Dessa forma, a justiça hídrica e a espiritualidade se fundem em uma

[51] Para Teixeira (2021), não tem como se falar do Sertões sem mencionar esse terrível problema que até hoje deixa suas marcas de expulsões. É certo que, dentro dos ciclos de cheias e secas normais de cada ano, há casos excepcionais de secas mais intensas registrados ao longo dos anos. Entre 1809 e 1889, por exemplo, foram registrados intermitentemente 25 anos de seca e 11 de pluviosidade excessiva nas vicissitudes do clima, interferindo no preço dos alimentos, na perda de lavouras, afetando e atrasando a economia da província.

nova territorialidade, com suas dinâmicas próprias, na qual a Lei das Águas vigente não consegue abarcar.

Neste contexto de urgência, a serpente revela os rostos dos que incomodam nessa profunda revolução nas técnicas de administração empresarial, que se rege por fluxos globais. Na verdade, essa situação leva a outra organização social, uma reorganização na estrutura de classes até então negados pelos Estados e pelas racionalidades científicas, mas presentes nas re-existências, como afirma o Rosto Tapuya, de Riacho das Palmeiras, em Seabra, da sexta geração da mulher que fugiu da civilização para morar numa loca.

> Sabe! Boa parte das perdas das nossas crenças acontecem porque a ciência e suas tecnologias nos afrontam e ficamos com medo de nos expor, falar mais sobre tudo isso... Lembro que antes quando ouvíamos uma determinada ave cantar, mãe dizia: tem algo ruim vindo; ou, a chuva esse ano vem cedo. Hoje, vemos esses mesmo sinais. Mas não temos mais essa abertura para falar[...]. Temos muita gente com sensibilidade espiritual aflorada, mas presas, sofrendo e com medo[...] (Com. Indígena Tapuya, 15/06/2022).

Estas novas identidades não estão isoladas, elas somam às novas faces que avançam desde 1980, capazes de enfrentar essa fase do capital, período que reinventou os mecanismos de acumulação primitiva. Hoje a acumulação primitiva é executada por meio de operações complexas e de muita inovação especializada. Esse tipo de desenvolvimento trouxe contrações nas economias, uma escalada de destruição da biosfera e o ressurgimento de formas extremas de pobreza e de brutalização onde achávamos que já tinham sido eliminadas ou estavam em vias de desaparecer (Sassen, 2016).

Coincidentemente, na mesma década, o Brasil abre a possibilidade da pluriversidade. A Constituição Federal reconhece os limites dos Estados Territoriais e se permite olhar para o espelho e enxergar que sua riqueza está na diversidade. Dessa brecha jurídica foi possível avançar, mesmo que mais no papel, para uma política de novas territorialidades, novas relações – horizontais, e com incidência internacional.

Desse modo, entram em cena outras formas de apropriação do espaço, as territorialidades, consagradas ao longo de um penoso processo de construção de identidades, contrário ao Estado Nação. Tudo indica que não simplesmente pelo esgotamento dos recursos naturais, mas pelas relações de alteridades. Essas territorialidades se constroem nessa relação com o diferente, na afirmação das identidades, na qual podemos destacar três dimensões defendidas por Patrício Guerrero (2002), em função de uma nova perspectiva democrática:

> Identidade são percepções que o indivíduo e/ou o grupo tem de si e dos outros, […] representações e subjetividades de um complexo sistema de percepções imaginárias, noções, ações, significações e sentidos que movem a prática humana e que determina o sistema de preferências, classificações, pertencimento e diferenças de fronteiras, inclusões e exclusões. […]. Todo processo de construção de identidade é um processo relacional que vai além da simples rotina e que requer a construção d@ outr@ (Patrício Guerrero, 2002, tradução própria).

Primeira perspectiva, a do pluralismo jurídico. Percepções que o indivíduo e/ou o grupo tem de si e dos outros (procedimentos de autoafirmação); segunda, a das cosmologias. Representações e subjetividades de um complexo sistema de percepções imaginárias, noções, ações, significações e sentidos que movem a prática humana e que determina o sistema de preferências, classificações, pertencimento e diferenças de fronteiras, inclusões e exclusões (Brasil, 1988, Art. 215 e 216) e; por fim a interculturalidade: Todo processo de construção de identidade é um processo relacional que vai além da simples rotina e que requer a construção das alteridades (Guerrero, 2002). Encontro dialógico, de negações e interações.

Este pluralismo jurídico está legitimado na nossa Carta Magna. Assim como o conceito de 'novos sujeitos coletivos', em função de suas especificidades[52]. Estes novos sujeitos coletivos podem ser representados pelas comunidades tradicionais, em que o Estado recusa avançar nas discussões.

Neste contexto, a crise ambiental apresenta-se como uma crise de racionalidade da modernidade, dos pilares da racionalidade formal, instrumental e institucional que tem sido os suportes de uma modernidade insustentável. Esta crise chama assim a desconstruir as ordens da racionalidade econômica e jurídica que guiam os processos de produção, os regimes de propriedade e a justiça social. Apela assim a uma reflexão sobre a configuração de uma nova ordem jurídica fundada em novos direitos que hoje surgem em relação com a sustentabilidade ecológica e a diversidade cultural, integradas.

Os movimentos sociais emergentes vêm abrindo esse novo espaço. Esses novos direitos estão gestando em resposta a uma problemática ambiental que hoje se percebe como uma “crise de civilização”, efeito do ponto de saturação e do transbordamento da racionalidade econômica (Leff, 2015, p. 12).

---

[52] Patrimônio cultural, a partir dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, tendo como referência à identidade, à ação e a memória dos diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira, nas suas formas de expressão, nos modos de criar, fazer e viver (Brasil, 1988, Art. 216).

> Os novos sujeitos coletivos vivem na e da terra, seus direitos, seus conflitos e os que titularizam coletivamente e têm relação com seu modo de viver, seu sustento, sua tradição, sua cultura, a exploração econômica dos seus conhecimentos tradicionais, o racismo ambiental e a desterritorialização a que foram submeditos historicamente (Tárrega; Schwendler, 2015).

Esses novos sujeitos coletivos nos apresentam um conjunto de entendimentos e práticas que, somado ao pluralismo jurídico democrático e participativo, é instrumento político dessa pluriculturalidade portadora de uma nova episteme. Ao enfrentar a colonialidade, o sequestro da vontade popular pelo Estado Legislativo, a dogmática do discurso e da interpretação constitucional e a superexploração do trabalho e da natureza, que podem efetivar um espaço público ético caracterizado por horizontalidades, participação e solidariedade (Wolkmer, 2002; 2004; Wolkmer; Almeida, 2013). Além de ressignificar o conceito de território, adequado a contingências históricas sociais da sociedade contemporânea e uma nova perspectiva no conhecimento científico como sujeitos de uma realidade concreta frente à objetivação do mundo.

Vale ressaltar que esses grupos, em sua maioria, se organizam a partir do paradigma da questão agrária e hídrica com destaque para os impactos da expansão do capital no campo, em todas suas facetas e, da estruturação produtiva do modo de vida das populações que vivem e resistem no campo. Seus direitos extrapolam o discurso liberal da modernidade no seu sentido antropológico e filosófico cujas bases são o utilitarismo e o individualismo, principalmente diante de um Estado inoperante, preso ao Paradigma legalista e privatista, que desconsidera a história e o processo mais efetivo de participação dos sujeitos coletivos.

Nesta perspectiva, os novos conflitos socioambientais da Chapada Diamantina persistem como um antigo conflito agrário que se atualiza, tendo a água como fator aglutinador entre camponeses e ambientalistas, campo e cidade. Uma massa forte e nutritiva, capaz de juntar todos os sabores e cores, de forma que a compreensão de classes seja também a superação do não lugar.

Mesmo com os avanços no reconhecimento do Estado sobre estas particularidades, as comunidades, longe de serem perfeitas, ao invés de ser referência nessa trajetória democrática, continuam sendo ameaçadas pelo caos da mesma estrutura de sempre, reforçada pelo Estado. O Assentamento São Sebastião por exemplo, que tem suas terras sob domínio do INCRA e está cortado pelo rio Utinga, mesmo sendo referência na produção diversificada, é considerado clandestino, sem nenhuma outorga ou dispensa de uso da água. A comunidade está ameaçada pela morte do rio, ou pela construção de

barragens para aumentar a demanda hídrica, a única solução seria disputar com as empresas de monocultura no mesmo patamar jurídico. Como os próprios moradores afirmam, o Estado impede a autonomia, "não suporta ver a gente se levantar":

> Hoje, vejo da mesma forma do garimpo na época que ele cresceu. Mesma coisa com a reforma agrária. O garimpo cresceu e veio alguém pra podar. Podou! Mesma coisa a reforma agrária. Uhum. Começamos aqui na região em noventa e cinco. Logo logo surgiu quantos assentamentos? Vários! A história cresceu na região. Aí tem que aparecer alguém também pra podar. E é essa coisa que a gente não estava esperando que acontecesse. A gente ocupou aqui, começamos a trabalhar e nunca pensamos que um dia o IBAMA chegasse aqui, o INEMA, não sei o que, para quebrar uma barragem, fazer isso, fazer aquilo, limpar o rio [pra água descer para todos], porque o rio tem aquela coisa, florestal, cê tá enchendo ele de arvoredo e depois vai limpar pra que? Então se você vai limpar você vai fazer a destruição, porque você tirou, a água,corre toda, vai embora. Isso foi o que aconteceu. Uhum. Então vem pra podar, né? E terminamos que aí veio a dificuldade que ele limpou e o rio secou. Uh hum. Você vê que nós passamos um período aqui com esse rio aí ó. Você podia chegar e acender fogo onde é o rio! (Com. Indígena Tapuya, 29 Jan, 2023).

Para a comunidade, o próprio INEMA pratica as injustiças e culpabilizam aos que mal aplicam, ou deixam de aplicar os procedimentos tecnológicos, mas não expressam uma condição própria desses modos de apropriação da Natureza. Como consequência, se apela a justiças que podem ser tecnocráticas no sentido que a reparação ou a igualdade reside em como ter acesso ou manejar tecnologias. Com isso, assentados e povos indígenas reclamam as dificuldades em continuar usando os regos e suas processos de gestão comunitária das águas[53].

Para as comunidades impactadas, a demanda é real, mas a crise é sobretudo de gestão, que foca na transição tecnológica do sistema de irrigação; nos modos de produção, na concentração das águas e terras e no domínio público das águas, sem considerar as particularidades territoriais e de ancestralidade. Além do território indígena, ao longo dos 80 km de extensão do rio Utinga existem dezenas de comunidades e assentamentos de

[53] Pequenos barramentos de tábua, construídos em pontos estratégicos, geralmente nas áreas de vazante, de modo que possa construir sulco de inundação e plantio intercalado entre árvores frutíferas e pequenas irrigações de ciclo curto de forma sazonal. Por toda extensão do rio Utinga deparamos com ruínas desses sistemas de irrigação, destruídos pelo antigo Centro de Recursos Ambientais (CRA), órgão que fundiu no atual Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) ao implantar a proposta de gestão pública amparada na Lei das águas (9433), o Estado nega a sabedoria ancestral do povo e propõe a modernização no campo amparadas cientificamente pela eficiência e uso racional das águas. Segundo relatos, estas comunidades, nos últimos anos, vêm perdendo autonomia e dando espaço para o crescimento das monoculturas, intensificando a apropriação privada da água, diminuindo a vazão dos rios e impactando centenas de famílias ribeirinhas. Era comum também os sistemas de rotação dentro do próprio território, em Riacho das Palmeiras, município de Seabra, por exemplo, o povo Tapuya mudava de casa várias vezes ao ano, para aproximar das áreas cultivadas e da coleta das ervas ou frutos e até mesmo dos cipós. O território é formado por nove (09) comunidades, em que os nomes estão relacionados com as paisagens e suas principais culturas.

reforma agrária[54], que dependem da água para além do consumo humano, dessedentação de animais e para irrigação, mas sobretudo relações místicas, de sobrenatureza.

Apesar da escassez e da irregularidade no volume hídrico, têm crescido significativamente os projetos de irrigação, principalmente com o avanço das plantações de banana, mamão e hortifrutigranjeiro, em Utinga e Wagner, contribuindo ainda mais com o caos hídrico, que promete aumentar.

Da mesma forma, a comunidade Quilombola de Iúna, convive com as crises hídricas de suas lagoas, pós crise do rio Utinga e demandas do seu entorno, os jovens migrando para outras cidades, trabalhando na produção de frutos nas fazendas vizinhas ou executando pequenos projetos produtivos financiados pelo Estado da Bahia[55]. A dinâmica do extrativismo e da pesca não é mais uma perspectiva para a comunidade, ainda que na Convenção 169 se sugere a autonomia da comunidade em definir seu futuro.

A comunidade Tapuya do Riacho das palmeiras, alterou sua dinâmica secular, simplesmente para assegurar os direitos básicos de educação e saúde, onde o Estado exige uma aglomeração próxima e com isso perderam o território para propriedade particulares (grilagens e cercas) e agora, mais recentemente as ameaças de conglomerados eólicos, inclusive dentro do Parque Serra do Araújo que está sobreposto em parte do território Tapuya.

A comunidade do Gerais de Piatã que vinha sofrendo pela mudança da dinâmica de criação extensiva como Fecho de Pasto[56] agora assiste a uma nova ofensiva do Agronegócio que desloca do Agropolo para outras áreas com potencial hídrico. Os Gerais vêm perdendo suas relações de simbiose com seu entorno e com as dinâmicas das águas (cheias e vazantes).

A comunidade quilombola de Bocaina, que convive com uma mineradora até então clandestina, prestes a reabrir, sofre dois níveis de ameaças, primeiro hídrica com

[54]Entre elas o assentamento São Sebastião e a comunidade quilombola de Iúma.

[55]Projeto do Governo do Estado da Bahia, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, a partir de Acordo de Empréstimo firmado entre o Estado e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). https://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva.

[56]Forma de ocupação tradicional de territórios fazendo o uso comunitário da terra e mantendo tradições herdadas dos seus antepassados, a exemplo das manifestações culturais e religiosas como a roda de São Gonçalo, os mutirões e o samba de roda". Garantidos pela Constituição do Estado da Bahia desde 1989, esse jeito de viver é reconhecido e assegurado em contrato de concessão real de uso.

uma série de crimes ambientais e, segundo na sustentabilidade, já que a agricultura não está sendo viabilizada, tanto pela poeira quando pela aceitação do produto pelos consumidores, que têm medo de risco de contaminação dos alimentos.

Aqui somam cinco casos de superação e cinco casos de ameaças, que a própria Convenção (169) da ONU de 1997 já alertava, sobre a disputa das águas, vislumbradas a escassez e a possibilidade de um colapso hídrico de âmbito global. Todos os cenários, mesmo os mais otimistas, apontam que hodiernamente vários países, em todos os continentes do globo, estão em situação descrita como de *stress* hídrico (Shimada Kishi, 2015).

Trazendo todos esses casos de forma comparativa, de qual seria a responsabilidade do Estado e suas autarquias, podemos sugerir uma ação integrada entre o INEMA, o INCRA e outros departamentos agrários. Primeiro, em função das autonomias comunitárias, a fim de superar esta visão cartesiano-reducionista sobre o meio ambiente que embasou a ascensão da lógica mercadológica e, que resume os componentes ambientais à mera condição de fonte de matéria-prima ou ao receptáculo de resíduos provenientes dos processos de produção e consumo. Trata-se de uma miragem gerada pela própria produção humana:

> Um contrato tecnológico, ou seja, um contrato entre o homem e a sua extinção é o que parece estar se anunciando. A moderna tecnologia oferece comodidades, criando o sentido de que é possível um grau jamais imaginado de conforto individual e saúde. Entretanto, essas tecnologias, desenvolvidas a partir do conhecimento gerado em laboratórios e da aplicação de um método na solução de problemas técnicos, têm, naturalmente seu preço. Numa perspectiva de curto prazo esse prazo é determinado pelo mercado e pelo custo de produção. Quanto maior o mercado, menor será o preço com que o produto chega ao consumidor. Assim, a abertura de novos mercados é garantia para o desenvolvimento de novas tecnologias que serão lançadas para a sociedade, o que acaba gerando uma espiral consumista sem fim (BARROS, 2011, P. 81).

Estas comunidades, com suas pautas, apontam que a crise ambiental perpassa também pela crise do conhecimento, exatamente, porque se trata do desconhecimento do conhecimento; da concepção do mundo e do domínio da natureza que geram a falsa certeza de um crescimento econômico sem limites, até a racionalidade instrumental e tecnológica vista como sua causa eficiente (Leff, 2001b, p. 207). A crise ambiental se manifesta na falta de um saber sobre a complexidade do real e na perda do sentido da existência humana (Gonçalves de Oliveira, 2015, p. 360).

As perdas das fontes de águas desses lugares sagrados das comunidades pesquisadas demonstram que, para a instalação dos empreendimentos, a racionalidade científica pode até detectar os problemas ambientais, mas dificilmente a superação, pois o desenvolvimento passa pela desagregação das pessoas e de suas relações cosmológicas que define os limites da natureza e as perspectivas de futuro e, por outro lado, o Estado pressupõe que desenvolver é crescimento. Trata-se de um pensamento de fora pra dentro que implica romper, abrir, estender o que está envolvido - a comunidade.

Diante disso, a territorialidade, como contraponto, se conforma a partir do modo em que esse complexo de grupos, segmentos e classe sociais, se apropria de determinado espaço (nesse caso a Chapada Diamantina) e organiza com determinados fins, aquilo que na antropologia podemos considerar mito e rito, quer dizer, manter coerência entre as cosmovisões e as práticas cotidianas. Aquilo que inicialmente parecia silêncio, nesse momento já pode ser considerado uma capacidade de diálogo com a natureza e todos os mistérios que os envolve. No entanto, o silêncio é a falta de capacidade de escuta por parte dos Estados territoriais que põem em risco o planeta. Essas comunidades não propõem nenhuma salvação, mas apresenta o segredo da escuta que exige conhecer limite de tempo e espaço para que caiba a todos, a tudo!

As crises sempre tiveram importância para a reconfiguração dos espaços, as matriarcas Tapuyas contam que, no processo de constantes mudanças, as ervas sagradas para seus chás e curas eram plantadas em um balaio e conduzidos na cabeça. Em cada nova parada, uma continuidade dos conhecimentos e transferências de saberes. Muitas vezes estes saberes apresentam-se como mistérios já que, do outro lado tem um Estado com muita capacidade de apropriação e usurpação dos elementos de cada povo. A participação e a representatividade são os dois últimos elementos que foram bases para a redemocratização, mas agora precisam ser ressignificados em função da pluriversidade. O Cocar e o Turbante ainda devem incomodar muito as estruturas públicas até superar esta crise civilizatória.

Esta crise é um problema econômico global que afeta o(s) local (is). Para Yayo Herrero, o dilema crucial da nossa crise civilizatória consiste na economia convencional que está em guerra contra a vida. Quando a economia vai bem, a vida corre perigo; quando entra em crise, recrudesce os processos de expropriação, mas é também neste momento que temos que aproveitar para respirar. Ou, dito de outra forma: para ela, quanto pior,

melhor. Quanto mais rápido são destruídas e colocadas em risco as bases materiais que sustentam a vida, mais saudáveis estão as economias (Yayo Herrero, 2020, p. 11).

O processo de modernização, representados pelo boi que morre, ressuscita e atualiza, intensifica o controle do tempo e dos espaços, guiado pelo crescimento econômico e progresso tecnológico, apoiado por um regime jurídico fundado no direito positivo, forjado numa ideologia das liberdades individuais (Sen, 2010) que privilegia os interesses privados.

Essa ordem jurídica tem servido para legitimar, normatizar e instrumentar a implantação da lógica de mercado no processo de globalização econômica. Essa inércia globalizadora se converte em modelo de vida, pensamento único e medida de todas as coisas, mas nega e desconhece a natureza; não como uma ordem ontológica e uma organização material em que emerge a vida, mas em sua constituição como uma 'ecologia produtiva' e como condição de sustentabilidade de toda ordem econômica e social.

Nesse modelo econômico a produção sai da roça direto para o mercado e, segundo a sabedoria ancestral o alimento que não faz o trajeto do agricultor, até sua casa, não é saudável, já que distancia os olhares de quem come aos de quem produz, essa relação de proximidade é uma relação de cuidado, que está sendo fragilizada. A natureza é coisificada para ser dominada; se transforma em recurso natural, como matéria prima de um processo produtivo; mas que se rompe a trama ecológica da natureza, que dependem os equilíbrios geofísicos, a evolução da vida e a produtividade ecológica do planeta (Leff, 2002).

Junto a estes empreendimentos tem-se uma infraestrutura em comum. São construídas novas rotas da produção e uma criação de sistemas unificados que altera as práticas culturais mais profundas dos diferentes povos e comunidades que se constituem no interior das fronteiras das diferentes formações estatais. A lógica da economia é a lógica da guerra por outros meios. Seus valores básicos são a competência, a luta pela conquista, pelo mercado ou pelo acesso às matérias primas e energia. Em nome da produtividade ou da organização científica do trabalho.

O controle dos meios de produção determina o tempo. Toda revolução tecnológica é também parte de um processo de revolução dentro das relações sociais de poder. Destaquemos que a revolução tecnológica não é causa ou consequência da revolução nas

relações sociais, nem tão pouco variável exógena das relações sociais, mas parte constitutiva das próprias relações sociais e de poder.

> [...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (Acselrad, 2009, p. 37).

Como relatado anteriormente, cada perda dessas comunidades configura como casos de injustiças. Estas injustiças hídricas, em sua maioria, se apresentam como processos de racismo ambiental e desterritorialização (Vidotte; Fátima, 2015) e exigem um olhar além da paisagem (Leff, 2002). Cuidamos daquilo que nossa visão descortina, podendo-se até afirmar que, na maioria das vezes, nossa visão é curta demais e, por outras, a cegueira tomou conta deste sentido (Saramago, 1995).

Para entender o olhar é necessário que haja uma mudança de paradigma no modo de ver o meio ambiente, a ser instituída através de um processo de educação ambiental consciente e comprometida com a realidade local. Várias são as visões sobre este educar; no entanto, para uma formação responsável com o propósito de cuidar do meio que a circunda, a pedagogia do ambiente, segundo Leff, surge com a necessidade de orientar a educação dentro do contexto social e na realidade ecológica e cultural onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo, implicando uma formação de consciências, saberes e responsabilidades na busca de soluções para os problemas ambientais locais (Leff, 2002).

Uma visão holística capaz de, além de propiciar um entendimento responsável, despertar a cidadania ambiental, oriunda da apropriação deste saber, tornando cada sujeito comprometido com a busca da proteção ambiental e imbuído deste poder para participar, pleitear, exigir e alcançar mudanças no cenário ambiental. A relação entre o direito ao meio ambiente e os direitos humanos. Noção de propriedade, indivíduo e uso dos recursos naturais deve estar diretamente vinculada à questão ambiental, e esta deve ir além da necessidade de dar bases ecológicas à produção ou incorporar normas ecológicas à economia (Gonçalves Muniz, 2015, p. 231). Consiste em preservar a diversidade dos ecossistemas, ética e cultural da humanidade e fomentar novas formas de manejo da produtividade.

Os lugares são construídos/instituídos no terreno movediço das lutas de classes. Esse lugar que os indivíduos ocupam na ordem social não é dado *a priori*, e sim tecido

nas próprias relações sociais que intui os lugares, dessa forma, as categorias – espaço tempo, homem e natureza estão sendo repensados e exigem de cada um de nós repensar os lugares e o lugar de seu objeto de estudo dentro desses territórios, em um novo mapa de significações que está sendo construído.

Nos encontramos imersos em uma enorme tensão de territorialidades, e como não existe territorialidade sem processos e sujeitos que a instituiu, se faz necessário identificar alguns desses vetores institucionais que estão conduzindo este processo. Assim como a água, a cultura reaparece como segundo fator aglutinador. Em uma retomada ancestral, na ressignificação genealógica, as pontas das ramas conectam com os troncos velhos nos aspectos centrais, como aponta João Pacheco de Oliveira (1998) em "Por uma etnologia dos índios misturados".

A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena a partir da nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; da constituição de mecanismos políticos especializados; na redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; e por fim, na reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Questões indígenas que, na realidade, sugerem a ruptura da fronteira entre a técnica e tecnologia, apontando que a técnica não se desenvolve dentro de um vazio sócio-histórico-cultural. Isso nos sinaliza a verdadeira função da máquina. A técnica é o centro da crença de que o futuro será melhor que o presente e o passado através de uma série de melhorias e inovações que os homens serão capazes de inventar.

> O domínio tecnológico é um dos principais recursos na luta para conquistar maior produtividade-mercado, tem parâmetros próprios de comparação ao instituir um tempo retilíneo, uniforme e linear que se pretende universalizar (Porto Gonçalves, 2005).

O olhar de desconfiança que as comunidades têm em relação aos órgãos públicos ambientais, passa também pelo histórico de perdas por onde o processo de domínio público intensifica ou atualiza. Não que o direito moderno deva ser descartado ou a racionalidade científica não seja importante, mas diante dessa crise socioambiental que estamos passando exige uma reflexão mais profunda entre estes pilares da justiça com as particularidades territoriais e seu processo histórico construído nas relações identitárias e de vizinhança, entre humanos e com a natureza, com tudo que ela engloba, com as práticas humanas.

Nesse momento a pergunta é, como a representação do Estado Territorial[57] tem dialogado com outras formas de governança das águas frente a essa ancestralidade que serpenteia em silêncio, a fim de preservar seus mistérios de concepções do mundo e organização do cosmos, principalmente quando ameaçados em seus territórios, e quase sempre com o aval do Estado, legitimado em licenças ambientais.

Este olhar particularizado pode desvendar o segredo da justiça hídrica, ressignificar a democracia, os processos participativos e de representatividade e, consequentemente o fortalecimento do Estado perante a geopolítica econômica internacional onde as transnacionais adquirem mais poder que o Estado e as águas passam a ser um insumo eficiente nessas projeções de demanda, produção, transporte e consumo nos padrões universais.

A princípio, todos estes conflitos partem de uma incongruência de engenharia e gestão e, para superar esta situação, teremos que construir novas perspectivas nos direitos socioambientais. Esta nova perspectiva pode passar pela priorização do processo de escuta das comunidades, principalmente a escuta das águas, das mulheres e dos encantados, que historicamente foram silenciados, e a partir das suas memórias reconstruir a relação jurídica, atualizada com os antepassados e a expectativa de cada povo, com estratégias de mobilização que apontem outras probabilidades na relação entre a humanidade e a natureza, numa visão holística e epistêmica, a partir das suas práticas e seus modos de concepção do mundo.

A isto podemos chamar de jusdiversidade, mas para as comunidades é, simplesmente, um senso de justiça que possa reparar essa lógica sistêmica e predatória embutida em um conjunto de elementos diversos em um pequeno pedaço do domínio institucional formal maior (Sassen, 2016) onde os camponeses em sua diversidade não têm espaço.

De acordo com as comunidades pesquisadas, simultâneo às estratégias de participação social e de gestão territorial vigentes, não há enfrentamentos, há quem diga que não haverá enfrentamentos. Nessa perspectiva, esse nativo não é contra nada, sendo minoria sabe que a fuga é a única estratégia de sobrevivência possível, como relata a líder

[57]A Constituição Federal de 1988, inciso 19 do artigo 21, consagra o ponto de vista mais abrangente para todos os usos das águas brasileiras e a obrigação da União de instituir um sistema de governança de recursos hídricos.

Indígena da comunidade pesquisada: “precisamos identificar nossa hora de perdedor e ganhador e reagir em ambas situações” (Com. Indígena Tapuya, 29 jan. 2023).

Este sistema de pensamento da ruralidade chapadeira não é facilmente redutível às lógicas dominantes da Europa. A Sucuiuba, nesse caso, soma-se a relação social com a oralidade, que constrói um território universal, um tesouro rico de lógicas e sensibilidades que são resgatadas pela poesia, música e danças. Essa rede de relações comunitárias perpassa pela assimilação e serve de apoio para sobrevivência, inclusive contra a Lei das Águas, que pode ser considerada uma proposta estruturada, capaz de lidar com o cotidiano visível. Mas incoerentes com outras expressões que deem conta daquilo que é da ordem do invisível. Fato não exclusivo da Lei das Águas, há outras crises internas na política do Estado, amparadas no progresso desenvolvimentista, com seus valores universalmente válidos para toda a humanidade que padece desse mal.

Estruturalmente, essas crises manifestam na falta de soberania nacional e na dificuldade da participação social, já que o modelo hegemônico de democracia se pauta na impossibilidade da participação e tende a uma racionalidade instrumental, que gera um sentido de esgotamento da democracia na representação eleitoral e nos direitos de viés universalizantes (Gomes, 2016), muitas vezes interpretadas como tensões e contradições próprias dessa modernidade impositiva que provocaram a emergência de movimentos sociais diferenciados (Moreira, 2018).

De lá para cá muita coisa veio mudando, os processos democráticos avançaram, a participação social tomou um fôlego de esperança, a partir dos Territórios de Identidade (TI). Entre estas mudanças a política territorial que, apesar do nome (Território de Identidade), adota as mesmas rígidas fronteiras legitimadoras de tomadas de decisões, criadas pelo Estado e atestada pela racionalidade científica (Porto Gonçalves, 2002, p. 218) contra quem ainda teima em serpentear pelo chão, com suas marcas próprias de proteção, criação e recriação de novas fronteiras a partir das suas cosmovisões e ancestralidades - os “espíritos da ecologia” (Soares Pinto, 2021, p. 04).

Além dessa força mística, o que contrasta o Território de Identidade da Chapada Diamantina dos outros territórios da Bahia, são seus relevos com grande potencial hídrico, onde as principais bacias hidrográficas se encontram. Características que criam outras territorialidades dentro do próprio território, que as delimitações oficiais não conseguem

eliminar com a política territorial do governo do Estado[58]. De fato, as dinâmicas dessas comunidades tradicionais e povos anulados da terra, destoa da propriedade privada, dos comitês de bacias hidrográficas, dos conselhos gestores das unidades de conservação e do que é vendido no turismo convencional, intensificando os conflitos de interesses e produzindo normas políticas/jurídicas contradizentes.

CAPÍTULO III

1 O ESCURO SAGRADO DA SERPENTE: O MERGULHO PROFUNDO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA CHAPADA DIAMANTINA

De tão letárgica, a serpente parece sem capacidade de reação. Esta foi minha primeira sensação ao deparar com a atitude das cinco comunidades diante de tantos conflitos socioambientais. Mais do que propor a participação social nas políticas ambientais e de gestão públicas das águas, minha intenção é adentrar-se nesse mergulho nas profundezas onde mora a Sucuiuba.

A princípio essa mirada exige-me desviar desse olhar global e construir outros pontos de vista fora da abordagem sistêmica da crise ambiental. Escapando justamente deste aspecto que o Estado nos permite vislumbrar. Para começar, partimos de uma realidade que retrata bem a situação do país, a maior parte das terras ainda estão indefinidas[59]. Distante desta situação não havia outra perspectiva a não ser mergulhar profundo no escuro sagrado da Sucuiuba, imaginar a justiça fora do eixo formal. Para isso, era necessário penetrar nesse ambiente das comunidades e imaginar outros cenários, além do perceptível nos conflitos ambientais. Logo, foi pensado um observatório com o neologismo entre as palavras social e ambiental que fosse capaz de entrar nas casas dos ancestrais [OCA] e mirar o futuro a partir dessa reprodução da vida nas diversas cosmologias.

---

[58] Trata-se de um esforço para conjugar as informações de cada TI para atender à demanda dos municípios e subsidiar o planejamento estadual.

[59]Para o estado estas terras são consideradas devolutas e a **Bahia** tem mais de 22 milhões de hectares, sendo, portanto, as terras legalmente não adquiridas. Entende-se por **terras devolutas** aquelas que jamais tenham sido propriedade de alguém ou tenham tido uso público reconhecido, propriedade e uso pelo Estado (Marés, 2003, p. 70). https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/575100-no-brasil-310-milhoes-de-hectares-de-terras-devolutas-para-o-agronegocio.

O observatório almejava, nesse diagnóstico, motivar a unidade na luta, envolver o povo nas questões ambientais, por isso o termo socioambiental e por fim, despertar a autonomia comunitária num panorama da jusdiversidade. Dessa forma, o Observatório tem o objetivo de aproximar e articular as comunidades a partir do diálogo e da escuta, fortalecer as identidades territoriais e os movimentos socioambientais e elaborar uma comunicação acessível com vínculo entre as instituições e as comunidades.

Nessa escuta, pode-se destacar uma série de valores e princípios concedidos à água, típicas do mundo tradicional, que é extraordinariamente diverso e apresenta formas e conteúdos de vida que se contradizem e antagonizam com o mundo hegemônico (Souza Filho, 2017). A exemplo do olhar simplista do art. 1º da lei das águas (9433) que se baseia nos seguintes fundamentos: I - a água é um bem de domínio público; e, II - recurso natural [...] dotado de valor econômico.

Diante desse aparato jurídico/político a Sucuiuba se apresenta como um movimento que questiona as vias legais adotadas pelo Estado e propõe a discussão, dentro da ecologia política, pela justiça, já que estes conflitos partem de uma incongruência de engenharia e gestão, na qual o consentimento passa por construir novas perspectivas nos direitos socioambientais, já que o Estado-nação perdeu soberania territorial no controle da água. A responsabilidade dos governos eleitos pelos usuários locais foi transferida para instituições financeiras multilaterais não democráticas (Boelens, 2021), dessa forma:

> O desafio, diante dessas injustiças hídricas, requer ferramentas conceituais para identificar o poder, as políticas de uso contextualizadas, e as desigualdades na gestão e administração da água. Muito além de sua expressão em leis, regras explícitas e hierarquias formais, seus estudos ressaltam o modo em que o poder e a política também trabalham significativamente através de normas e regras invisíveis, que se apresentam a si mesmas como si fossem 'natural' ou tecnicamente 'ordenadas'. Estas regras são parte de procedimentos e práticas de intervenção para o desenvolvimento hídrico, e estão integrados nos códigos culturais de comportamento dos especialistas (Boelens, 2021).

Para isso, o primeiro passo seria compreender o conceito de pobre e como esse termo é usado estrategicamente para manter essa multidão heterogênea, essencial para o funcionamento do capitalismo. Como afirma Eliane Brum (2021), mesmo a esquerda mais radical não questiona o conceito de pobreza. Ao contrário, a pobreza é vista como uma condição que precisaria ser superada apenas do ponto de vista material; enquanto conceito, enquanto éthos, quase nunca é questionada. Para a autora o debate da riqueza e da pobreza em variadas esferas, da religião e da cultura, da economia e da política, a

discussão ideológica se dá quase que exclusivamente em torno de como superar a pobreza.

> Não surpreende que muitas das supostas bruxas fossem mulheres pobres, que sobreviviam pedindo esmola de porta em porta ou viviam dos impostos para pobres, como foi chamado o primeiro sistema de bem-estar social introduzido na Inglaterra. Até mesmo os crimes imputados a elas demonstram que faziam parte de uma população camponesa que não tinha mais acesso à terra nem a direitos consuetudinários, e seria de esperar que se ressentissem das posses da vizinhança, a começar pelos animais, que podiam pastar em terras que já tinham sido comuns. É significativo que pelo menos um terço das acusações registradas por C. L´Estrange Ewen relativas ao Home Circuit [UMA DAS VARAS CÍVEIS DA INGLATERRA] entre 1563 e 1603 envolvesse o encantamento de porcos, vacas, garanhões, cavalos castrados e éguas, muitos deles até a morte. [...] a pobreza das bruxas era registrada nas acusações, já que era dito que o diabo ia até elas em épocas de necessidade[...]. Eram as mulheres que resistiam à própria pauperização e exclusão social[...]. Aos fatores econômicos no segundo plano da acusação de bruxaria devemos acrescentar a política institucional cada vez mais misógina que confinava as mulheres a uma posição social de subordinação em relação aos homens e que punia com severidade, como subversão da ordem social, qualquer afirmação[...]. Às vezes era curandeira e praticante de várias formas de magia que a tornavam popular na comunidade, mas isso cada vez mais a assinalava como perigo à estrutura de poder local e nacional em sua guerra contra todas as formas de poder popular. Não tem relevância aqui se seus remédios apresentavam qualquer eficácia, possivelmente baseada no conhecimento empírico das propriedades de ervas e plantas, ou se eram placebos produzidos por feitiços e encantamentos (Federici, 2019).

Para Federici (2019), isso acontece pelo fato de que o povo tentou influenciar o curso dos acontecimentos por meio de feitiçaria e outras práticas duvidosas. Isso era ameaça suficiente em uma época em que os cercamentos incitavam revoltas e transformavam agricultores e agricultoras em errantes e pedintes que, de forma plausível, ansiavam por virar o mundo de cabeça para baixo e que as mulheres participaram de muitos protestos, arrancando as cercas que, então, circundavam as propriedades comuns.

Na figura da bruxa, as autoridades puniam, ao mesmo tempo, a investida contra a propriedade privada, a insubordinação social, a propagação de crenças mágicas, que pressupunham a presença de poderes que não podiam controlar, e o desvio da norma sexual que, naquele momento, colocava o comportamento sexual e a procriação sob o domínio do Estado.

De natureza igual, hoje as mulheres camponesas são as primeiras a serem punidas e subjugadas. Sem políticas de abastecimento hídrico adequadas essas comunidades sentem diretamente o peso das disputas pela água, quando o rio seca. Na mesma tendência, a produção com irrigações legalizadas passa a ter mais importância que as pessoas. Embora

sabendo que, na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais foi sugerido abastecimento de carros pipas nas residências atingidas pelo colapso hídrico do rio Utinga para não afetar a produção de bananas pelos políticos da região de Wagner; Lajedinho, Andaraí e Lençóis, em reunião pública sobre a questão.

Estas pessoas, a quem são negadas o direito ao rio, não serão apenas despojadas de recursos, mas sobretudo da rede de relações comunitárias, que servem de apoio à sobrevivência do indivíduo. A pobreza é a ruptura com a comunidade. Mas os consultores e especialistas em gestão de recursos hídricos e de engenharia não têm em conta o impacto dramático da destruição dos laços comunitários e das relações sociais de entreajuda, que são construídas nessas comunidades e com a natureza, quando se implantam suas políticas de ofertas hídricas.

No caso específico do rio Utinga, que afeta diretamente o assentamento São Sebastião e a comunidade quilombola de Iúna, essa tendência para o agronegócio tem provocado uma tensão entre os usuários, com inclinação favorável a uma padronização nos modos de produção e na hegemonia empresarial sobre o campesinato. Relacionar estes fatos ao uso das águas como ‘bem de domínio público’ vai de encontro aos tratados internacionais que garante a cada povo sua dinâmica interna de relações de poderes e hierarquias para as tomadas de decisões, impedindo a livre determinação e o direito humano sem o qual o povo não realiza nem exerce os demais direitos, já que, em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, interferindo nos modos de vida dos povos e seus territórios.

> O território é muito mais que um espaço demarcado pelo Estado, é onde nos colocamos como corpo e espírito, de que adianta nos colocar num território onde nossas almas serão eternamente presas, sem saídas (Com. Indígena Tapuya, 21 mar, 2023).

Daí a necessidade de repensar processos participativos e de representatividade que reforce nas leis nacionais, em função da justiça hídrica e das respostas ao aquecimento global, as particularidades representativas de cada sociedade e avance nos processos democráticos, de forma que garanta os caminhos e o futuro da existência desses povos. Assim, os Comitê de Bacias Hidrográficas devem reconhecer e respeitar a livre determinação que conduz à noção de jusdiversidade na prática.

Porém, o órgão ambiental, ao longo dos anos, vem fazendo justamente o contrário para marcar a presença do Estado. Como o relatado por um camponês sobre o rio Utinga no passado e comparado a atualidade, já prevendo algumas dificuldades em relação ao fluxo do rio, a distribuição das águas e o desequilíbrio ambiental, após implantação das barragens propostas.

> Nós fizemos, nos anos anteriores, várias barramentos próximo aos vales e essas pequenas barragens mantinham um volume bom de água e a comunidade controlava a umidade desse espaço, conseguia plantar em períodos de seca e manter um microclima que dava para sustentar a diversidade de produção e o equilíbrio ambiental, quando o INEMA chegou obrigou a gente a destruí-los. Hoje, nestes vales, há só terra seca porque o rio não consegue sustentar no período de baixa e as outorgas captam o pouco da água que ainda tem, porque a outorga é fixa durante o ano todo. Não há controle de vazão, mesmo com o rio quase seco, o sistema de captação contínua, que é legal (Assentado em São Sebastião de Utinga - Wagner, 28 jan. 2023).

Estas questões analisadas nas três bacias hidrográficas despertam na base, críticas frequentes ao INEMA que age de forma violenta e legalista, dando vistas grossas às injustiças socioambientais. A exemplo da citação da Fazenda Bonita, atual Bioenergia Orgânicos, no capítulo I. As críticas que partem das comunidades tradicionais relatam a influência da racionalidade científica na legitimidade das ações políticas e jurídicas justificando uma perspectiva mais abrangente, ancorada na eficiência e no consenso global, enquanto avançam especulações territoriais e apropriação privada das águas, provocando uma ingerência do próprio Estado.

Para Soares Pinto os 'espíritos da ecologia' (2021, p. 4) seria influência de sobrenatureza para gestão dos territórios, um princípio de superação da crise ambiental planetária na governança das águas. Do contrário, as influências neoliberais estão restringindo o domínio públicos das aguas em especulações socioeconômicas lideradas por pessoas brancas com discursos de preservação ambiental atrelada à eficiência tecnológica e científica.

Esse parece ser o caminho lógico do boi, mas este arquétipo perpassa pela acomodação das classes. Herberto Sales interpreta essa situação num diálogo entre João [camponês] e Ricardo [Guia da expedição com a finalidade de verificar *in loco* a riqueza das matas na Chapada Diamantina e seu potencial para a exploração] em "Além do Marimbus":

> O sucuiuiú estava com a cabeça de um bezerro entalada na boca. Não tinha podido engolir, e já devia fazer uns dois ou três dias, porque a cabeça estava começando a apodrecer: era dela que vinha o fedor de carniça. Nisso, os urubus

> me viram e voaram todos de uma vez. Eu sabia que não corria risco nenhum. Naquele estado o sucuiuiú não podia atacar ninguém. O resto foi fácil. Baixei o cacete na cabeça dele com vontade. Ele quis mas estava pesado demais. Morreu depois de empinar a quarta ou quinta cacetada, sem sair do lugar. E a carne? perguntou Ricardo.Meu maior interesse era no couro! Manuel João continuou: Em Andaraí sempre pagaram bom preço. Eu tinha até encomenda de um, mas tive de entregar o dinheiro ao coronel, mode rebaixar o prejuízo do bezerro. A carne ninguém teve coragem de comer (Sales, 1965).

Em uma evidente noção de colonialidade, o Estado constrói e implanta no imaginário nacional o destino do campo como se fosse diretamente igual ao futuro do país. Tenta colocar o boi e a serpente no mesmo patamar, sendo que o boi, nesse caso, adota as práticas de uso das águas com a finalidade de renda e altos lucros, mas essa vocação é consolidada pela violência ou pela pilhagem da vida. Esta tendência de dominação articulada entre Estado, mercado e a burguesia (geopolítica internacional) consolida como uma política sobre o que existe e quem/o que pode conhecê-lo, que na prática sintetiza na concentração das terras e das águas.

> Temos um costume de nunca negar água, não entendia que na canalização ia secar o rio. Na nossa visão achávamos que eles fosse igual a nós, usávamos o rego e cada um conhecia a importância de se usar água por igual e de relacionar com o rio. Nós nunca conhecemos essa lei [9433], a lei nossa foi sempre a lei da nossa natureza, o coletivo do buscar e o coletivo de usufruir disso, a lei não faz nenhum sentido para nós, ao mesmo tempo que chega outras pessoas, aí precisa de uma lei pra inibir, ou pra permitir. Aí a gente já vê a necessidade, mas entre o nosso povo, entre nós tapuyas mesmo, a gestão da água nunca foi um problema, o problema foi, sempre os de fora, que usaram de maneiras desordenada e precisou assim, da intervenção de outro poder. A gente aprendeu que esse órgão do governo veio pra poder gerir, porque nós já não dava mais conta (Com. Indígena Tapuya, 29 jan, 2023).

Foi nessa perspectiva da escuta e superação através da ecologia política[60] que priorizei expor as dimensões da luta a partir de um ciclo da vida: corpo, território e espírito através da relação tridimensional entre os encantados, as mulheres e água como geradora da vida. Para reconstruir suas bases políticas sobre a justiça hídrica, a fim de remontar uma relação jurídica, com estratégias de mobilização que apontem novas perspectivas

[60] O debate em torno da água nos conflitos socioambientais, a causa do extrativismo, é um denominador comum que reconhece a água como elemento que atravessa e articula a relação humana com a natureza. Os fluxos configurados hidrológica e socialmente em torno de água são articulados, pelos discursos e políticas dominantes e materializados mediante um organograma de desenhos tecnológicos, estruturas legais, normas de conduta, instituições políticas e econômicas. De maneira geral, estes fluxos promovem uma distribuição desigual dos recursos, dos direitos e do poder de decisão. O desenvolvimento deste ordenamento hidrológico e social tem negado e marginalizado os sistemas de gestão e direitos de água localmente existentes. Os casos expressam também, claramente, como os territórios hidrossociais têm funções, valores e significados divergentes ou até incompreensíveis para as partes envolvidas (Arroyo e Boelens, 2013; Castro, 2009; Latta; Gómez, 2014; McCully, 2001; Perreault, 2014; Rodríguez de Francisco *et al.*, 2013; Swyngedouw, 2004; Zwarteveen; Boelens, 2014).
.

entre a humanidade e a natureza, numa visão holística e epistêmica, a partir das suas práticas e seus modos de concepção do mundo, já que historicamente as mulheres sempre foram silenciadas na gestão pública das águas. A isto podemos chamar de jusdiversidade, ou simplesmente senso de justiça, que possa reparar essa lógica sistêmica e predatória embutida em um conjunto de elementos diversos em um pequeno pedaço do domínio institucional formal maior (Sassen, 2016) onde os camponeses em sua diversidade não têm espaço.

2 MEMÓRIA DAS GUARDIÃS DAS ÁGUAS

São vários os adjetivos que determinam as mulheres como guardiãs das águas, entre elas a nitidez em compreender a justiça e capacidade de gerar a vida. Essas características as aproximam ainda mais da natureza. Talvez por isso, estas mesmas mulheres conseguiram sobreviver a todos os estágios da violência Estatal, seja ele oficial e/ou extraoficial, e construíram uma pedagogia ecológica decolonial, a partir do silêncio. Por isso, elas não aparecem na história, estavam construindo a vida em todas suas dimensões. Enquanto para a modernidade, imersa às questões étnico-socioambientais, dominadas e assimiladas à condição de natureza, já que a sociedade moderna se estabelece ao sancionar a dominação da natureza, e, como tal, legitima a dominação dos seres humanos semi-otimizados como naturais.

> As mulheres tiveram maior probabilidade de ser vitimizadas porque foram as mais destituídas de poder; por essas mudanças, em especial as mais velhas, que, muitas vezes, se rebelavam contra a pauperização e a exclusão social e que constituíam a maioria das acusadas. Em outras palavras, as mulheres foram acusadas de bruxaria porque a reestruturação da Europa rural no início do capitalismo destruiu seus meios de sobrevivência e a base de seu poder social, deixando-as sem nenhum recurso além da dependência da caridade de quem estava em melhores condições. Isso em uma época de desintegração dos laços comunais[...] (Federici, 2019, p. 65).

A dimensão de gênero, nessa análise, implica assumir que a posição social da mulher é desigual, e que sua experiência de privação e exclusão pode ser mais aguda que dos homens, em virtude da discriminação e violência que vive cotidianamente (Chérrez *et al.*, 2011 *apud* Buhl, 2008). No caso do extrativismo esta realidade é mais complexa ainda. A mulher pode inteirar-se quando um empreendimento se instala e/ou inicia seus trabalhos, mas é a última a ter informação, já que as conversas e demais espaços de negociação entre empresas, técnicos e campesinos costumam ser entre homens. Sem

dúvida, as mulheres cada vez mais participam no processo de resistência das empresas extrativas (López, 2013).

Pode-se considerar que a condição da mulher, na autonomia da administração de seu tempo de trabalho para conseguir água para casa e lavar roupas, enfim, para a reprodução da vida, consideração as distâncias e o processo histórico, incorreu em um processo de exclusão nos espaços de decisão. Estas injustiças passam também pelo tempo de vida que consomem estas mulheres por falta de políticas públicas, de engenharias adequadas e outras formas de gestão dessas águas.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) advertiu que mulheres e meninas do mundo todo gastam 200 milhões de horas por dia coletando água (2016). Considerando esta situação, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) propõe, na participação dos Comitês de Bacias, outras noções territoriais e de uso comum dos recursos naturais, de forma que a propriedade privada não seja o princípio para apropriação dos recursos legitimadores das licenças de uso.

A política de gestão das águas deve considerar a relação tempo e espaço, com a leveza e equilíbrio característico dessa mulher, capaz de sustentar a lata d'água na cabeça e administrar seu tempo de vida, cuja especificidade se aproxima da natureza com sua dinâmica ecológica. Dessa forma, conhecidas suas especificidades, deve ser respeitada a fim de que o modo de produção e reprodução da vida seja compatível com sua capacidade de suporte e de regeneração (Layrargues, 1998). Para isso, teremos que respeitar estas perspectivas metodológicas ecofeministas e relações de poder ignoradas.

> Tem essa ideia da seca, da falta d'água e por isso precisava trazer água de fora como do carro pipa, transposição, irrigação, né? Fura poço e depois analisando a gente viu que não, que é quantidade de chuva que se tem ah se essa chuva é captada, armazenada e gerenciada é possível você em qualquer ambiente semiárido você ter água suficiente para todas as necessidades. Mas, a partir do convívio com as comunidades tradicionais que trouxe uma outra dimensão pra trabalho, né! E de fato a vida no campo se dá no território. A bacia que abastece aquele rio, aquele riacho não é de uma propriedade, mas é de um território. Então, em torno desse território se cria toda uma cultura de uso, né! Dos bens naturais que estão ali e esse uso de bens naturais requer um acordo social. Um modo de convivência ali que permita o uso coletivo. Então, estamos tentando aprender muito com isso e é uma possibilidade de superação para toda essa crise humanitária que temos, seja ela ambiental, social ou política. O modo de vida das comunidades tradicionais nos leva muito próximo ao que hoje a gente trabalha com o conceito do bem viver, né? Onde a as pessoas e o ambiente interagem, né? Onde as relações entre as pessoas não são meramente

> comerciais, mas tem outras relações que fazem com que essa família, esse grupo, essa comunidade esteja naquele território ali há quatrocentos anos e não degradou o ambiente; e quando se coloca um modelo mais capitalista ou ocidental em vinte anos aquela comunidade, é destruída, né. Então, hoje nós estamos muito mais aprendendo como é que essas comunidades conseguiram viver trezentos, quatrocentos anos sem degradar o ambiente e como animar para que isso não se perca (Moacir - IRPAA, 08 fev, 2023).

As comunidades rurais são as mais afetadas com esta injustiça derivada da inadequada gestão hídrica, ao serem despojadas da água e de seus direitos, conforme a legislação do país. Sob um marco de leis que permitem o arrendamento, a venda de terras e concessões de água, às comunidades rurais, além de permanecer na vulnerabilidade econômica, são afetadas pela escassez do recurso hídrico assim como pela contaminação da água potável com substâncias tóxicas em quantidades acima do permitido para a saúde.

A partir dessa memória ancestral, que aqui chamamos de Sucuiuba, tão presentes nessas comunidades pesquisadas, pode-se destacar quatro princípios básicos, sem os quais a gestão pública das águas pode estar comprometida em boa parte do Estado da Bahia. Isso por que no Território de Identidade da Chapada Diamantina nasce vida (as águas), a partir de quatro impressões principais:

Primeiro, o território como mãe. Comumente entre os povos originários e tradicionais a terra é tratada como mãe, mas considerando a realidade dessas comunidades da Chapada Diamantina e seus processos migratórios, o que seria a água? Durante as conversas era quase unanimidade entre as mulheres de que a água seria a mãe, levando em conta a acolhida e os cuidados nos períodos de crises. É para lá que essas comunidades se deslocam nos períodos de seca e de luta. O rio controla a arte do cuidado e age como um templo da natureza onde habita os mistérios que distanciam da lógica de propriedade. Essa arte do cuidado pressupõe o fundamento da compaixão. E daí nascem os ritos para honrar a mãe através de um cuidado celebrativo. Rito de agradecimento pelos mistérios da natureza e gratidão como primeiro compromisso a essa mãe em todas suas dimensões (naturais e sagradas).

Segundo, o cuidado com a ancestralidade. Todos somos parentes. Todos são nossos ancestrais. Sendo assim, toda a natureza que compõe o território são parentes e ancestrais. Numa outra lógica de tempo e espaço. Os ritos aos ancestrais não são apenas aos ancestrais humanos, vai além da consanguinidade. São parentescos alargados a tudo aquilo que nos antecederam. Na verdade, são entidades da natureza que se formam na

fúria da sobrevivência, a que chamamos de equilíbrio. Um pensar político de rupturas aos sistemas utópicos, mas de honra aos ecossistemas, (além da propriedade privada e no controle dos meios de produção a fim de construir autonomias). A ancestralidade é divina, a natureza funciona como o templo, no seu silêncio (Ailton Krenak, 2022). Aqui mora a alma dos seres da natureza e a do sagrado mistério. No entanto, a dimensão da natureza aqui aproxima do espiritual através das plantas medicinais (Kopenawa; Albert, 2017).

Terceiro, o acolhimento, princípio da hospitalidade nas relações. Mesmo dentro da fazenda há formas de acolher, acolher como parente, noção de pluriversidade, sem oposição. Aquilo que interpretamos como silêncio pode ser uma forma de acolher. O que desperta como olhar mendicante para o Estado poder estar na disposição moral ou num elemento de base espiritual. Este deve ser um critério jurídico para acesso à justiça hídrica.

Por fim, a cooperação. É na ajuda mútua, a que denominamos de mutirão, que se constrói as casas, os barramentos, os canais de irrigação, tira o sustento e edifica o templo da natureza. A troca é um desses princípios do mutirão. As comunidades guardam as sementes para serem partilhadas no início do período chuvoso. A comunidade indígena, por exemplo, no início das trovoadas promove a Primavera Tapuya, que marca o início do seu calendário agrícola e são abençoadas e partilhadas todas sementes que serão cultivadas na safra seguinte.

Estes princípios podem ser a base para ressignificação do ambientalismo. Também, os movimentos sociais clássicos podem-se somar ao movimento socioambiental para superação das crises sistêmicas atuais e dos limites da democracia, a qual o Estado está submetido diante das forças das transnacionais.

3 A ÁGUA COMO MEDIADORA DA VIDA E DA JUSTIÇA

“A água é vida”. Esta frase é unanimidade entre as comunidades pesquisadas. Sendo vida, para muitos adquirem uma relação de parentesco, como mães que amamentaram. Para outras funcionam como um espaço sagrado carregado de muitas outras presenças. Diante dessa constatação, como se defendem os rios? Ailton Krenak, em o "Futuro Ancestral", faz uma saudação aos rios e afirma que estamos junto com ele em um fantástico passeio de canoa em águas ancestrais que nos sustentam:

> Esse nosso rio-avô, cujas águas correm a menos de um quilômetro do quintal da minha casa, canta. Nas noites silenciosas ouvimos sua voz e falamos com nosso rio-música. Gostamos de agradecê-lo, porque ele nos dá comida e essa água maravilhosa, amplia nossas visões de mundo e confere sentido à nossa existência. À noite, suas águas correm velozes e rumorosas, o sussurro delas desce pelas pedras e forma corredeiras que fazem música e, nessa hora, a pedra e a água nos implicam de maneira tão maravilhosa que nos permitem conjugar o nós: nós-rio, nós-montanhas, nós-terra. Nos sentimos tão profundamente imersos nesses seres que nos permitimos sair de nossos corpos, dessa mesmice da antropomorfia, e experimentar outras formas de existir (Krenak, 2022).

Considerando a localização geográfica, o contexto histórico dessas comunidades e a quantidade de rios situados nessa parte alta do estado da Bahia, o primeiro passo passa pela compreensão de como estes povos fazem para defender o corpo desse rio dos aparatos de infraestrutura como monoculturas, mineração, barragens e energias.

Diante desse olhar, estas comunidades vivem da precariedade hídrica e na clandestinidade, mesmo assim mantendo o compromisso de cuidar das águas que tanto dependem da sociedade em geral. De fato, dada a importância desses rios para o Estado, cabe a estas comunidades que se estabeleceram nas margens a seguir buscando a gestão comunitária[61], pelas suas capacidades de compreensão, conforme publicação da Conservação Internacional, sobre a bacia do rio Paraguaçu.

> A maior parte das populações urbanas não sabe sequer de onde vem a água que chega às suas casas e prédios. No máximo, conseguem identificar o reservatório que a armazena antes de ela ser tratada e distribuída. A origem e o percurso da água até chegar ali, assim como a correlação entre água, vegetação e ecossistemas naturais, no entanto, só é de conhecimento daquelas comunidades rurais com sensibilidade ambiental mais aguçada (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2016).

Vítimas da especulação agrária, hídrica, imobiliária e energética, estas comunidades lutam para manter os princípios culturais, ecológicos, sociais, religiosos para além do princípio econômico definido em lei. O desafio aqui é criar esses mecanismos de retribuição por serviços ecossistêmicos atendendo essa crescente demanda hídrica, a produção de alimentos, neste contexto de mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, superar essa imensa desigualdade social. Já que os serviços ecossistêmicos

[61]A gestão comunitária da água se caracteriza por ações definidas por valores e princípios como a autonomia, a defesa do território, a solidariedade, a cooperação, o trabalho em rede e a constituição de um ethos comunitário (Garibay, 2008) que organiza práticas da vida coletiva e está intimamente relacionado com a capacidade das pessoas de gerar relações recíprocas de cooperação, ajuda mútua e espaços em que se discute e delibera os problemas, conflitos, tensões e necessidades da comunidade entre seus próprios membros, assim como os possíveis caminhos para solução das referidas problemáticas.

que o Estado propõe como benefícios para as pessoas são serviços de regulação hidrológica da bacia hidrográfica, aumento do fluxo de água durante a época de estiagem e a diminuição da carga de sedimentos nos rios, na sua concepção científica que assegura o domínio público das águas (SIHS, 2021).

> A água é pra a vida como um todo, não tem como colocar valor monetário. A ligação com a espiritualidade, com a permanência do povo, não é monetário. São outros valores que se tem. Já no Comitê de Bacia é um ambiente muito técnico e político, mas é importante estar, para se defender, né? Porque se a gente não participa então não sobra nada mesmo. A partir da participação nesses comitês a gente tem conseguido discutir as outras águas, não é só água do rio, não só revitalização da calha, né? Temos tentado pautar que o rio em si se dá distante dele, com a possibilidade de fazer algum trabalho de revitalização nos afluentes e na caatinga como um todo. A participação social tem conseguido abrir mais a discussão pra além do leito do rio e da água como insumo. Então a gente considera importante essa participação, mas precisa ser uma participação muito qualificada, né! Que senão você é engolido pelas proposições mais comerciais. Então, tem uma preocupação de trabalhar as representações ou as comunidades que participam para uma participação mais qualificada, com entendimento comum, pra o rio além da calha, pra a necessidade da infiltração da água no solo, pra que o rio se mantenha vivo, senão, de um lado você tem uma retirada extrema de água e uma a reposição reduzida. O fato é que o rio com essa condição vai morrer. Então, a participação nesses comitês é muito pra denunciar essas situações e tentar influenciar nos rumos das políticas que esses comitês desenvolvem (Moacir - IRPAA, 08 fev, 2023).

O Centro Bartolomeu de las Casas assinala que "[...] A gestão da água não é um tema de balanço entre a oferta e demanda ou de tecnologia no armazenamento e distribuição do recurso ou o controle do mesmo, é muito mais: é cultura, poder, participação e decisão [...]" (Estrada Zúñiga *et al.*, 2016). Em qualquer esforço de conservação é importante reconhecer todas as complexidades das interações entre os humanos com seu entorno natural, sem limitar-se somente à racionalidade econômica. Para ganhar o respaldo e a legitimidade social dos projetos, é essencial levar em conta os contextos históricos existentes, as instituições locais, suas relações e percepções e a distribuição dos direitos sobre os recursos naturais (Rodríguez de Francisco, 2013).

A Sucuiuba representa as lutas pelos comuns e alternativas ao capitalismo. Como resiliência a um signo distintivo desta época que é, sem dúvida, a violência e a expulsão. Claramente estamos vivendo e enfrentando novas formas de acumulação que se articulam e se organizam sobre uma série de lógicas estruturais que ao longo da história do capital se vêm reproduzindo. Nos últimos tempos, temos visto que, frente às crises recorrentes do capital, se está manifestando uma capacidade cada vez mais agressiva e mais violenta para subsumir, mercantilizar, privatizar e cercar certos âmbitos de vida que não haviam

sido regulados ou ordenados pela lógica do valor. Trata-se de uma ofensiva de superexploração e colonização da vida, que na mão da tecnologia, avança com maior intensidade e velocidade, superando antigas fronteiras produtivas para gerar novos mercados e consumidores. Os bens comuns naturais são um dos âmbitos mais importantes dessa disputa.

Uma chave para entender a complexidade dessas lógicas e formas de acumulação e expulsão contemporâneas, é pensar como estas comunidades se organizam não só no âmbito da produção, mas na reprodução social e, em geral, de vida. O marxismo predominantemente foca na produção de valor, priorizando a fábrica como o espaço onde se organiza a produção e o trabalho assalariado. Isto aparece como o âmbito mais importante e exclusivo da luta no interior de uma relação capitalista de exploração. Frente a isto que vem acontecendo temos que avançar, reconhecendo que a dinâmica da exploração de classe não se limita aos lugares de produção de mercadorias, mas que, convém localizar as práticas predatórias que, para produzir valor, põe em risco ou atacam a qualidade de vida cotidiana e dos cuidados nos âmbitos de reprodução da vida social.

Por fim, a justiça ambiental, onde as águas fluem para a paz. A partir dessas comunidades consolida-se o amor pelo território em uma prática de justiça e, desde a solidariedade, o reconhecimento e a urgência de pensar, atuar e sonhar no coletivo. A fim de ressignificar os conceitos, a partir de suas práticas mudar o paradigma do desenvolvimento pelos planos integrais de vida, como apostas de futuro.

Dessa firma, a autogestão comunitária das águas soa como um princípio fundamental na consolidação da autonomia territorial, a qual passa necessariamente pela valorização das próprias economias para que sejam sustentáveis econômica, social e ambientalmente. Além das propostas de arraigamento das identidades culturais, a partir da organização campesina e de projetos de ordenamento territorial comunitário. Para isso, a política deve considerar sua aptidão hídrica e interferir diretamente na política de gestão das Bacias que compõem o território.

Ainda dentro da temática água considerar que a bacia hidrográfica do rio Paraguaçu tem maior concentração de terras desde o período sesmarial, por isso, a luta como política pública é bem anterior às outras. Passando primeiramente pela luta pela

terra, depois os conflitos hídricos, desde 1980 com a implantação do Agropolo[62] no alto Paraguaçu, estas disputas vêm se intensificando à medida que a presença do Estado fica mais forte.

Um bom exemplo parte da gestão do rio Utinga que atinge diretamente duas comunidades pesquisadas. Segundo o INEMA (2022), já existe no referido rio uma demanda hídrica equivalente ao dobro da vazão da nascente e que, a Associação dos Irrigantes[63] ainda pretende expandir o dobro das áreas irrigáveis, considerando a extensão atual. O próprio INEMA reconhece seu descontrole ao afirmar que até o início dos anos 90, o rio Utinga estava sempre cheio, sob a ponte da BR 242, por exemplo, era possível tomar banho em uma água límpida, pescar e observar os cágados d'água (tartarugas de água doce) no fundo do rio.

Durante os períodos de conflitos a Comissão Pastoral da Terra - CPT em seu dossiê apontou que milhares de pessoas ficaram sem água para o abastecimento humano, centenas para o consumo dos animais e para as plantações dos pequenos agricultores, o que causou um prejuízo para os camponeses, estimado em mais de (03) milhões de reais, em 2017 (relatório interno).

> Com as constantes perdas das lavouras, os pequenos agricultores estão com dívidas. Estes agricultores fazem compras antecipadas para preparar as roças, com o compromisso de pagar depois da colheita, mas como não colheram nada, estão indevidos e migrando para outras regiões. Enquanto os grandes empreendedores estão expandindo suas áreas com toda infraestrutura de poços e outros investimentos de agricultura mecanizada (A Tarde, 2021).

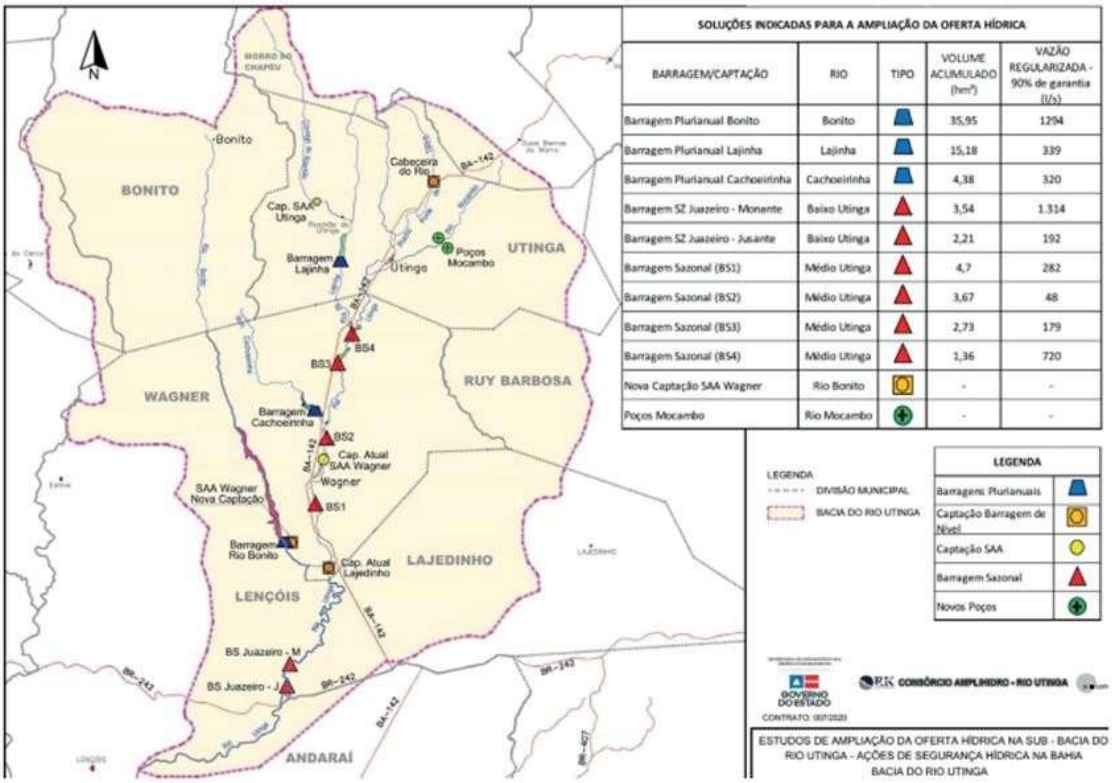
Desde 2017, a CPT vem denunciando que além dos prejuízos financeiros, somam a mortandade de peixes e o desaparecimento de algumas aves silvestres, inclusive dentro do Pantanal Marimbus (APA Marimbus/Iraquara) e, através da Campanha de Conservação da Bacia do rio Paraguaçu, a CPT alertava que esta ruptura metabólica influenciou no acúmulo da matéria orgânica e resíduos do esgoto sanitário das cidades, alterando a oxigenação dos lagos nos períodos de cheia, matando peixes, jacarés e a cobra aquática Sucuiuba, típica dessa APA.

---

[62] Rede envolvendo produtores rurais, instituições públicas e privadas, para desenvolver ações integradas e sistemáticas que incrementem a produção, a qualidade e a competitividade das cadeias produtivas de uma determinada região.

[63] A Associação dos Agricultores Irrigantes da Margem do Rio Utinga está registrada como uma empresa que tem como principal atividade a defesa de direitos sociais ligados também à cultura e à arte.

Figura 5 - Mapa geral de ampliação da oferta hídrica do sub-sistema hidrográfico do rio Utinga.



Fonte: Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do estado da Bahia-SIHS (2022).

Em 2021 a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia[64] concluiu o estudo de ampliação da oferta hídrica na sub-bacia hidrográfica do rio Utinga definindo as diretrizes que servirão de base para o processo de tomada de decisão na seleção de obras estruturantes a serem propostas pelo Plano de Segurança Hídrica do Estado para aquele território (figura 5), e apresentou também estudos básicos, pelas estimativas da disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, pela seleção das obras que visem o aumento da disponibilidade hídrica regional e pela definição dos arranjos dos aproveitamentos selecionados.

Em resumo, nos estudos foram localizados os pontos potenciais para barramentos, a ampliação da demanda e da oferta hídrica nos próximos anos, mas por outro lado, as

[64] Os trabalhos foram orientados e desenvolvidos em vinte e três produtos distintos, a ver no site: http://www.sihs.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26

duas comunidades pesquisadas (Assentamento São Sebastião e a Comunidade Quilombola de Iúna) pouco sabem sobre o futuro após a construção das barragens, temem as mudanças metabólicas da natureza e especulação territorial e, consequentemente a ampliação da monocultura de banana e da desigualdade social. Embora as duas tenham dado um passo importante na conquista da terra, lamentam a falta de diálogo na distribuição justa das águas, a partir de suas particularidades culturais e suas dinâmicas sociais, na qual a água age como a fluidez de um 'encantado', assim como deve ser a fluidez da voz para a democracia.

A situação da bacia do rio de Contas não é tão diferente, no entanto conta com um estudo do balanço hídrico mais avançado, consegue se posicionar diante da crescente expansão da fronteira agrícola, mineral e eólica. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia a partir de uma auditoria coordenada conclui que a atividade extrativista da mineração, como a que ocorre em Bocaina, projeta um quadro de passivo ambiental ancorado na degradação do solo, contaminação de corpos hídricos e outros efeitos adversos na segurança, vida e saúde humanos e a degradação dos habitats naturais afetados por esse resíduo. Isto posto, a relevância de um gerenciamento abrangente.

A Auditoria entende que não há instrumento que possa ser entendido como balizador de um planejamento estratégico de médio ou de longo prazo para prevenção e/ou tratamento de passivos ambientais decorrentes da atividade minerária. Considerando a necessidade de uma ação integrada, a SEMA informou que "não há, até o momento, nada direcionado à gestão integral de Passivos Ambientais de Mineração - PAM", a Companhia baiana de pesquisa Mineral (CBPM), por sua vez, apesar de ter formalizado a Resolução nº 009/2019), a informou à Auditoria, não ser responsável por nenhuma iniciativa em órgãos estaduais relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Afirma também que os PAMs têm legislação específica tanto na CBPM quanto nos órgãos ambientais (INEMA e Prefeituras Municipais). Dessa forma, a CBPM, também é convidada pela SEMA e pelo INEMA a participar desse sistema numa ação de cumprimento da legislação e/ou com treinamento profissional.

Em resumo, não há mecanismos de articulação e coordenação entre a SEMA e demais Secretarias e órgãos do estado (SDE, SESAB, INEMA, CBPM e outros conforme necessidade) para implementação dos ODS 12 e 15, voltados à gestão preventiva e corretiva de PAM. Não se verifica também, no âmbito do INEMA, normativo que

formalize sistemática de monitoramento e avaliação da qualidade do meio ambiente (ar, solo, água e biodiversidade) afeto às atividades com potencial degradador, em especial a minerária, de forma a assegurar uma gestão tempestiva das situações de passivo ambiental e a adoção das devidas medidas corretivas e sancionatórias. Em resposta, INEMA declarou que não existe inventário de PAM, tampouco metodologia para tal fim, informando que "mediante os procedimentos de licenciamentos ambientais de empreendimentos minero-industriais em fase de encerramento das atividades, o órgão ambiental obtém o inventário dos passivos ambientais gerados".

Dada à esta situação o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio de Contas questiona a modalidade de licenciamento (rito simplificado), que dispensa estudos que poderiam sinalizar os impactos ambientais do empreendimento sobre os recursos hídricos. Segundo Portaria 18.686/2019, a Brazil Iron estava extraindo minérios por meio de Autorização Ambiental, além do mais a comunidade atingida (Bocaina) não passou por nenhum processo de consulta prévia, mesmo com certificação quilombola.

De acordo com a Lei Estadual 11.612/2009 o Comitê de Bacia Hidrográfica é a base da gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos no Brasil, com poder consultivo e deliberativo. Com a competência de arbitrar em primeira instância administrativa, em caso de conflitos relacionados com o uso da água. A Universidade Federal da Bahia – UFBA, por meio do Instituto de Geociências da Bahia – IGEO e o Laboratório LEPETRO – Centro de Excelência em Geoquímica do Petróleo (2020), confirma que água, naquela localidade, tem uma quantidade de Chumbo, Manganês e Zinco em concentrações superiores ao padrão de referência, além de outros metais Arsênio, Bário e Cromo com concentrações superiores aos valores de prevenção da Resolução CONAMA 420 e lista da CETESB, podendo estar associadas à atividade da mina.

Desta forma, o relatório aponta para a necessidade de monitoramento e acompanhamento da situação para melhor entender a origem e presença desses metais nas águas superficiais dos locais. Os metais, alumínio e ferro foram os que apresentaram maiores concentrações nas amostras analisadas, no entanto estes não têm padrões de referência nas listas utilizadas (LEPETRO, 2020).

Como se não bastasse, sem esse olhar integral, a Brazil Iron mineração LTDA estende essa sua ação em cerca de 56 km de áreas contíguas de pesquisa, abrangendo os municípios de Piatã, Abaíra e Jussiape, sendo 24 alvarás de Pesquisa para minério de ferro e manganês, totalizando 41.378,55 hectares, além de duas áreas em fase de solicitação de Concessão de lavra para minério manganês, com um total de 1.222,43 hectares.

Esta mineradora vem provocando uma série de violações que vão desde a execução das atividades fora dos limites permitidos pela lei, passando pelo descarte de rejeitos resultante de suas atividades em áreas proibidas, como áreas florestadas em beiras de estrada, de rios e até a supressão e o soterramento de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP) de corpo hídrico (Mucugê, 2022).

A comunidade se depara com suas fontes de águas, fundamentais para a dinâmica interna, comprometidas em três dimensões socioeconômicas: segurança hídrica e soberania alimentar; saúde e bem-estar e, por fim, garantias territoriais e perspectivas de futuro quanto ao destino da comunidade. Mesmo assim, de acordo com o INEMA, durante a análise dos referidos processos, não foram localizadas comunidades tradicionais de Quilombolas nas proximidades das áreas em que a empresa atua. Afirmou-se que a informação não constava nos documentos apresentados nos processos pela requerente, nem nos sistemas da GEOBAHIA e do IBGE.

Em seguida, o INEMA apresentou Nota Técnica, com o histórico e observações acerca das Licenças Ambientais concedidas anteriormente à Brazil Iron Mineração Ltda. Mas, apesar disso, as atividades da mineradora Brazil Iron só foram interditadas pelo INEMA pela supressão e soterramento de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente – APP do Riacho do Lameiro dias depois, conhecido como Córrego do Riachão, bem como pelo avanço da mineração além dos limites permitidos pela autorização de pesquisa adquiridos junto ao Instituto.

Na ocasião, um relatório apresentado pelo geógrafo Rogério Mucugê (2022) relata que outro afluente do Rio de Contas também estava sendo impactado pela Empresa há mais de três (03) anos e que nunca teve a atenção do INEMA, mesmo diante de várias denúncias e relato dos moradores em vários eventos públicos, é o rio do Bebedouro. Este capta água de diversas nascentes efêmeras, com infiltração até o lençol freático, aflorando

mais abaixo, quando a drenagem passa a ser perene. De suas oito (08) nascentes, cinco (05) tiveram interferência devido à construção de estradas não pavimentadas próximo e/ou sobre estas nascentes.

Mucugê (2022) põe em dúvida a engenharia utilizada no barramento e a segurança das comunidades a jusante da bacia hidrográfica do rio de Contas. Além dos impactos superficiais vários poços foram liberados (SEIA- BAHIA) para molhar as estradas, interferindo na demanda da comunidade para agricultura e prática de suas dinâmicas tradicionais. Confirmando, o que Mucugê (2022) chama de 'omissão dos órgãos ambientais e de defesa dos direitos de comunidades quilombolas e tradicionais' diante dos crimes cometidos contra o seu meio natural, do qual a comunidade quilombola da Bocaina depende para sua subsistência e manutenção de sua cultura e ancestralidade. Muito além de omisso o Estado deve ser culpabilizado pelo crime de Racismo Ambiental[65] e tentativa de extermínio de um modo de vida [quilombola].

Do outro lado das serras, nos gerais de Piatã, o agronegócio vem se apropriando de uma grande extensão de terras e água abundante. Há muito tempo esta área é utilizada pelos pequenos agricultores, povos e comunidades tradicionais da região como área de uso comum, com vegetação característica do cerrado. No entanto, estes espaços têm sido também uma das principais áreas de cercamento da Chapada Diamantina durante os últimos anos. Essa expansão tem ameaçado a segurança hídrica das populações próximas com apoio decisivo do Estado que, segundo Arrazola (2022), vem facilitando a infraestrutura necessária para ancorar o crescimento do setor, construindo entornos normativos e arranjos institucionais favoráveis à sua implantação.

A tentativa de implementar um projeto de mais de 7.000 hectares de monocultura de batata impactaria diretamente o ecossistema de extrema importância para recarga hídrica dessa bacia hidrográfica, incluindo uma barragem para represar o rio de Contas e o rio Gritador. O desmatamento autorizado pelo INEMA mobilizou as comunidades locais e os movimentos socioambientais, sensibilizando o Ministério Público Ambiental de Lençóis a solicitar uma liminar para a suspensão total, sendo enfim acatado pelo órgão

[65] De acordo com a pensadora negra brasileira Tania Pacheco, o Racismo Ambiental é constituído por injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto "racial", não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (Pacheco: 2007).

licenciador. Este caso sugere que o agronegócio provoca uma ingerência no governo baiano e intensifica as tensões internas da política do próprio Estado (Arrazola, 2022).

Além da especulação agrária, o Estado comunga da ideia de modificação da natureza, segundo as determinações do mercado, dentro da perspectiva de acumulação do capital. Este é o ponto crucial na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

> O manejo possibilita um uso ainda menor de defensivos, com isso temos todo um sistema de controle que envolve nosso sistema de produção que faz com que o uso de defensivos e dos recursos hídricos sejam feitos de forma ecologicamente equilibrada. Versão do Advogado da Hayashi no parecer do INEMA (2020).

O próprio parecer do INEMA avalia que a monocultura de batata que a Hayashi quer introduzir em Piatã "já é amplamente difundida e bem-sucedida na região de Mucugê e Ibicoara, que compõe AGROPOLO, dispondo o requerente de cadeia produtiva já estabelecida naquela região" (INEMA, p.6, 2020), frase com evidente carga valorativa que, como apresenta Arrazola (2022), o INEMA ocupa uma posição além de sua suposta neutralidade e responsabilidade exclusiva para com a lei. Enquanto escrevia a dissertação, outras áreas dos Gerais eram desmatadas, com licenças de supressão emitidas pelo INEMA para plantação de uvas.

Outra questão que está em jogo nesse processo de modernização é o direcionamento das terras devolutas para fins empresariais privados. Dessa forma, o processo de grilagem é corriqueiro em todos esses empreendimentos, como apresentado nos relatos anteriores, de regularização das terras para fins particulares e apropriação privadas das águas evidenciando um conflito que perdura a centenas de anos e que atualiza em função dos grandes projetos, num processo de branqueamento da população.

No próprio portal do Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos - SEIA, constam, entre 2016 e 2022, 49 pedidos de dispensa e outorga no município de Piatã, para diversas atividades, com destaque para irrigação, mineração e agronegócio, totalizando 40.580,23 m³ de água por dia. Sendo que apenas uma empresa do agronegócio consta em uma única outorga aproximadamente 67% do volume cadastrado, equivalente a 27.148,82 m³/dia.

Já do outro lado da Chapada Diamantina, situa o Riacho das Palmeiras, desconhecido por grande parte da sociedade, afluente do São Francisco que denomina a

própria comunidade. A responsabilidade de gestão dessa Bacia cabe à Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), por se tratar de uma dimensão nacional. Parte da comunidade sobrepõem a Unidade de Conservação da Serra do Araújo e ambas seguem especuladas pela energia eólica que pretende implantar torres de teste no território, a empresa já fez alguns contratos com pequenos proprietários que sobrevive na região. A comunidade já foi expeculada sobre a demarcação do território, as lideranças dizem que acha a demarcação importante, mas não é o tempo, por que os povos estão desarticulados e que a preocupação do Estado para esse momento é mais para fechar o povo num pequeno pedaço de terra para liberar o restante para especulação do que garantir a autonomia dos povos no território.

Para gestão integrada desses territórios se faz urgente o diálogo e o intercâmbio teórico-metodológico e interdisciplinar com enfoques de pesquisas na etnogênese. Já que, apesar dos profundos e devastadores impactos provocados pelo processo colonial, tais sociedades (como as Tapuyas) possuem ferramentas simbólicas e materiais que lhes permitem elaborar estratégias políticas e econômicas de interação. Assim, diante do tensionado e instável contexto neocolonial, com base em suas experiências prévias de como agir em momentos de crise e lidar com o imponderável, as populações nativas são capazes de desenvolver meios para resistir e/ou se adaptar ao ordenamento social emergente, exercendo considerável influência sobre o espaço/tempo.

Em uma Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Seabra, pessoas da comunidade, influenciadas pela sedução dos contratos, na presença de duas empresas Eólicas, sugerem a anulação da Unidade de Conservação da Serra do Araújo ou a redução da categoria ou área de abrangência, por falta de envolvimento social, mesmo contendo atas que comprovam visitas e reuniões nas comunidades do entorno da Reserva Ecológica. Na fala uma das empresas, assume o interesse em instalar torres na área e outra afirma que está ali apenas para adquirir a Licença Social para Operar[66].

Mesmo considerando uma área de grandes extensões, segundo o Atlas Eólico, com a presença de Unidades de Conservação e território Indígena, estes licenciamentos

[66] Discursos de marketing e relações públicas das empresas, as quais a põe como um novo serviço a prestar, bem como da mídia dos negócios, que ressalta seu caráter inovador no relacionamento das empresas com a sociedade. Tal expressão, considera-se que ela não faz parte dos mecanismos formalmente reconhecidos para regular a atividade na legislação contemporânea.

seguem de forma individualizada, neutralizando as sensibilidades e afastando-se das noções de complementaridade passadas pelos povos indígenas. Questões que extrapolam as noções ambientais. Evidenciando que, nem as empresas nem os órgãos de licenciamentos têm condições para lidar com essas questões socioambientais, já que esses territórios estão correlacionados e estes projetos provocam impactos integrados, que implicam a gestão das águas, a gestão ambiental, territorial e a autonomia comunitária.

Sendo assim, as autarquias públicas devem agir de forma complementar, dialogando com as leis vigentes e os saberes tradicionais na superação desse modelo econômico hegemônico desejável, em ônus sobre a diversidade. Não podendo ser regulados sob a base de contratos, já que este pacto induz a distribuição da renda e dos recursos de forma desigual, criando-se uma ilusão de justiça, onde o interessado apropria-se da propriedade, da maior parte do lucro, sobrepondo os interesses particulares acerca dos bens naturais e dos espaços sagrados.

4 OS MISTÉRIOS DOS ESPÍRITOS DA ECOLOGIA

Os encantados são criaturas capazes de recorrer a magias naturais para moverem ações diversas. Eles entram em contato com pessoas que possuem a sensitividade necessária para detectarem sua existência, e podem ajudar ou interferir em uma grande variedade de questões em nosso plano físico, como é o caso desses rios analisados que se apresentam como um mistério, que Encanta, na concepção dos nativos.

O significado de Encantado é o de ganhar uma atribuição mágica, – sendo essa associada a algo da natureza – enfim, são entidades que possuem uma força proveniente da natureza e que podem utilizá-la para diversos fins. Uma forma de posicionar o corpo no mesmo lugar onde habita o bem e o mal, quebrando o discurso único do mundo em que Milton Santos (2000) alerta para o absolutismo que conforma os comportamentos e a técnica do pensamento único à consciência universal. Antes era recorrente discutir-se a respeito da oposição entre o que era real e o que não era, hoje a ideologia se torna real e presente como realidade (Santos, 2000, p. 51), onde no plano visível todos comemoram no fim!

> [...] Ao ressuscitá-lo. O boi voltou à vida, e toda comunidade o celebrou com uma grande festa. O casal de vaqueiros recebeu o perdão do dono do boi (Odinéia Andrade, professora, estudiosa de folclore e torcedora do Boi Caprichoso; em entrevista concedida à Cavalcante (2006), em 21/06/1999).

Embora pareça uma conciliação, independentemente de qualquer preceito, o que vigora nesse modo de vida tradicional é o respeito. O que essa especulação da água faz é justamente usar dessas próprias pessoas das comunidades para quebrar os vínculos. Aos sensíveis o rio correndo, o respeito à presença desses espíritos donos, que garantem e mantêm o lugar propriamente seu, em meio a uma magnífica batalha pela vida, em seu conjunto interconectado de lugares. Aos desbravadores da economia, rios canalizados e cercas sobre a ética do conhecimento. Negando essa teia de relações cooexistenciais que conectam os mais diversos seres em uma dupla dimensão, natural e sobrenatural, onde cada pessoa é deliberadamente concebida para conversar com o mundo, mas silenciada diante das políticas Estatais.

> As comunidades, sendo elas quilombolas, fundo de pasto, ou outras têm essa vivência do uso coletivo da maior parte da terra, que agora se chama território. Essa área vai pra além da roça privada cercada que ele tem. Então, isso trouxe uma outra dimensão para a luta. De fato a vida no campo se dá no território, a bacia que abastece aquele rio, aquele riacho não é de uma propriedade. Então, em torno desse território se cria toda uma cultura de uso, dos bens naturais que estão ali e esse uso de bens naturais requer um acordo social, um modo de convivência que permita o uso coletivo. Então, com toda essa crise humanitária que temos, seja ela ambiental, social ou política, o modo de vida das comunidades tradicionais nos leva muito próximo ao que hoje chamamos de conceito do bem viver, onde as pessoas e o ambiente interagem, onde as relações entre as pessoas não é meramente comercial. Hoje, nós estamos muito mais aprendendo como é que essas comunidades conseguiram viver trezentos, quatrocentos anos sem degradar o ambiente e como animar pra que isso não se perca (Moacir - IRPAA, 08 fev, 2023).

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual entende por “tradicional” aquele conhecimento que: apresenta um vínculo com uma comunidade tradicional, responsável por sua preservação e transmissão de geração a geração; foi criado e preservado em um contexto tradicional; integra a identidade cultural de uma comunidade, investida no papel de guardiã dos conhecimentos para as futuras gerações, por meio da observância de normas sociais, disciplinadoras de seu uso e transmissão. Muitas dessas tradições estão se perdendo, a exemplo do relato das Tapuyas:

> Minha mãe já oferecia a comida nas água corrente e à mãe d'água, justamente nas enchentes que era pra ela permanecer. Respeitando os horários e o espaço deles. No caso, a partir de um certo momento o banho era deles, né! A fonte era deles, então a gente respeitava o horário e aquele tempo exato, não podia cuspir na água, essas coisas assim. Não jogar as coisas. Lixo essas coisas assim, manter o espaço limpo e preservado. Hoje, de qualquer maneira, a gente respeita os horário, como pegar água depois que o sol se põe. [Desse modo] eu percebi que existe dois ciclos. O ciclo diário e o ciclo anual. De enchente. Independente do espaço, é seguido [por nós] (Com. Indígena Tapuya, 29 jan, 2023).

O relato segue esse tempo verbal por referir a uma disputa política que impõe regras à sociedade atual que rebate na perda de sensibilidade. Mesmo assim o predicado "tradicional" pode sugerir que os saberes integrantes desta categoria possam ser incluídos como conhecimentos técnicos, desde tempos imemoriais. [...] O termo "tradicional" confere conteúdo cultural, interligando-os à identidade cultural, gerado e utilizado como parte das tradições de um determinado grupo humano. Por conseguinte, novos movimentos, ciência, tecnologia e sociedade (CTs) são desenvolvidos ininterruptamente pela atividade intelectual dos membros de comunidades locais. Os CTs contemporâneos apresentam laços com o passado, com o patrimônio cultural acumulado pelo grupo e com o futuro, porquanto sua sobrevivência depende da conservação de seu patrimônio intelectual (Matheus, 2019).

Nesse contexto, a Sucuiuba e o Boi fazem parte do mesmo contexto espiritual, no qual o ser humano deixa de ser o centro do universo e passa a contemplar parte desses mistérios da natureza. Enquanto o boi se constrói na oposição e controle da natureza, a serpente exige um equilíbrio que mais parece um campo de batalha pela vida.

> Os "aliados políticos" dos espíritos Donos nessa guerra de resistência contra a destruição são os povos indígenas e seu modo correto de criar parentes que escutam e são aconselhados pelos mais velhos como coexistir com essas potências. A floresta é em si um magnificente campo de batalha pela vida (Soares Pinto, 2021).

O desafio de pensar o antropoceno não só como um sistema de governo, para superar o regime de exceção, com um único protagonista/sujeito, mas como um mergulho decolonial que possa conectar a evocação e implicação de uma variedade de modos de existência com a configuração anamórfica do planeta, quando visto de dentro, nas profundezas das águas. Que supere a distopia entre as ciências globais e as ciências locais no fortalecimento dos Estados plurinacionais, priorizando saberes em contraposição a verdades absolutas. Tendência de avanços no campo democrático, na superação das crises de representatividade e nas injustiças socioambientais. Já que as interações metabólicas estabelecem as águas como princípios vitais na consolidação dos territórios.

Perante o exposto, podemos concluir que há muitas dimensões antagônicas entre o Estado e as diversas cosmovisões envolvidas na pesquisa, entre elas a engenharia, a governança das águas e a ecologia, que apontam para outras perspectivas, que fortaleçam as identidades e outras dinâmicas territoriais.

3 CONCLUSÃO

A perspectiva geral do trabalho consistiu em aprofundar o debate a respeito da justiça hídrica no território de identidade da Chapada Diamantina a partir da observação das variações de estresse hídrico, caracterizados em conflitos socioambientais em cinco comunidades tradicionais nos últimos anos.

Assim, este estudo teve o intuito de compreender a gestão pública das águas, ancorada na racionalidade científica, que legitima ações políticas e jurídicas e justifica uma perspectiva abrangente, validada na eficiência e no consenso global. Para isso, o autor se colocou em um patamar alinhado a um autêntico militante, nas investigações que envolvem a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social, resultado vivo e em constante aperfeiçoamento de uma experiência acumulada de pesquisa e extensão envolvendo a realidade rural e camponesa dos processos de expropriação e violências, aliadas a uma compreensão contextualizada de re-existências.

O trabalho traz uma série de reflexões sobre engenharia e gestão comunitária das águas, a partir das populações tradicionais e originárias no Território de Identidade da Chapada Diamantina, com foco nos aspectos centrais das territorialidades e suas relações de circunvizinhança, a partir da observação participante, na condição de pesquisador militante, tendo como base a investigação social interdisciplinar e chaves teórico-políticas do pensamento crítico latinoamericano e clássicos do materialismo histórico-dialético. Em linhas gerais, esta metodologia soma-se ao método de equivocação controlada ao materialismo histórico-dialético com um movimento intelectual na perspectiva de Sociologia Viva e Contra Antropológica.

Para se atingir tal compreensão a pesquisa apresentou outras visões socioambientais, mais sensível com a história e com as dinâmicas hidrossociais que misteriosamente, como uma serpente, relacionou a justiça hídrica à ancestralidade, dando novos sentidos aos caminhos das águas, trazendo um panorama mais abrangente às águas, e outras perspectivas de participação mais democráticas e justas, onde toda forma de conhecimento é, necessariamente, política, já que define os modos e a distribuição dos recursos ecológicos.

Definiu-se três objetivos específicos. Primeiro, os aspectos essenciais do território, origem das comunidades pesquisadas e o processo histórico de ocupação, com outras noções geográficas hídrico-territoriais da Chapada Diamantina. Verificou-se que

o contexto histórico que interfere na situação agrária e na governança dos territórios cria-se características próprias e diversas, na qual são designadas de Sucuiuba, justamente por criar diversas influências, muito além do gado. A Sucuiuba é caracterizada na pesquisa pelas dinâmicas particulares nessa relação tempo e espaço que define as migrações, as povoações e as interações com a natureza e os rios. No entanto, a Sucuiuba é uma análise profunda que parece sutil nas questões políticas, mas que compreende a totalidade da natureza nas contradições sociais, desde a colonização até a consolidação da Identidade Nacionalidade [Brasileira].

Em um segundo momento, as lutas sociais e o Estado, permitiu uma análise sobre as lutas socioambientais e o surgimento dos novos movimentos sociais, a partir das novas territorialidades. Embora estes movimentos com identidades próprias e diversificadas parecem novos, desafiam o Estado Nacional e seu imaginário desde a criação da república, que desde o início insiste em sobreviver. A partir dessa resistência aplica-se o conceito de confluência e várias estratégias de equivocidade, que alimentam vastas compreensões da Contra Antropologia.

Dessa mesma concepção surge a configuração das territorialidades e suas relações de circunvizinhanças que caracterizam as comunidades pesquisadas. Essa dinâmica hidrossocial configura os processos migratórios da Chapada Diamantina com sistemas de territorialização, retiradas e reterritorialização a partir da espiritualidade, arquétipo da luta entre a Sucuiuba e o boi, que extrapola a luta de classes.

A Sucuiuba tem outras formas de interferir na política e na sociedade, quando desafiadas pelo desejo de alimentar, até intervém na luta de classes, mata o boi, mas após a influência espiritual o boi ressuscita e tudo retoma a normalidade, e no fim, todos ficam felizes, sambam e cantam.

Essa sensação harmônica entre serpente e Boi se intensifica na presença do Estado, já que o Estado chegou na região de forma tardia e com forte apelo à modernidade, que seduz e desintegra. Uma desintegração evidenciada através dos conflitos socioambientais entre engenharia e gestão pública *versus* a relação com o sagrado vivenciado pelas comunidades.

Diante dos conflitos, surge as ressignificações dos territórios, a partir das identidades e da relação espiritual com os espíritos da natureza, caracterizada pelo não enfrentamento direto ou pela submissão à fuga, essa aparente entrega é parte de uma

potente estratégia de guerra, capaz de recriar outras condições de sobrevivência, a partir do caos.

Essas estratégias sutis de guerra desafiam de mãos livres, aos sons de tambores, maracaxás e maracás, o boi legitimador das ações da burguesia com todas suas cores, que seduzem. Uma sedução, que se atualiza nas leis modernas, nas tecnologias e nos modelos de participação social, que se apresenta com o discurso da eficiência, mas que é utilizada como estratégia de controle dos territórios, nas injustiças praticadas e numa legislação legitimadora do progresso da burguesia. Por outro lado, diante dessa crise sistêmica, a capacidade dos camponeses em se adaptar nos movimentos da natureza e da sociedade propondo saídas e avanços democráticos a partir de uma nova sociologia, a que chamamos de bem viver. Esse bem viver dá ressignificação à participação e aos espaços políticos de interação socioambiental e por novas sociabilidade ancestrais.

Esses avanços democráticos sugerem a superação desse antagonismo entre o Estado Territorial e as diversas governanças, além de uma maior correlação entre as ciências globais e os saberes locais, que exige das comunidades extrapolar a condição de mistura como forma de sobrevivência e criar poder de autodeterminação, constituindo o DNA do saber, típico da Sucuiuba. Esse DNA do saber transfigura os rostos dos que lutam em novos sujeitos coletivos, capazes de criar novos mitos que legitimam no pluralismo jurídico, o rio como entidade viva e a água como base para os meios de produção, além de forçar novas relações diplomáticas, entre o território nacional e os territórios do povo.

Por fim, o mergulho profundo, onde habita o escuro sagrado da serpente, trazendo, a partir dos contextos históricos e da perspectiva da justiça hídrica, as novas perspectivas jurídicas/políticas na relação entre Estado, comunidade e a natureza, nessa correlação entre água, ecossistemas naturais e territórios a fim de superar a problemática socioambiental do Território de Identidade da Chapada Diamantina frente a outras instâncias neoliberais.

Nesse escuro profundo, habitam as particularidades das comunidades que o Estado não consegue “beber”, lá mora esse saber ancorado em três instâncias na resiliência: as mulheres como guardiãs da memória, o rio como uma entidade viva e os mistérios dos espíritos da ecologia. Nessa interação surgem quatros princípios base das territorialidades: o território como mãe, o cuidado com a ancestralidade, o acolhimento e a cooperação. Diante disso, podemos concluir que a Sucuiuba e o boi nascem do mesmo

contexto espiritual, mas, nas contradições, equilibram em outras formas de agir, convivendo entre o bem e o mal no mesmo espaço físico e criando outros instrumentos democráticos.

Com isso, o trabalho evidencia que a gestão pública das águas destoa dos valores e princípios que guiam as cosmovisões envolvidas nos conflitos socioambientais na Chapada Diamantina, o que se confirma nas realidades das comunidades pesquisadas, por que o Estado limita os valores e princípios fixados na Lei das Águas [9433/1997], como bem público e recurso natural limitado, dotado de valor econômico, mas que deve priorizar o consumo humano e de animais, em especial em situações de escassez. Sendo assim, os valores e princípios das águas são essenciais para a superação dos conflitos socioambientais, que exige dos órgãos públicos um olhar sistêmico e de forma integrada nas suas ações, de forma que considere as vozes da natureza e seus mistérios.

Ademais, os instrumentos de coleta dos dados permitiram destacar que o campesinato tem suas próprias dinâmicas, que contribui para a sobrevivência e na autonomia diante desse Estado tardio, como um território sagrado, como o local onde o boi não entra, definindo os limites entre o Estado e as comunidades. Entre esses limites podemos definir a aplicabilidade da lei e o respeito à ancestralidade, o respeito às fases da natureza, instituindo os limites para o uso contínuo dos recursos naturais e, por fim, estimulando o ambientalismo à luta de classes.

Por fim, em pesquisas futuras, é possível avançar no debate e direcionar os conflitos hídricos a uma questão política, procurando compreender os limites do Estado em aplicar as ações integradas. Além disso, aprofundar a discussão sobre o avanço dos conflitos socioambientais e sua relação com o alerta para agricultura sustentável, já que existe uma convergência à monocultura como tendência global, ameaçando os modos de produção tradicional e a soberania alimentar. Para isso, é preciso compreender a água como base fundamental para a luta de classes, uma luta que interaja a demanda cada vez maior nas cidades e o público que, na solidariedade, acredita que a água não se nega a ninguém. Já que, nos conflitos, esses são os primeiros a sofrer pela escassez, mesmo sendo os usos prioritários na Lei das Águas. Essa unidade na luta pode superar vários limites que forjam nossa colonialidade do imaginário, sendo a água uma entidade viva, deve estar livre como a voz, do contrário pode até não haver luta, mas haverá vingança da Sucuiuba [natureza].

A luta pela justiça hídrica não consiste apenas no embate entre captações legalizadas e clandestinas. A crise hídrica vivenciada por essas comunidades não deve ser tratada apenas como uma questão ambiental. A atuação do governo, desde as outorgas até a racionalidade científica adotadas nos processos de gestão e engenharia, intensifica o monopólio das águas e, consequentemente, a ampliação da monocultura nas proximidades dos mananciais próximos às comunidades pesquisadas.

O desafio que se coloca está em garantir a produção de alimentos, ou melhor, salvar a agricultura diante das crises provocadas pelas mudanças climáticas. Esse modelo produtivo [agricultura tradicional] é patrimônio dos camponeses, mas que pode garantir a soberania do Estado. Do contrário, tudo que a modernidade propõe é um projeto estrutural de controle da natureza, como uma experiência vital - tempo e espaço, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos, anulando todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia, em função do branqueamento das populações.

REFERÊNCIAS

À TARDE. **TCE aponta deficiências na política de recursos hídricos.** Disponível em: https://atarde.com.br/bahia/tce-aponta-deficiencias-na-politica-de-recursos-hidricos-1181376. Acesso em 07 jan. 2022.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Autonomia Literária Editora Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** 2009.

ALLIER, J. M.; WALTER, M. **Metabolismo social y conflito extractivo**. In: CASTRO, F.; HOGENBOOM, B.; BAUD, M. Gobernanza ambiental en América Latina. Clacso, Buenos Aires. 2015.

ALVES DOS SANTOS. Roberto. **Fronteiras do Sertão Baiano**. São Paulo, 2010.

ALVES, Paulo César; RABELO, Míriam Cristina. **O Jarê: religião e terapia no candomblé de caboclo,** 2009.

ANGELIS, Massimo. Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los" cercamientos" capitalistas. **Theomai**, n. 26, 2012.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. APGIQ, 2000.

ARIZIO, Silvia Helena. **Reflexões sobre a justiça ecológica e sua importância acerca dos direitos das águas.** 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2016. Disponível em: https://www.imed.edu.br/Uploads/SILVIA%20HELENA%20ARIZIO.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

ARRAZOLA, Iñigo. O agronegócio como projeto estratégico do Estado da Bahia. **OCA – Observatório dos Conflitos Socioambientais.** Disponível em: https://ocachapadadiamantina.org/o-agronegocio-como-projeto-estrategico-do-estado-da-bahia-i-2/. Acesso em: 20 jan. 2023.

ARRAZOLA, Iñigo. **Águas exploradas, águas que juntam: justificações, conflitos e produção do comum perante a expansão do agronegócio no Alto e Médio Paraguaçu, Bahia.** Tese de doutorado em elaboração, UFBA, 2022.

ARRAZOLA, Iñigo. MUCUGÊ, Rogerio. **Os impactos nos recursos hídricos do Alto rio de Contas pela mineradora Brazil Iron.** Disponível em: https://ocachapadadiamantina.org/impactos-nos-recursos-hidricos-do-alto-rio-de-contas-pela-mineradora-brazil-iron-em-piata-bahia-junho-de-2022/. Acesso em: 20 jan. 2023.

BAHIA. Decreto nº 2216, de 14 de junho de 1993. **Cria a Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara, nos Municípios de Lençóis, Iraquara, Palmeiras e Seabra, e dá outras providências.**
Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/DECRETO-N%C2%BA-2216-DE-14-DE-JUNHO-DE-1993-Marimbus-Iraquara.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

BAHIA. Decreto nº 12.433, de 22 de outubro de 2010. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em:http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/DECRETO%20N%C2%BA%2012.433%20DE%2022%20DE%20OUTUBRO%20DE%202010.pdf Acesso em: 20 abr. 2023.

BAHIA. Decreto nº 20.308, de 12 de março de 2020. **Altera o Regimento da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI**, aprovado pelo Decreto nº 16.296, de 26 de agosto de 2015. Disponível em: http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/decreto20308regimentosepromicespct.pdf Acesso em: 20 abr. 2023.

BAHIA. **Instrução Normativa Conjunta 01/2020.** Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas de parques eólicos do estado da Bahia. Bahia, 2020.

BAHIA. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. **ESTUDOS DE AMPLIAÇÃO DA OFERTA HÍDRICA NA SUB-BACIA DO RIO UTINGA**. AÇÕES PARA SEGURANÇA HÍDRICA NA BAHIA. RAT 04 - RELATÓRIO DE ATIVIDADE TÉCNICA 04 DEFINIÇÃO DA ÁREA E DE ESTUDOS BÁSICOS. 2020. Disponível em: http://www.sihs.ba.gov.br/arquivos/File/RAT_04_Definicao_da_Area_e_de_Estudos_Basicos.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

BAHIA. SECULT, secretaria de cultura. **Divisão territorial da Bahia,** 2007. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314. Acessado em: 22 fev. 2023.

BAHIA. SEIA, **Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos**. Disponível em: http://sistema.seia.ba.gov.br. Acesso: 04 nov. 2023.

BAHIA. SIHS, Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Sub-bacia de Utinga**. Estudo de Ampliação da oferta hídrica da sub-bacia do rio Utinga.** Salvador, 2022. Disponível em: http://www.sihs.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26 Acesso: 06 nov. 2023.

BAHIA. PORTARIA INEMA Nº 19.452 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019. INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – INEMA. **Estabelece critérios para implantação de sistema de medição para monitoramento dos usos e intervenções em recursos hídricos visando à adoção de medidas de controle no estado da Bahia.** Salvador, Bahia. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/Portaria_INEMA_19.452_-_Critrios_para_implantao_de_Medidores.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

BAQUEIRO PARAISO, Maria. Hilda. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste**. Edufba, 2014.

BARROS, Henrique Lins de. **Biodiversidade em questão**. São Paulo: Claro Enigma; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

BOELENS, Rutgerd. Una introducción a la justicia hídrica. **JUSTICIA HÍDRICA:** UNA MIRADA DESDE AMÉRICA LATINA, p. 63, 2021.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade (1982).** São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1986.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA). **Atlas sinceramente: uso da água na agricultura irrigada.** Agência Nacional de Águas e Saneamento. - Brasília, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. **Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972**. MinC/CJ Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/decreto_80978.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 1.912, de 21 de maio de 1996. **Dispõe sobre o alfandegamento de portos organizados e instalações portuárias de uso público e de uso privativo, e dá outras providências.** Brasília, DF: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1912.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.912%2C%20DE%2021%20DE%20MAIO%20DE%201996.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20alfandegamento%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. **Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2519-16-marco-1998-437336-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de outubro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007. **Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Instrução Normativa nº 128, de 30 de agosto de 2022. **Define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e celebração de acordos administrativos ou judiciais.** Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-128-de-30-de-agosto-de-2022-425715264. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9433&ano=1997&ato=a12ATVU90MJpWTbaf. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e a Resolução n. 230/2021 - CNMP**. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.985-2000?OpenDocument. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Lei n° 5.051, de 05 de abril de 2004. **Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Lei n° 6.040/2007, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Alvará de 1700**. Disponível em: http://www.atom.fpc.ba.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-da-bahia/d/4/a/d4a24d294810658149ad5d7925b7fcc3df4e4f5690395f0b899b76348615544b/KIRIRI_RIBEIRA_DO_POMBAL_Parte10.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA nº 420**, de 08 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias. Brasília, DF, 08 dez. 2009. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/areas-contaminadas/wp-content/uploads/sites/17/2017/09/resolucao-conama-420-2009-gerenciamento-de-acs.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 474–489, 18 ago. 2016.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo.** Companhia das Letras, 2021.

CASTRO, Fabio. **Gobernanza ambiental en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; ENGOV, 2015.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Tema e variantes do mito: sobre a morte e a ressurreição do boi. **Mana**, v. 12, p. 69-104, 2006.

CBC, Centro Bartolomé de Las Casas. **Justicia hídrica: uma mirada desde América Latina,** 2021.

CBC, Centro Bartolomé de Las Casas. **Rupturas metabólicas de agua en las complejas relaciones urbano-rurales. Injustica Hidrica, Resistencias y Alternativas en América Latina**, 2017.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. Tradução: Francisco Alves, 1982.

COELHO, Karina Cavalcante. **Um conceito de Justiça através da perspectiva de John Rawls.** Disponível em: https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5509/Um-conceito-de-Justica-atraves-da-perspectiva-de-John-Rawls#:~:text=CARACTER%C3%8DSTICAS%20DA%20TEORIA%20DE%20JUSTI%C3%87A,premissas%20de%20opera%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade Acesso em: 07 fev. 2022.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇÚ. **Nota Técnica 02.** Salvador, Bahia. 2017. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Ata-XXXIX%C2%AA-Plen%C3%A1ria-Ordin%C3%A1ria-CBH-PARAGUA%C3%87U-24-de-novembro-de-2017-Mucug%C3%AA.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. **O sertão e o império: As vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750).** Rio de Janeiro, 2018.

CORTE, Thaís Dalla; PORTANOVA, Rogério Silva. Movimento por justiça ambiental e sustentabilidade: fundamentos para a governança da água. **RCJ – Revista Culturas Jurídicas**, Vol. 2, Núm. 3, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45000/25866 Acesso em: 07 Jan. 2022.

CORTE, Thaís Dalla. **A (re)definição do direito à água no século XXI: perspectiva sob os enfoques da justiça e da Corte, governança ambiental.** Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/133225. Acesso em: 21 mar. 2021.

CORTE, Thaís Dalla; PORTANOVA, Rogério Silva. Movimento por justiça ambiental e sustentabilidade: fundamentos para a governança da água. **RCJ – Revista Culturas Jurídicas**, Vol. 2, Núm. 3, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45000/25866 Acesso em: 07 jan. 2022.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano.** Editora Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. edição crítica e organização de Walnice Nogueira Galvão. 2. ed. São Paulo: Ubu Editora; Edições SESC São Paulo, 2019.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando, uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DE ALCÂNTARA, Denilson Moreira; GERMANI, Guiomar Inez; SAMPAIO, José Levi Furtado. Há uma lei no meio do caminho: luta para permanecer na terra dos Fundos e Fechos de Pasto na Bahia. Terra Livre, n.37, v.2, 2011.

DIAMANT, Anita. **A tenda vermelha**, 2021. Sextante, Rio de Janeiro.

DIEGUES, Antônio Carlos**. O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2003.

DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

DOUROJEANNI, Axel C. **La gestióndelaguaenloslímites de disponibilidaden Latinoamérica**, Santiago de Chile, 2012.

DUSSEL, E. **1942 – El encubrimientodel Outro: haciaelorigendel "mito de laModernidad"**. La Paz: Plural, 1994

ETCHEVARNE, Carlos. **Escrito na Pedra. Cor, forma e movimento nos grafismos rupestres do Estado da Bahia.** Versal, Rio de Janeiro. 2007.

ETCHEVARNE, Carlos; LAGE, Maria Conceição; FARIAS FILHO, Benedito Batista; SANTOS, Francisco Eroni Paz. **CONTEXTOS TEMPORAIS EM SÍTIOS DE PINTURAS RUPESTRES, EM MORRO DO CHAPÉU, BAHIA**. 2020.

FAGUNDES NEVES, Erivaldo; ALVES DE ARAUJO, Delmar. **Bambúrrios e Quimeras.** UEFS, 2002.

FAZENDA, C. A. Ivani. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo, editora Cortez,199 pp.2008.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais.** Tradução Heci Regina Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERACIÓN IBEROAMERICANA DE OMBUDSMAN. DERECHO AL AGUA. **XII Informe sobre Derechos Humanos**, 2015.

FERREIRA, Jackson. O jogo da dependência na Chapada Diamantina: relações de dependência em Morro do Chapéu-BA no século XIX. **Politeia-História e Sociedade**, v. 13, n. 1, 2013.

FERREIRA, Joelson. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil.** Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

FRESSATO, Soleni Biscouto. As serpentes da vida. 2023. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/as-serpentes-da-vida/. Acesso em: 26 jan. 2023.

GAGO, Verónica. **A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo.** Editora Elefante, 2020.

GALLAZZI, Sandro. Israel na História: seu povo, sua fé, seu livro. **São Leopoldo: CEBI**, 2011.

GAVIRIA, Edwin Muñoz. A "licença social para operar" na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 17, n. 2, p. 138-154, 2015.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: GEERTZ. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Cap. 1, p. 13-41.

GERHARD, Dietrich. The frontier in comparative view. **Comparative Studies in Society and History**, The Haghe, v. I, n. 3, Mouton & Co. Publishers, March. 1959.

GERMANI, Guiomar Inez. **Terra Livre desde 1934. Associação dos Geógrafos Brasileiros.** A arte de viver o espaço para todas as gerações, 2011. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_alcantaragermanisampaio_umaleinomeiodocaminho.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. 2008. *GeoTextos*, *2*. https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v2i2.3040

GLASS, Verena (org.). PROTOCOLOS DE CONSULTA PRÉVIA E O DIREITO À LIVRE DETERMINAÇÃO. **CEPEDIS** – São Paulo, 2019. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2019/08/protocolos-de-consulta-web-1.pdf Acesso em: 03 fev. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. Editora Elefante, 2019.

GUERRERO, Edgar Patrício. **La Cultura: estratégias conceituais para compreender a identidade A diversidade, a alteridade e a diferença**. Quito: Abya Yala, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo. 1963.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste.** 1997.

HARVEY, David. **O Novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IANNI, Octavio. A utopia camponesa. **Revista da Universidade de São Paulo**, n. 2, p. 103-118, 1986.

IPDMS, Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais. **Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais**. Brasília: IPDMS, 2015.

ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; SAORI, Sheyla; HERRERO, Yayo. Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. [Internet]. **São Paulo: Sem Org Fem**, 2020.

JÚNIOR, Itamar Vieira. **Torto Arado.** Todavia, 2020. São Paulo.

JUNG, C G. **Complexo, Arquétipo e Símbolo na Psicologia**. Archetypus, Symbol in der Psychologie. 1ª ed. 2016.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **04 Emicida**. Entrevista Ailton Krenak | Podcast, 2021.

LAMAS, Ivana R.; MIRANDA, Rogério Mucugê; SANTA RITA, Luciana. Conservação Internacional. **Semeando Águas no Paraguaçu**. 2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.** São Paulo: Annmablume, 1998.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR, A. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** São Paulo: Signus Editora, 2000.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, E. (Org.). **A Complexidade ambiental.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.** 11. Ed. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, p. 21-53, 2014.

LIMA, Bruno Ignácio. **Por medo da escassez, a água será negociada no mercado futuro em Wall Street. Água se junta a outras commodities como ouro e petróleo.** UOL. 2020.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo.** São Paulo: Nova Cultural, 1984. v. I e II

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. EDUFBA, 5ª edição, 2020.

MAESTU, Joseina. Agua y desarrollo sostenible: Aplicación de los objetivos de desarrollosostenible relacionados conel água. La relevância de latecnología. **Water Monographies III**, 2015.

MARÉS, Carlos Frederico Souza Filho. **A Função Social da Terra.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico Souza Filho. Tatarrey. **Revista PUB: Diálogos Interdisciplinares.** São Paulo: IBAP, 2019. Disponível em: https://www.revista-pub.org/post/tatarrey. Acesso em: 15 jan. 2023.

MARQUE JUNIOR, Milton. **Os caminhos da criação ou o touro e a sucuri**. Disponível em: https://www.carlosromero.com.br/2022/01/os-caminhos-da-criacao-ou-o-touro-e.html?m=1. Acesso em: 26 jan. 2023.

MARTIN, Gabriela. O Provamento Pré-histórico do Vale do São Francisco (Brasil). **CLIO - Série Arqueológica**, Recife, v. 1, n.13, p. 9-41, 1998.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo no Brasil: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Ed. Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e Seu Lugar no Processo Político**. Editora: Vozes,1981.

MARTINS, José de Souza. **(Des) figurações: O imaginário onírico da metrópole.** Hucitec, 1996. São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **Uma Sociologia da Vida Cotidiana**. Editora Contexto, São Paulo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital [Livro I].** Crítica da economia política. O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. v. I Revista Theomai. Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?, v. 26, 2012.

MATHEUS, Ana Carolina Couto. O TRATAMENTO SUSTENTÁVEL DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA: POSSIBILIDADE A PARTIR DE ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM REGIME TRANSNACIONAL DE PROTEÇÃO JURÍDICA. 353 p., 2019. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2019.

MORAIS, Hugo Belarmino; RIBEIRO, Ana Maria Motta. O "novo caminho das águas" da paraíba e os cantos de acauã: expropriação e violência em grandes obras hídricas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 36, p. 69-93, 2020.

MOREIRA, Gislene. **Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades no semiárido**. 2018.

MOURA, Flávia de Barros Prado; MARQUES, José Geraldo Wanderley. Conhecimento de pescadores tradicionais sobre a dinâmica espaço-temporal de recursos naturais na Chapada Diamantina, Bahia. **Biota Neotropica**, v. 7, p. 119-126, 2007.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do Direito.** 2014.

NARBY, Jeremy. **A serpente cósmica: o DNA e a origem do saber.** Rio de Janeiro: Dantes, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **Padê de Exu libertador.** 1981.

NETO, Lira. **Os Arrancados da Terra.** Objectiva, 2021.

NOVINSKY, Anita. **Os judeus que construíram o Brasil.** Planeta, 2015.

NOZOE, Nelson et al. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista EconomiA**, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos" índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, p. 47-77, 1998.

OTTEN, A. H. **Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro**. São Paulo: Edições Loyola. 1990.

PACHECO, Tania. **"Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour".** In: Development in Practice. Aug. 2008, Vol.18(6)

PEREIRA, Ângelo Martins. **O império das Serranias: Um grande relato sobre a Chapada Diamantina meridional da Bahia**. São Paulo, 2008.

PHILIPPI Jr. A. et al. (Org). Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. In: LEFF, Henrique. **Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental.** São Paulo: Signus Editora, Capítulo 2, p. 19 – 51, 2000.

PHILIPPI Jr., A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** Capítulo 16: Uma visão atual e futura da interdisciplinaridade em C & T Ambiental. São Paulo: Signus Editora, 2000.

PITTELKOW, Nanci. (De Olho nos Ruralistas) **Observatório dos Conflitos Ambientais surge da união de geraizeiros, indígenas e pesquisadores na Chapada Diamantina.** Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/2021/11/11/observatorio-dos-conflitos-ambientais-surge-da-uniao-de-geraizeiros-indigenas-e-pesquisadores-na-chapada-diamantina/ Acessado em: 17 mai. 2022.

PORFÍRIO, Iago; OLIVEIRA, Lucas Timóteo de. 2021. "Antônio Bispo dos Santos". **Enciclopédia de Antropologia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. ISSN: 2676-038X.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente.** São Paulo: Contexto, 1989.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Geo-grafías. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidade.** México: Siglo XXI. 2001.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Meio Ambiente, Ciência e Poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade em Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade**. São Paulo: Educ-Fapesp, 2001.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia as geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.** CLACSO, 2002.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia, 8** (16), 41-55, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHAGAS, SB das. Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina–BA. **Documento de trabalho**, inédito, 2018.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. **Hucitec**, 2002.

QUINTERO, José Angel. **Reflexiones para la construcion autônoma de la educacion indígena.** 2018.

RAWLS, John. **Uma Teoria da justiça.** Tradução Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior).

RIBAS, O.; NOVAES, P. C. **Agenda 21 Brasileira: bases para discussão.** Capítulo 3.3: Cidades Sustentáveis do livro: Novaes, W. (coord.) Brasília: MMA/PNUD, 2000.

RIBEIRO, A. M. M. et al. SOCIOLOGIA VIVA: Uma Proposta de construção de uma Rede Latino-americana de Observatórios Fundiários e Núcleos de pesquisa e extensão focados em situações de conflito agroambientais rurais e nas lutas por terra. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 1, p. 71–96, 27 set. 2018.

RIBEIRO, A. M. M. Prefácio Brasil: O Trabalho Coletivo do OBFF: Por uma sociologia "desde abajo". Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, **Dossiê "Por una sociología desde abajo"**, v. 21, n. 2, p. 9–31, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 1995.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. 2013.

SALES, Herberto. **Além Dos Marimbus**. 1961.

SAMPAIO JUNIOR. Ezequias Pereira**. Eu, índio: Um estudo sobre os povos nativos do sertão da Bahia e Chapada Diamantina**. 2021.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. Salvador: Progresso, 2002.

SANTILLI, Juliana. Política Nacional de Recursos Hídricos: princípios fundamentais. São Paulo: **Imprensa Oficial**, v.1 (647-662), 2003.

SANTILLI, Juliana. LIVRO SOCIOAMBIENTALISMO E NOVOS DIREITOS: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. [Sl]: Editora Peirópolis**. Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil**, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS modos e significados**. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** Editora Paz e Terra, 2020.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira.* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Revista Educação e Pesquisa,** São Paulo, 2005.

SAUVÉ, Lucie. **Correntes em educação ambiental: mapeando um campo pedagógico complexo e em evolução**. 2005.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SUB-BACIA DE UTINGA. Estudo de ampliação da oferta hídrica da sub-bacia do rio Utinga. **Secretaria da Infraestrutura Hídrica e Saneamento do estado da Bahia -- Salvador: SIHS**, 2022. Disponível em: http://www.sihs.ba.gov.br/arquivos/File/Revista_sihs_Estudo_Utinga_.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNA, Ronaldo. **A Seda Esgarçada; Configuração Sócio-cultural Dos Ciganos De Utinga.** UEFS, 2005.

SHANIN, T. (ed.). **Marx Tardio e a Via Russa: Marx e as Periferias do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SHIVA, Vandana. **Guerras por água: privatização, poluição e lucro.** Tradução de Georges Kormikiaris. São Paulo: Radical Livros, 2006.

SOARES-PINTO, Nicole. Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno. **IHU**, 2021.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito.** Curitiba: Juruá. 1989.

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. **Chapada, Lavras e Diamantes: percurso histórico de uma região sertaneja.** Solisluna Editora, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria–ou um planetário de erros.** Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRUJILLO, M. L. N. **Luchas por lo común: antagonismo social contra el despojo capitalista de los bienes naturales en México**. 1. ed. Puebla: México, D.F: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades "Alfonso Vélez Pliego" ; Bajo Tierra Ediciones, 2015.

TRUJILLO, M. L. N. **Claves para pensar el despojo y lo comun desde el marxismo crítico**. 2018.

UNICEF. United Nations International Children's Emergency Fund. Nações Unidas: O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) advertiu que mulheres e meninas do mundo todo gastam 200 milhões de horas por dia coletando água, Brasília, DF, 2016.

Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/74167-unicef-mulheres-e-meninas-do-mundo-gastam-200-milh%C3%B5es-de-horas-por-dia-coletando-%C3%A1gua#:~:text=dia%20coletando%20%C3%A1gua-,UNICEF%3A%20mulheres%20e%20meninas%20do%20mundo%20gastam%20200%20milh%C3%B5es,horas%20por%20dia%20coletando%20%C3%A1gua&text=O%20Fundo%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,horas%20por%20dia%20coletando%20%C3%A1gua. Acesso em: 22 fev. 2023.

VIANNA, Luiz de Oliveira. **Raízes nefastas do pensamento geográfico no Brasil: meio, raça e nação**. 1933.

VIDOTTE BLANCO TÁRREGA, Maria Cristina; SCHWENDLER, Sônia Fatima. **Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus direitos**. Goiania, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural. **São Paulo: Cosac Naify**, v. 1, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Equívocos da identidade. In: **O que é memória social?.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

WANDERLEY, Luiz Jardim; DA ROCHA LEÃO, Pedro Catanzaro; PETERS COELHO, Tádzio. A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro. **Conflitos do Campo da CPT**, 2020.

YACOUB, Cristina; BIBIANA, Duarte; RUTGERD BUELENS, Eds. **Água e Ecologia Política: El Extractivismo en la Agroexportación, La minería y las hidrelétricas en Latinoamérica**. Quito. Abya Yala. Justicia Hídrica. 2015.

ZHOURI, Andréa (Org). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos.**

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Data: ____/_____/ _____.
Comunidade: _____Município: _____

RODA DE CONVERSA:

1. Quais as principais atividades econômicas (categorias) praticadas nas comunidades?

2. Quais as formas de administração e uso das águas praticadas internamente na comunidade em cada época do ano? Por quê?

3. Pratica algum ritual espiritual (prática religiosa) ligado as águas, rios, lagoas, matas? Quais? Em que mês do ano?

PERGUNTAS DIRECIONADAS

Sexo: _____Idade: _____
Grau de Escolaridade: _____Área de formação: _____
Origem (município): _____

1. (Para as pessoas que vieram de fora) Como chegou na região? Em que ano? O que te chamou mais atenção, na comunidade, em relação às práticas econômicas, religiosas e culturais?

2. Como desenvolvia a agricultura, pesca, coleta de frutas, garimpo na comunidade? Em que época do ano? Quais modificações foram acontecendo ao longo dos anos? Por quê?

3. Quais os sistemas de irrigação (canais de regos) e barramentos praticados pela comunidade no passado? O que mudou? Por quê?

4. Relate as dificuldades e/ou ameaças enfrentadas ao longo dos anos? Quais as consequências dessas dificuldades e/ou ameaças para seus modos de vida?

5. Como é a relação da comunidade com os órgãos ambientais do Estado? Sentiram injustiçados em algum momento? Por qual órgão e por quê?

Entrevistas concedidas pelas comunidades pesquisadas e parceiros

Entrevistas:	Comunidade	Data
ENTREVISTA 1	- Bocaina, Piatã	20 de março de 2023
ENTREVISTA II	- Tapuyas, Seabra	29 de janeiro de 2023
ENTREVISTA III	- Gerais, Piatã	02 de fevereiro de 2023
ENTREVISTA IV	- São Sebastião, Wagner	28 de janeiro de 2023
ENTREVISTA V	- Iúna, Lençóis	23 de janeiro de 2023
ENTREVISTA VI	- Moacir - IRPAA	08 de fevereiro de 2023